

68

JANEIRO 2024 – ABRIL 2024

Revista da Sociedade  
Brasileira de Economia Política

[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

## CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

**ALAN FREEMAN** LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY

**ALEJANDRO VALLE BAEZA** UNAM

**ARTURO HUERTA** UNAM

**FABIO PETRI** UNIVERSITÀ DI SIENA

**FRANÇOIS CHESNAIS** UNIVERSITÉ DE PARIS XIII (*IN MEMORIAM*)

**FRED MOSELEY** MOUNT HOLYOKE COLLEGE

**LUCIANO VASSAPOLLO** UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

## CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

**ALEJANDRO ARANDIA** UNISINOS

**ANITA KON** PUC-SP

**ANTONIO MARIA DA SILVEIRA** (*IN MEMORIAM*)

**CESARE GIUSEPPE GALVAN** CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO

**ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO** USP

**FRANCISCO DE ASSIS COSTA** UFPA

**GUIDO MANTEGA** FGV-SP

**JOÃO ANTÔNIO DE PAULA** UFMG

**JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA** UNICAMP

**LEDA MARIA PAULANI** USP

**LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO** UNICAMP

**MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO** UNB

**MARIO DUAYER** UFF (*IN MEMORIAM*)

**NIEMEYER ALMEIDA FILHO** UFU

**PAULO NAKATANI** UFES

**PAUL SINGER** USP (*IN MEMORIAM*)

**PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA** UFRGS

**REINALDO CARCANHOLO** UFES (*IN MEMORIAM*)

**ROSA MARIA MARQUES** PUC-SP

**THEOTÔNIO DOS SANTOS** UFF (*IN MEMORIAM*)

**PAUL SINGER** (USP) PRESIDENTE DE HONRA (*IN MEMORIAM*)

**MARISA SILVA AMARAL** (UFU) PRESIDENTE

**JOÃO LEONARDO MEDEIROS** (UFF) VICE-PRESIDENTE

**DIRETORIA**

**Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente** UFF

**Giliad de Souza Silva** UNIFESSPA

**Marco Antonio Martins da Rocha** UNICAMP

**Paulo Nakatani** UFES

**Pedro Henrique Evangelista Duarte** UFG

**Roberta Sperandio Traspadini** UNILA

**Vanessa Petrelli Corrêa** UFU

**COMITÊ EDITORIAL**

**EDITORES**

**Leda Maria Paulani** USP (EDITORA-CHEFE)

**Carla Curty** UFRRJ

**Janaína Elisa Patti de Faria** UFVJM

**Jaime Ernesto Winter Hugues León** UFRJ

**ENDEREÇO PARA  
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia  
Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá - Bloco F - Sala 519  
Niterói, RJ  
CEP 24240-225  
[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)**

**REVISÃO**

Airton Paschoa

**EDITORAÇÃO  
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2024**  
[nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br](mailto:nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br)

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill

NÚMERO 68

JAN 2024 – ABR 2024

# REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

## ARTIGOS

12 **Os primeiros escritos de Rosa Luxemburgo sobre a questão polonesa**

Antonio V. B. Mota Filho

43 **Troca desigual, deterioração dos termos de troca e superexploração: quais os nexos causais?**

Leonardo Leite e Matheus Alves

72 **O golpe de 1964 como marco no pensamento de Celso Furtado: uma leitura a partir dos *Diários Intermitentes* e da *Correspondência Intelectual***

Roberto Pereira Silva e Renata Bianconi

107 **A centralidade tecnocientífica na configuração da economia socialista: diálogos possíveis entre Oskar Lange e Che Guevara**

Gina Mardones Loncomilla

133 **Dissolução dos laços sociais mediados pelo valor: crise estrutural da sociedade do capital e o fim de seu processo civilizatório**

Paulo Henrique Furtado de Araujo

167 **Capitalismo e pulsão de morte**

Eleutério F. S. Prado

## **RESENHA**

- 185 **Para uma anatomia da crise: ensaio sobre a crise do desenvolvimento no capitalismo e a reversão estrutural brasileira**  
Artur Monte-Cardoso

- 190 **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**

## APRESENTAÇÃO

Como consta na orientação editorial desta nossa *Revista da SEP*, publicamos artigos acadêmicos de diversas tendências, desde que expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais e mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo. Entretanto, mesmo aqueles simpatizantes do liberalismo e/ou defensores de argumentos ortodoxos – por verem neles alguma contribuição para a compreensão da realidade socioeconômica que nos cerca – não deixarão de reconhecer que o capitalismo é um sistema de vocação universal, visto que requer, em nome de uma presumida eficiência, liberdade plena para a circulação de bens, serviços, dinheiro e capital. Nesse sentido, as últimas décadas, a partir do início dos anos 80 do século passado, teriam constituído o ambiente ideal à efetivação dessa vocação nada natural, absolutamente histórica. Não por acaso este último período foi aberto pelas supostas alvíssaras trazidas pelo fenômeno da “globalização”.

Todavia, bem antes disso, o caráter necessariamente interligado das economias capitalistas nacionais, bem como suas potencialidades e riscos, já era objeto de estudo, reflexão e elaboração teórica por parte de intelectuais de várias áreas e filiações, mas sobretudo daqueles ligados, de alguma forma, ao marxismo. Por conta disso, temas como imperialismo, dependência e subdesenvolvimento atravessaram todo o século XX, e continuam hoje em pauta, ainda que trajados de outra forma.

A conhecida filósofa, economista e militante comunista polonesa/alemã Rosa Luxemburgo esteve entre os primeiros a colocar em cena o

necessário embate entre, por um lado, o internacionalismo da acumulação capitalista e, por outro, a construção de estados nacionais com algum grau de autonomia. Neste número, Antonio Motta Filho elabora detalhada análise (incluindo expressivo volume de dados empíricos) dos primeiros escritos de Rosa, concernentes à chamada “questão polonesa”, e que podem ter conformado seus estudos ulteriores sobre a dinâmica da acumulação capitalista.

Mesmo sob os auspícios de uma historicamente inédita gestão mundial compartilhada, forjada pela situação geopolítica do imediato pós-Segunda Guerra, o ímpeto avassalador da lógica do capital não foi completamente refreado no período conhecido como “os trinta anos gloriosos” (do final da guerra até meados dos anos 1970). Ele se fez sentir, seja através da internacionalização dos mercados internos operada pelos investimentos externos diretos das grandes multinacionais dos países centrais, seja pela reiteração de mecanismos deletérios às nações periféricas, como a deterioração dos termos de troca e as trocas desiguais. Buscando uma renovação crítica da teoria marxista da dependência, Leonardo Leite e Matheus Alves empreendem uma investigação adicional sobre os escritos de Ruy Mauro Marini, com destaque para a *Dialética da Dependência*, de 1973, visando refletir sobre esses fenômenos e sua inter-relação com a questão da superexploração da força de trabalho, conceito, como se sabe, de enorme importância na obra do pensador marxista brasileiro.

A reflexão a respeito dos fenômenos sobre os quais se debruçou a teoria da dependência, desde sua pré-história no âmbito da Cepal, tinha inequivocamente como pano de fundo a questão do subdesenvolvimento, ao qual pareciam estar relegadas as nações de determinadas regiões do globo. Entre nós, nenhum pensador foi mais representativo da busca de soluções para o atraso de países como o Brasil do que Celso Furtado. Sua vasta obra foi amplamente discutida e analisada em seus mais variados aspectos, mas a investigação acerca de seu trabalho vem ganhando novos caminhos com a edição, em anos recentes, de duas publicações de caráter pessoal e público



a um só tempo, a exemplo de sua famosa autobiografia: *Diários Intermitentes: 1937-2002* e *Correspondência Intelectual: 1949-2004*.

Roberto Pereira Silva e Renata Bianconi investigam o novo material a fim de discutir uma questão bem específica, mas associada à vocação internacionalista do capital e a suas consequências não só econômicas, como também políticas, para os países de fora do centro do sistema: o impacto do golpe militar de 1964 (completando, por sinal, 60 anos) sobre a trajetória intelectual do grande economista. Começando pelas reflexões de Furtado acerca do processo de substituição de importações, a investigação vai até seu exame dos condicionantes externos ao desenvolvimento no contexto da Guerra Fria. Ora, é exatamente esse contexto que é parcialmente responsável pelo sucesso do movimento golpista, dado que contou com decisivo apoio, e, depois, pleno reconhecimento dos ditadores militares, pelos Estados Unidos, fatos hoje amplamente documentados. Não é à toa que uma das primeiras medidas econômicas dos militares foi a revogação da Lei de Remessa de Lucros, assinada por João Goulart em 1962, ocasião em que era ministro do Planejamento justamente Celso Furtado.

E a Guerra Fria, como se sabe, foi inflamada pela Revolução Cubana. A mística em relação a um de seus lendários protagonistas está em geral focada, e não sem razão, em sua vigorosa e impetuosa atividade de guerrilheiro durante as revoltas/revoluções na América Latina dos anos 1960. Todavia, Ernesto Che Guevara foi também teórico, refletindo intensamente sobre a forma de organização que deveria ter uma economia socialista. A polêmica em que se envolveu, enquanto ministro cubano nos primeiros anos do governo revolucionário, conhecida como “El Gran Debate”, e que incluiu nomes como o de Ernest Mandel, é só uma das evidências dessa faceta pouco conhecida do guerrilheiro. Em artigo que explora com mais profundidade esse lado do célebre revolucionário, Gina Loncomilla especula em torno de um possível diálogo entre ele e uma das figuras centrais do debate original sobre o cálculo socialista, o economista e diplomata polonês Oskar Lange. Segundo a autora, o resultado de tal diálogo convergiria para

a relevância da *técnica* (entendida como o processo de organização racional do trabalho em uma empresa, visando alcançar objetivos determinados) na configuração de uma economia socialista, o que evidenciaria, por sua vez, a importância das contribuições teóricas de Che, bem como de seus projetos no campo tecnocientífico cubano.

O pós-Guerra Fria, como é amplamente conhecido, foi marcado pela ascensão do pensamento neoliberal e pelo domínio cada vez maior das formas e valores derivados do império do capital. Vários são os resultados danosos dessa cheia do capitalismo, que engolfa o mundo há mais de quatro décadas, como o aumento da desigualdade dentro e entre os países, o agravamento da crise climático-ambiental e o fortalecimento da extrema direita mundo afora, para citar apenas alguns. Paulo Furtado de Araújo se debruça sobre a temática. Mais especificamente, advoga que, na atual etapa, desenha-se com toda sua força destrutiva a tendência do sistema a promover a dissolução dos laços sociais mediados pelo valor, resultando numa crise de feitiço estrutural e no esgotamento do ímpeto civilizatório que a sociedade do capital pareceu um dia portar.

No mesmo registro, da discussão da sociabilidade e dos “sujeitos” produzidos pelo capital, Eleutério Prado escrutina as considerações do filósofo coreano Byung-Chul Han, autor do livro *Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas*. Partindo das relações estabelecidas pelo pensador entre o impulso automático da produção e da acumulação, por um lado, e a tendência da sociabilidade moderna a negar e invisibilizar a morte, por outro, – que resultam num impulso permanente à violência e à própria acumulação – Prado busca compreender, passando entre outros por Freud, como “os avatares da sociabilidade do capital” se instalam na subjetividade do indivíduo, tornando-o *homo oeconomicus*, mas carregando ao mesmo tempo a “negação determinada” dessa condição existencial. Ele termina lembrando a solução comunista concebida por Marx, bem como o Marcuse de *Eros e Civilização*, para quem, “hoje, a luta pela vida, a luta por Eros, é a luta política”.

Fechando o número e voltando à questão da viabilidade ou não de estados nacionais autônomos frente à vocação, não só de infinitude, como de universalidade do capital e de sua dinâmica, Artur Monte-Cardoso resenha o último livro de Joao Paulo de Toledo Hadler, *Para uma anatomia da crise: ensaio sobre a crise do desenvolvimento no capitalismo e a reversão estrutural brasileira*. Segundo Monte-Cardoso, na obra figura a tese da crise brasileira enquanto fenômeno estrutural de longo prazo, expressão dos condicionantes da crise igualmente estrutural do capital combinada com o processo de reversão neocolonial pelo qual passam certas sociedades na atualidade. Entra aí em jogo, conforme o resenhista, a própria ideia de superação do desenvolvimento, que toma em geral como modelo a experiência histórica dos países centrais. Como escapar do fetiche do desenvolvimento, senão passando por uma orientação alternativa em direção ao socialismo? Uma questão, fácil perceber, claramente associada às reflexões tanto de Paulo Furtado quanto de Eleutério Prado sobre a sociabilidade possível sob as botas do capital em estado permanente de crise.

O conjunto de artigos aqui publicados espera contribuir, mais uma vez, para uma proveitosa reflexão acerca da maré gigantesca contra a qual remamos, bem como da luta política necessária para atravessá-la. Agradecemos, mais uma vez, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, pelo apoio material imprescindível à edição deste número. Ficam aqui nossos sinceros agradecimentos.

Boa leitura!

ANTONIO V. B. MOTA FILHO

## OS PRIMEIROS ESCRITOS DE ROSA LUXEMBURGO SOBRE A QUESTÃO POLONESA

Recebido em 01/10/2023

Aprovado em 11/03/2024

# OS PRIMEIROS ESCRITOS DE ROSA LUXEMBURGO SOBRE A QUESTÃO POLONESA

## Resumo

Rosa Luxemburgo foi uma importante economista do começo do século XX. No entanto, suas obras seguem sendo pouco conhecidas e marcadas por rótulos de “espontaneísmo” e “economicismo”. Historicamente tais rótulos têm restringido a recepção da sua obra, privilegiando certos aspectos e secundarizando outros. Um ramo particularmente afetado por essa “afinidade seletiva” foi sua abordagem sobre a história econômica da Polônia, seu país de origem. O presente trabalho tem como objetivo analisar a interpretação de Luxemburgo sobre o aspecto econômico da “questão polonesa” ao final do século XIX. Conclui-se que a interpretação desenvolvida por ela acerca da questão polonesa nesse período, ainda que parcialmente equivocada quando comparada a elementos empíricos, lança aspectos analíticos importantes, que são desenvolvidos em sua obra posterior.

**Palavras-chave:** Rosa Luxemburgo; questão nacional; Polônia; imperialismo

ANTONIO V. B.  
MOTA FILHO

Pós-doutorando do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp).

Email: [vogaciano@gmail.com](mailto:vogaciano@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1631-3629>

O autor agradece à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pela bolsa de doutorado que viabilizou a realização da pesquisa. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste artigo são de responsabilidade do autor.

## **Abstract**

Rosa Luxemburg was an important economist at the beginning of the 20th century. However, her works continue to be little known and marked by labels of “spontaneity” and “economism”. Historically, these labels have restricted the reception of her work and have ended up favoring certain aspects of Luxemburg’s writings and sidelining others. One area that was particularly affected by this “selective affinity” was her approach to the economic history of Poland, her country of origin. This paper aims to analyze Luxemburg’s interpretation of the economic aspect of the “Polish question” at the end of the 19th century. The conclusion is that Luxemburg’s interpretation of the Polish question in this period, although partially mistaken when compared to empirical elements, throws up important analytical aspects that are developed in her later work.

**Keywords:** Rosa Luxemburg; national question; Poland; imperialism.

## I. Introdução

A questão das nacionalidades foi um dos temas mais discutidos pelo marxismo desde o fim do século XIX. Sua recorrência está relacionada à quantidade de conceitos e interpretações mobilizados como “nação”, “Estado” e autodeterminação dos povos.

Mesmo após seguidas polêmicas e tentativas de aprofundar as formulações teóricas e políticas, o terreno acerca das nacionalidades segue marcado por disputas e imprecisões conceituais. O verbete “Nação” do *Dicionário de Política* organizado por Norberto Bobbio afirma que “o conteúdo semântico do termo, apesar de sua imensa força emocional, permanece ainda entre os mais confusos e incertos do dicionário político” (ROSSOLILLO, 1998, p. 796). Mesmo pesquisadores marxistas assumem que “nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo” (HOBSBAWM, 2013, p. 13).

No entanto, ainda que não seja possível – ou mesmo desejável – uma definição precisa de “nação”, é possível rastrear o contexto histórico em que o termo ganha contornos mais próximos dos atuais. De acordo com Rossolillo: “O termo Nação, utilizado para designar os mesmos contextos significativos a que hoje se aplica, isto é, aplicado à França, à Alemanha, à Itália, etc., faz seu aparecimento no discurso político — na Europa — durante a Revolução Francesa” (ROSSOLILLO, 1998, p. 195). É no contexto da Revolução Francesa que a nação aparece como unidade territorial dotada de soberania e expressando uma relação política de direitos e deveres entre o Estado e o indivíduo (MACHADO, 2000, p. 19).

Logo, é possível notar uma íntima relação entre o “surgimento” da nação e a formação de um novo padrão de sociabilidade, marcado pela individualização e pela difusão da produção capitalista e do Estado burguês. Dito de outra forma, do ponto de vista histórico, a ideia de nação contribuiu para a montagem do modo de produção capitalista, minando o Antigo Regime e consolidando aspectos objetivos e subjetivos do capitalismo. Vista dessa

forma, ganha sentido a proposta de Hobsbawm de ver as nações como fenômenos “duais (...) construídas essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns” (2013, p. 19). Se o surgimento da nação assentava os termos da equação Estado = nação = povo, para os “de cima”, seu termo mais relevante é o Estado e, para os “de baixo”, o povo-cidadão.

Enquanto predominava o aspecto “negativo” das revoluções burguesas, ou seja, eliminar elementos do Antigo Regime, e a construção da sociedade burguesa se mantinha ainda no âmbito jurídico – positivamente de “direitos naturais” como liberdade, igualdade e propriedade privada – foi possível manter os lados “de cima” e “de baixo” dentro de uma mesma frente política. No entanto, essa aliança se rompe à medida que se torna evidente para o crescente proletariado que a igualdade jurídica conquistada com as revoluções burguesas é a sustentação para a desigualdade econômica (SILVA, 1989, p. 18-19).

Um marco na separação entre esses dois momentos distintos são as revoluções que varreram a Europa em 1848. De acordo com Hobsbawm, àquela altura, “ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as ‘forças do progresso’ unidas, mas entre ‘ordem’ e ‘revolução social’” (2015, p. 33). Com isso, entra em cena o antagonismo entre “burguesia” e “proletariado” e a luta pelo socialismo.

Escrito também em 1848, o *Manifesto Comunista* expressa duas das principais linhas teóricas que marcariam o debate acerca da questão das nacionalidades dentro do movimento socialista: o cosmopolitismo e a luta nacional. Marx e Engels não chegaram a desenvolver uma teoria sobre a questão das nacionalidades. Como ressaltam Haupt, Löwy e Weill: “Não há nenhum texto de referência fundamental de Marx e Engels sobre a questão nacional. Por outro lado, abundam os escritos de combate, onde a questão nacional é tratada em situação, no momento em que está presente, ou seja, de acordo com a ação” (1997, p. 64, tradução nossa).



As formulações dos autores se concentram na observação, particularmente, de dois casos de povos oprimidos: os irlandeses e os poloneses. O aspecto analítico sobre a situação das duas nacionalidades era combinado com a formulação de táticas que pudessem ajudar o movimento socialista a se posicionar e agir. Ambos os autores apoiaram, com algumas nuances pontuais, os movimentos nacionalistas dos dois países<sup>1</sup>. Quanto à Polônia em especial, os autores eram favoráveis à sua independência política, o que acabou se tornando uma espécie de dogma do movimento socialista. Coube a Rosa Luxemburgo revisitar essas posições e, analisando a situação econômica e política do Reino da Polônia, extrair conclusões diametralmente opostas às de Marx e Engels.

Ainda que a questão das nacionalidades seja um tema presente em quase toda sua reflexão, ela é, por vezes, posta em segundo plano. Luxemburgo tornou-se conhecida, particularmente no Ocidente, por meio da sua militância no Partido Social-Democrata Alemão (SPD), que se inicia em 1898. Dessa forma, a primeira grande obra que notabilizou a autora para o grande público foi seu livro *Reforma social ou revolução?*, escrito durante o debate revisionista na Alemanha. A habilidade de Rosa Luxemburgo como “polemista” é logo destacada, como no título do livro de Gilbert Badia sobre a autora, *Rosa Luxemburg: journaliste, polémiste, révolutionnaire* (1975). Descrevendo a atuação de Rosa Luxemburgo no socialismo do fim do século XIX e início do século XX, Badia afirma que

na história da Alemanha, e especialmente na história da social-democracia entre 1899 e 1919, há períodos de crise, momentos em que transformações políticas, sociais e econômicas acontecem ou parecem de repente possíveis. Foi nesses momentos que Rosa Luxemburgo realmente viveu (p. 23, tradução nossa).

Badia segue sua análise apontando uma obra que teria marcado cada período da “verdadeira vida” de Rosa Luxemburgo: *Reforma social ou revolução?*,

---

<sup>1</sup> A análise da questão irlandesa escapa ao objetivo do nosso trabalho. Há, contudo, uma abundante produção teórica sobre essa questão nas obras de Marx e Engels (MATHUR, DIX, 2009, p. 103).

livro com o qual marcara sua participação no debate revisionista; *Greve de massas, partido e sindicatos*, em que analisa a revolução russa de 1905 e ação política das massas trabalhadoras; *Panfleto Junius*, em que analisa a crise do SPD e da própria Segunda Internacional e *A revolução russa*, em que analisa a revolução de outubro de 1917.

O período anterior à chegada de Rosa a Berlim aparece quase como que em segundo plano. Trata-se de um período de formação intelectual da autora e no qual predomina em seus textos a análise da questão nacional polonesa. O silêncio que por vezes recai sobre esse período da vida de Rosa insinua uma certa divisão entre uma “jovem Rosa” e uma “Rosa madura”. A hipótese central do presente trabalho é bastante outra: nessa primeira fase da vida da autora encontram-se elementos que marcam toda sua obra.

Vista dessa forma, e ao contrário do que aponta Badia, Rosa teria “vivido verdadeiramente” muito antes do seu período de militância no SPD. A forma como o tema da questão das nacionalidades avança na obra de Rosa é um microcosmo da própria evolução do seu pensamento político. Ousando desafiar as formulações incontestáveis de Marx e Engels e extraindo conclusões opostas às dos pais do “marxismo” sobre o tema, o marxismo herético de Rosa Luxemburgo tem suas bases postas sobre a questão das nacionalidades.

Este artigo tem por objetivo, primeiramente, expor o contexto político da questão polonesa e as ideias de Marx e Engels. Em seguida, apresentaremos como o tema é tratado nos primeiros escritos da autora (1893-1898) e, por fim, comentaremos aspectos de sua interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Polônia.

## **2. A nação polonesa: “o cavaleiro imortal da Europa”**

Tradicionalmente a região da Polônia e da Lituânia é vista dentro da historiografia como uma região economicamente atrasada, onde predominou a chamada segunda servidão, enquanto na Europa Ocidental as

transformações econômicas e políticas ocorridas a partir do século XIII teriam aberto espaço para o surgimento do capitalismo (WALLERSTEIN, 2011, p. 95). Sem negar essa constatação quanto ao desenvolvimento econômico da região é importante ressaltar também sua dinâmica política. A Polônia havia deixado de existir oficialmente em 1795, ano da sua Terceira Divisão (LUKOWSKI, ZAWADZKI, 2006, p. 120).

No caso da Polônia russa, o czar Alexandre I manteve algumas das instituições criadas durante o período do Ducado, como as administrações locais e tribunais, o que evidenciava sua disposição em não buscar vingança contra os poloneses que haviam lutado ao lado de Napoleão. Além disso, por decisão do Congresso de Viena, o czar outorgou uma nova constituição para a região, cujos dispositivos eram, contudo, recorrentemente violados.

Nesse contexto, um novo ciclo econômico se inicia na Polônia russa a partir de 1815. Novas tentativas de industrializar a região foram lançadas a partir de 1816, centradas na expansão de minas de carvão e na construção de obras de infraestrutura. Além disso, em 1828, foi criado o Banco da Polônia com o objetivo de financiar a indústria e garantir o crédito necessário ao comércio (DAVIES, 2005, p. 228). Destaca-se o crescimento da indústria têxtil, amplamente assistida pela ação do Estado, particularmente em Lodz – “uma pequena aldeia com cerca de 800 habitantes em 1821, sua população cresceu para mais de mil pessoas em nove anos” (WANDYCZ, 1974, p. 81, tradução nossa) – e Varsóvia – “cujo orçamento aumentou oito vezes de 1816 para 1930, estava intimamente ligado às diversas indústrias da cidade” (1974, p. 81, tradução nossa). A agricultura também foi amplamente apoiada pelo Império Russo. As dívidas dos senhores de terra foram saneadas e surgiram indústrias relacionadas à agricultura, como a destilação de vodca de batata (1974, p. 82). Ao contrário dos camponeses e da ainda pequena classe trabalhadora, a posição dos senhores de terra, particularmente aqueles que conseguiram desenvolver algum tipo de processamento de produtos primários, melhorou, assim como a da burguesia, ainda nascente (1974, p. 91).

O período de certa tolerância com as iniciativas polonesas que havia marcado a política de Alexandre I e, assim, aberto espaço para o novo ciclo mencionado anteriormente, encerrou-se com a ascensão do novo czar, Nicolau I, em 1825. Nicolau I era um autocrata pouco disposto a realizar concessões políticas, o que lhe rendeu o título de “gendarme da Europa”. Em novembro de 1830, ocorreu uma revolta em Varsóvia, organizada por jovens cadetes da Escola Militar e influenciada pela Revolução de Julho, em Paris, e pela Revolução Belga. A Rússia invadiu a Polônia em fevereiro de 1831 e em alguns meses derrotou o governo nacional. Uma vez recuperado o trono polonês, Nicolau I iniciou uma política ampla de repressão e punições, o que marcou a memória política da sociedade. A oposição política ao czarismo ficou desmobilizada e uma nova revolta de caráter nacionalista só veio a eclodir em 1846, mas durou apenas nove dias, tendo sido rapidamente contida (DAVIES, 2005, p. 244).

As revoltas de 1830 e 1846 marcaram as posições de Karl Marx e Friedrich Engels em relação à questão polonesa. Escrevendo sobre Marx, Anderson afirma que “o apoio à causa polonesa foi uma das grandes paixões políticas de sua vida” (2019, p. 123). Esse comentário também pode ser estendido a Engels.

O primeiro texto de ambos é de novembro de 1847, quando cada um pronunciou um discurso em homenagem ao décimo sétimo aniversário da revolta de 1830. No *Manifesto Comunista*, publicado no ano seguinte, os autores afirmam que, “na Polônia, os comunistas apoiam o partido que vê numa revolução agrária a condição da libertação nacional, o partido que desencadeou a insurreição de Cracóvia de 1846” (MARX e ENGELS, 2005, p. 69).

As intervenções de Marx e Engels se seguiram nos anos seguintes. Durante o verão de 1848, Engels desenvolveu uma polêmica contra parlamentares liberais da Assembleia Nacional Alemã. Em uma série de artigos publicados no *Neue Rheinische Zeitung* a partir de junho, Engels se posiciona contra a anexação da Polônia pela Prússia, cuja ratificação a Assembleia Nacional discutia. A aceitação da nova partição da Polônia tenderia a fortalecer, por

um lado, os senhores de terra prussianos e, por outro, o próprio czarismo, já que desorganizaria o movimento democrático existente na Polônia (ANDERSON, 2019, p. 60).

Na luta pela independência da Polônia, a classe trabalhadora alemã seria sua principal aliada, uma vez que, sendo a Rússia uma importante aliada da Prússia, o debilitamento do czarismo representaria também o enfraquecimento do regime prussiano. A questão polonesa aparece para Marx e Engels ligada à consecução da revolução socialista e ao internacionalismo proletário. Não se trata de um algum tipo de predileção abstrata pela Polônia, mas de uma tática fundamentada na situação política da Europa.

Para Kevin Anderson, os posicionamentos iniciais de Marx e Engels evidenciam uma crítica ao nacionalismo conservador dos senhores de terra poloneses e formulam pela primeira vez a ideia de uma “revolução agrária” que permitiria superar o feudalismo na região e transformar os camponeses em proprietários (ANDERSON, 2019, p. 59).

O cruzamento da luta pela independência – cujo conteúdo seria democrático, uma vez que tendia a se opor ao czarismo – com a superação do feudalismo faria da questão polonesa um tema central para os comunistas. Para Marx e Engels (1976, p. 549), “somente uma Polônia democrática poderia ser independente, e uma Polônia democrática era impossível sem a abolição dos direitos feudais”. O apoio do comunismo internacional à luta pela independência polonesa marcaria, portanto, a convergência entre o nacionalismo progressista polonês e o internacionalismo proletário. Por sua vez, a derrota do absolutismo czarista, através da independência polonesa, fortaleceria o próprio movimento socialista internacional.

A repressão do czarismo após as revoltas de 1830 e 1846 impactaram fortemente a situação política da região. Quase toda a administração estava nas mãos de não poloneses e as autoridades russas exerciam um rígido controle das instituições educacionais e culturais. Em Varsóvia, por exemplo, uma cidade com 230 mil habitantes, havia apenas sete jornais, todos controlados

pela censura. Além disso, a educação contava com poucas escolas, cujos instrutores raramente sabiam falar polonês (WANDY CZ, 1974, p. 155).

A economia continuava a se desenvolver e aprofundar sua integração ao modo de produção capitalista. Após a abolição da barreira tarifária em 1851 e, especialmente durante a Guerra da Crimeia, o comércio do Reino cresceu rapidamente e os produtos poloneses começaram a penetrar no mercado russo. A indústria polonesa logo começou a crescer, impulsionada pelo influxo de capitais nacionais e alemães. Também é nesse período que se iniciam as grandes obras de infraestrutura, como a construção da ferrovia Varsóvia-São Petersburgo e, em seguida, da ferrovia Varsóvia-Viena. A expansão ferroviária facilitou o acesso a novas minas de carvão, barateando seu preço final e, assim, impulsionando a indústria siderúrgica e metalúrgica. Por fim, a indústria têxtil seguiu se modernizando e expandindo sua produção (WANDY CZ, 1974, p. 157). Ainda que a indústria se desenvolvesse rapidamente, o centro da economia polonesa ainda era, contudo, a agricultura.

A distensão russa com relação à Polônia só se iniciou com a ascensão de Alexandre II em 1855. A derrota na Guerra da Crimeia evidenciara o atraso econômico do Império e seu declínio militar frente à Prússia e ao Império Austro-húngaro. A reversão desse panorama passava pela industrialização do Império, o que poderia trazer consequências sociais indesejáveis para a política czarista, como o crescimento da classe trabalhadora e de um movimento socialista. Optou-se pelo desenvolvimento gerido “por cima” – pelo czar e sua burocracia – e por controlar e reprimir as possíveis manifestações (LESLIE, 1983, p. 37). O czar Alexandre II realizou pequenas concessões políticas no plano doméstico para evitar o surgimento de revoltas no país (DAVIES, 2005, p. 257).

A distensão, contudo, tinha limites precisos. Nas instruções enviadas em 1862 ao recém-nomeado vice-rei da Polônia, o czar explicitou que a nova administração deveria servir os interesses russos dentro de uma conjuntura política que permitisse a conciliação entre os dois povos, mas que nenhuma

nova concessão deveria ser feita (LESLIE, 1980, p. 38). Dessa forma, a administração russa apostou no frágil equilíbrio entre reformar e reprimir, mas, como sugere Davies (2005, p. 259), “a reforma não poderia ser abandonada por medo da desilusão popular. A repressão não poderia ser relaxada por medo de uma desordem renovada”.

Em 1863 eclode uma outra rebelião na Polônia com o objetivo de recuperar a independência do país. Comentando a organização dos rebeldes de janeiro de 1863, Davies afirma que “eles tinham um programa político completo, uma organização financeira extensa que já estava arrecadando fundos e os quadros dirigentes de um Estado subterrâneo” (2005, p. 259.).

Em manifesto dirigido aos poloneses, lituanos e ucranianos, o governo provisório polonês os convocou a aderir à luta armada. Além disso, o manifesto declarava a igualdade de todos os cidadãos, a despeito de crença e nacionalidade. Por fim, o documento também abordava o tema da questão camponesa, que marcava as discussões políticas polonesas desde a revolta de 1830: “O governo provisório declarava que os camponeses eram plenos proprietários das terras que eles cultivavam e prometia lotes de terra para os camponeses sem terra que aderissem à insurreição. A esse primeiro manifesto se seguiram diversos outros em que o governo provisório conclamava a população a lutar pela insurreição e contra o governo russo” (WANDYŹCZ, 1974, p. 172, tradução nossa).

A questão camponesa logo foi alçada ao centro da política polonesa: tanto as forças rebeldes quanto a administração russa disputavam seu apoio. A consecução da reforma do governo provisório, contudo, foi prejudicada pela sua dificuldade em controlar todo o território polonês (LUKOWSKI, ZAWADZKI, 2019, p. 230).

As autoridades russas também passaram a realizar concessões aos camponeses: em maio de 1863, foi concedida aos camponeses lituanos a propriedade das terras que eles cultivavam, o que foi estendido, em seguida, aos camponeses das províncias da Ucrânia e Bielorrússia (WANDYŹCZ, 1974, p. 178). Ainda que a burocracia russa hesitasse em garantir a propriedade

das terras também aos camponeses poloneses, durante o outono de 1863, percebendo a necessidade de ganhar o apoio dessa parcela da sociedade, o czar encarregou Nikolai Miliutin, autor da reforma agrária russa de 1861, de elaborar recomendações para o caso polonês. O resultado dessa iniciativa foi o decreto de março de 1864, abolindo a servidão na Polônia e garantindo aos camponeses a propriedade das terras em que eles trabalhavam. Os antigos proprietários seriam indenizados com títulos do governo.

Contudo, sem uma estratégia e um comando militar, a revolta tinha poucas chances de organizar um esforço de guerra coordenado. Além disso, havia a expectativa, por parte dos rebeldes, que França e Inglaterra enviassem reforços militares, o que não aconteceu. Com a reorganização das suas forças militares, sob o comando do marechal Berg, e a reforma agrária, o governo russo logo conseguiu retomar o controle do território polonês. Em abril de 1864 os principais dirigentes do governo provisório foram capturados, pondo fim à revolta.

Marx e Engels acompanham atentamente os desdobramentos da revolta de janeiro. A proximidade do governo provisório com o governo de Napoleão III e a presença de dirigentes conservadores no governo provisório preocupavam Marx, que chegou a iniciar um panfleto sobre a situação polonesa, mas que nunca chegou a ser concluído pela piora do seu estado de saúde (ANDERSON, 2019, p. 65).

A revolta de janeiro ganha apoio do movimento socialista europeu. Em junho de 1863, uma delegação de trabalhadores ingleses e franceses se reúne em Londres para debater a situação polonesa e delibera pela criação de uma organização internacional que ajudasse na luta dos trabalhadores. Como consequência desta deliberação, em setembro de 1864 é criada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ou, como ficou mais conhecida, a I Internacional. No discurso de abertura dos trabalhos da AIT, Marx menciona a “heroica” Polônia, “assassinada” pela Rússia. No âmbito da AIT, a questão polonesa foi tratada diversas vezes por Marx, o que



evidencia o aprofundamento das suas reflexões sobre o tema. De acordo com Anderson:

[Primeiro,] ele tentava provar a seus colegas da Internacional que, em três períodos chave – a Revolução Francesa de 1789-1794, a era napoleônica e a Revolução de 1830 –, os franceses haviam traído a Polônia. Essa argumentação se dava em um debate no interior da esquerda internacional, entre os defensores da Polônia, alguns dos quais Marx considerava iludidos sobre a França como um país consistentemente revolucionário. Segundo, ele defendia um argumento mais amplo, com vistas a futuros movimentos revolucionários na Europa. Marx sustentava que, ao traírem a Polônia, os revolucionários franceses se limitaram e, em alguns momentos, se autodestruíram, tendo como resultado a derrota por inimigos externos ou uma revolução excessivamente limitada em seu país, que não subvertia de fato o antigo sistema. Este último ponto dizia respeito aos momentos em que revolucionários de um país grande e poderoso como a França subestimaram a luta de uma nação militarmente mais fraca e oprimida como a Polônia, e ao modo como essa atitude levou ao fracasso da revolução tanto no país mais poderoso quanto na nação oprimida (2019, p. 141).

A reação do czar à revolta de 1863-1864 foi enérgica. Cerca de quatrocentas pessoas foram executadas após processos judiciais e é difícil estimar o total de pessoas executadas sumariamente. Milhares de pessoas foram deportadas para a Sibéria (WANDYŹCZ, 1974, p. 195). Mesmo o nome “Reino da Polônia” foi abolido e substituído pela denominação de Terra do Vístula, em referência ao rio que cruza o país (LESLIE, 1983, p. 39).

Entre 1863 e 1866 todas as reformas realizadas desde a distensão iniciada em 1856 foram revertidas, todas as instituições separadas do Reino da Polônia foram extintas e as concessões realizadas no nível da língua e da cultura também foram suprimidas. O governo impôs uma ampla russificação: diversas cidades foram renomeadas, como a cidade de Brześć, que passou a se chamar Brest-Litovsk; o Banco Polonês foi incorporado pelo Banco Imperial; o sistema judiciário passou a adotar a legislação russa. Novamente, o sistema educacional não foi poupado da russificação: “A Escola Principal,

cujos alunos haviam se absterido da insurreição para não colocar em perigo sua instituição, sobreviveu apenas até 1869. Foi então substituída pela Universidade Russa de Varsóvia. As escolas e seus currículos foram completamente russificados” (WANDYŹCZ, 1974, p. 196, tradução nossa). As restrições para assumir funções de administração pública foram ampliadas: apenas russos podiam assumir cargos públicos (DAVIES, 2005, p. 67).

A reforma agrária de 1864 promoveu mudanças econômicas importantes na Polônia. A desapropriação das terras não aconteceu de forma homogênea e afetou principalmente a nobreza vinculada à revolta de janeiro. Além disso, o governo russo impôs um novo tributo à propriedade da terra, o que enfraquecia economicamente ainda mais a nobreza e ajudava a financiar os cofres do Império. A quantidade de terras de propriedade dos camponeses aumentou em cerca de 8% entre 1860 e 1890, o que proporcionou uma melhora na sua condição de vida (WANDYŹCZ, 1974, p. 199, tradução nossa). Contudo, dados os efeitos desiguais da reforma, diversos camponeses receberam lotes economicamente inviáveis, que acabaram sendo incorporados por fazendeiros maiores. Dessa forma, a reforma agrária também acabou gerando uma parcela de camponeses sem terra, que acabaram migrando para as grandes cidades, onde se tornaram a força de trabalho do período de rápida industrialização que se iniciou na Polônia a partir de 1864.

Mesmo sob o rígido controle político russo, a industrialização e a intensa urbanização, ocorrida a partir da segunda metade dos anos 1860, contribuíram para a difusão das ideias socialistas na Polônia (LESLIE, 1983, p. 49). As transformações ocorridas na Polónia pós-1864 trouxeram consigo uma grande polêmica sobre a tática que o socialismo deveria seguir: seria a defesa da independência uma tática ainda correta? Como sugere Kevin Anderson, nos seus últimos escritos sobre a Polónia, já nos anos 1880, Marx defende a luta comum do proletariado russo e polonês (ANDERSON, 2019, p. 78). O novo momento da questão polonesa é o principal tema de reflexão de Rosa Luxemburgo em seus primeiros escritos, nos quais chega a

conclusões opostas àquelas de Marx e Engels, ainda que parta de uma base metodológica comum a eles.

### **3. Decifrar o livro de sete selos: Rosa Luxemburgo e a história econômica polonesa**

Rosa Luxemburgo defendeu sua tese de doutorado, intitulada *O desenvolvimento industrial da Polônia*, na Universidade de Zurique, no dia 1.º de maio de 1897. Ainda que o processo de redação a tenha marcado negativamente, o texto foi bastante elogiado por seu orientador, o professor Julius Wolf<sup>2</sup>.

Sua tese é o ponto de culminância de uma longa reflexão, à qual a autora se dedica desde 1893, sobre o desenvolvimento econômico na Polônia e suas consequências políticas. Uma reflexão fundada, portanto, na história econômica, algo que a própria autora reconhece no prefácio da tese: “a fisionomia política de um país é um livro de sete selos para nós quando não conhecemos sua vida econômica e todas as consequências sociais que dela resultam” (LUXEMBURG, 1979, p. 57).

O ano de 1893 é relevante para os estudos do pensamento de Luxemburgo, pois se trata da sua primeira intervenção no âmbito do socialismo internacional, no Congresso Socialista Internacional de Zurique. Tendo sido eleita delegada ao Congresso pelo jornal *Sprawa Robotnicza* - órgão da Social-democracia do Reino da Polônia (Socjaldemokracja Królestwa Polskiego, SDKP), partido criado poucas semanas antes do Congresso – o mandato de Luxemburgo, contudo, não foi reconhecido (FRÖLICH, 2010, p. 32). Como pano de fundo desse episódio estavam as disputas do movimento socialista polonês: de um lado, o Partido Socialista Polonês (Polska Partia Socjalistyczna, PPS), criado em 1892 e defensor da independência política da Polônia; e do outro, o SDKP, contrário à independência. Ainda que não tenha sido aceita como

---

<sup>2</sup>Wolf, um conhecido economista antimarxista, escreveu o seguinte comentário sobre Luxemburgo: “À mais talentosa dos meus alunos em Zurique, Rosa Luxemburgo, que na verdade tinha vindo da Rússia e da Polônia como uma marxista confessa, eu tinha que dar uma marca acadêmica; ela fez seu doutorado em ciência política comigo (com um excelente trabalho sobre o desenvolvimento industrial da Polônia)” (LUXEMBURG, 1979, p. 51, tradução nossa)

delegada, Luxemburgo provocou um grande impacto no Congresso. Antes da sua expulsão, contudo, Luxemburgo apresentou um detalhado relatório da situação política e econômica da Polônia em que realizava uma dura crítica às posições nacionalistas e à defesa da independência polonesa. Após uma análise da história do movimento socialista polonês e das posições políticas das diferentes classes sociais polonesas, Luxemburgo apresenta um importante argumento sobre a evolução recente da economia do país:

A história socioeconômica das três partes do antigo reino da Polônia as incorporou organicamente aos três grandes Estados anexadores e criou em cada região tendências e interesses políticos particulares. Dado o congestionamento crônico do mercado mundial, a grande indústria da Polônia do Congresso existe e se desenvolve como resultado da coexistência política com a Rússia, que desenvolve um estreito nexos econômico entre os dois países.

Esta ligação econômica, fortalecida ainda mais pelo governo russo através de uma política pífida, favorece a indústria polonesa, em parte para ganhar para si a classe dos capitalistas no interesse da russificação, em parte no seu próprio interesse mais geral. Diante desta concessão econômica decorrente da lógica invencível do capitalismo, a aspiração de reivindicar a formação de um estado capitalista polonês carece de qualquer base real. Diante desta realidade, o patriotismo torna-se um programa baseado nos desejos subjetivos de seus arquitetos e um meio de realização das imprevisíveis eventualidades de um conflito europeu (1979, p. 169-170, tradução nossa).

Com essa formulação, inspirada no materialismo histórico, Luxemburgo partia de um método utilizado por Marx e Engels e chegava a conclusões opostas às deles. Ao fazê-lo, a autora sabia que a crítica por parte da ala nacionalista polonesa e seus aliados seria implacável. Era fundamental, portanto, aprofundar essa nova interpretação. Em 1894, Luxemburgo se muda para Paris, de onde realiza os trabalhos de edição e difusão do *Sprawa Robotnicza* e segue sua pesquisa sobre a história econômica da Polônia na Biblioteca Nacional da França.

Com uma ampla base de dados sobre a Polônia, Luxemburgo inicia a redação de um conjunto de artigos sobre a Polônia, cujo conteúdo reaparece desenvolvido na sua tese, em que a autora conjuga rigor teórico e a tentativa de formular táticas políticas que ajudem o SDKP a guiar a classe trabalhadora polonesa<sup>3</sup>. O primeiro desafio para Luxemburgo era como apresentar uma crítica marxista às posições dos fundadores do marxismo sobre a questão polonesa. A resposta passava por analisar as transformações econômicas e políticas ocorridas na Polônia a partir da metade dos anos 1860, período que passa ao largo das análises de Marx e Engels.

Se, por um lado, a revolta de janeiro de 1863 inicia um período de maior controle político sobre a Polônia por parte do czarismo, por outro, também é um período de grande desenvolvimento do modo de produção capitalista no país. Luxemburgo reproduz para o caso polonês a mesma lógica do *Manifesto Comunista*, segundo o qual a burguesia “geraria seu próprio cozeiro” (MARX, ENGELS, 2005, p. 25): “na Rússia, muitas coisas mudaram: o país não se encontra mais no congelamento social absoluto, como parecia ser há trinta anos; a jovem toupeira – o capitalismo – escava suas fundações, e isto garante a destruição total do absolutismo” (LUXEMBURG, 1979, p. 200, tradução nossa).

As origens do desenvolvimento do capitalismo na Polônia datavam, para Luxemburgo, do período seguinte ao estabelecimento do Reino da Polônia pelo Congresso de Viena. Tomando por referência o conceito de “manufatura” de Marx, Luxemburgo afirma que a década de 1820 a 1830 corresponde ao surgimento da manufatura polaca (LUXEMBURG, 1979, p. 61). Teriam contribuído para a manufatura polonesa a integração de artesãos alemães e um conjunto de medidas impostas pelo governo russo, como facilidades para aquisição de ferramentas, terrenos e isenções tributárias. Ainda de acordo com Luxemburgo:

---

<sup>3</sup> Tomando como referência a bibliografia levantada por Gilbert Badia, Luxemburgo escreve, entre 1893 e 1896, 35 textos, todos em polonês. Tomaremos como referência para nossas análises, para além do Relatório de 1893, artigos que a autora escreveu entre 1896 e 1897 e publicados principalmente na imprensa da social-democracia alemã.

Foram os *ukases* czaristas (1815-1830) que atraíram fabricantes industriais do exterior para a Polônia e destruíram a antiga ordem nobiliária a fim de criar as condições preliminares para o estabelecimento da indústria moderna. Foram os renegados abertos e servis da Rússia – os magnatas poloneses – que, na qualidade de governo autônomo da Polônia do Congresso, no mais estreito acordo com a Rússia, empreenderam a política de apoiar a indústria de grande escala (1979, p. 230, tradução nossa).

Ainda mais importante para o desenvolvimento da manufatura foram os impactos aduaneiros das decisões do Congresso de Viena. O Congresso estipulava a livre circulação comercial entre as partes da Polônia, o que gerou uma importante vantagem econômica para a Polônia russa: ela conseguia importar matérias-primas da Polônia prussiana, mas era protegida pelas restrições comerciais impostas pela Rússia à importação de bens manufaturados:

[...] através da união com a Polônia, com base na tarifa alfandegária mencionada acima, a Rússia tornou-se assim acessível aos produtos alemães. Isto teve como consequência que a Polônia se tornou a oficina de processamento de produtos semiacabados alemães, que em sua maioria foram trazidos à Polônia do Congresso, terminados aqui e enviados à Rússia como produtos manufaturados poloneses livres de impostos (1979, p. 64, tradução nossa).

Assim, o mercado consumidor russo aparece desde os anos 1820 como uma importante destinação da produção polaca. Luxemburgo aponta que a produção têxtil polonesa chegou a ser consumida até mesmo na China. A revolta de 1830, contudo, pôs fim a esse ciclo econômico: altas barreiras tarifárias são impostas aos produtos poloneses, que já não conseguem mais acessar os mercados russos. O curto ciclo econômico iniciado em 1820, ainda que tenha permitido a expansão da manufatura, não chega a gerar a grande indústria no país, cuja economia segue sendo principalmente agrária. Conforme Luxemburgo, “a indústria urbana desempenhou apenas um papel subordinado na vida social polonesa até os anos cinquenta e até mesmo os

anos sessenta. Ainda é a propriedade rural que dá o tom na economia e na política do país” (1979, p. 67, tradução nossa).

Para Luxemburgo, a transição para a grande indústria ocorreu entre 1850 e 1870 devido a quatro fatores. Em primeiro lugar, a abolição das barreiras alfandegárias entre Polônia e Rússia em 1851, a partir de quando a Polônia e a Rússia constituem um todo único do ponto de vista da política de comércio exterior (1979, p. 68, tradução nossa). A Guerra da Crimeia e a grande demanda gerada pelo exército russo impulsionam o crescimento da indústria polonesa, que também passa por mudanças qualitativas com a introdução de novas técnicas de produção, particularmente no setor têxtil (1979, p. 69, tradução nossa).

O segundo fator foi a expansão das linhas férreas. Em 1865, o país tinha 635 quilômetros de linhas férreas e, em 1887, esse número já chegava a 2.084 quilômetros. Quanto ao número de fábricas, em 1865, o país tinha 180 fábricas, usando 375 motores a vapor, totalizando 3.746 cavalos de potência. Em 1878, esse número havia crescido para 674 fábricas com 807 motores e uma capacidade total de 14.627 cavalos (WANDYŃCZ, 1974, p. 201).

O terceiro fator foram as reformas agrárias, que aboliram a servidão, ocorridas primeiro na Rússia (1861) e, em seguida, na Polônia (1864). Por meio delas, “a grande massa de camponeses obteve muito dinheiro e também se tornou compradora de produtos manufaturados” (LUXEMBURG, 1979, p. 70, tradução nossa). Por fim, o quarto fator a gerar a transição da indústria polonesa foi a política aduaneira da Rússia em relação aos demais países, “que tinha deixado os mercados domésticos da Rússia para exploração exclusiva pelos industriais do país e garantido seus lucros, que variavam de 40 a 60%, tudo isso colocou a indústria polonesa no paraíso da acumulação primitiva em que cresceu como um cogumelo” (1979, p. 201, tradução nossa).

Com sua análise sobre o desenvolvimento polonês, Luxemburgo esboça uma interpretação que evidencia que o formato de desenvolvimento do capitalismo, como ocorrido na Europa Ocidental, não era universal. Ao contrário do que havia ocorrido em países como França e Inglaterra, em que

as revoluções burguesas haviam lançado as bases para o Estado-nação, a ação da burguesia polonesa era diferente. O desenvolvimento polonês se fez menos como consequência da ação da burguesia e mais pela ação do Estado russo. Como menciona Luxemburgo:

Em uma Polônia com uma economia natural, que representava uma forma de produção totalmente retrógrada, carente de apoio entre o povo porque vinha do exterior, mantida fora do governo, formada por uma massa heterogênea de indivíduos ambíguos de todo o mundo [...] sem história ou tradição, estrangeiros e desprezados em seu próprio país, a burguesia, de forma autônoma, não desenvolveu nenhum papel significativo na Polônia aristocrática até os anos setenta. A Polônia, até a reforma camponesa, era representada apenas pela nobreza (1979, p. 231, tradução nossa).

Fortalecida pelo desenvolvimento econômico da segunda metade do século XIX, a burguesia polonesa passa de uma força política marginal à aceitação da dependência em relação à Rússia. Até a revolta de janeiro de 1864, a tensão entre nobreza e burguesia é crescente e ela só se resolve pela intervenção russa, que inflige uma dura derrota à nobreza por meio da reforma agrária de 1864 e o maior controle político imposto ao país.

O fato é que após o fracasso da revolta de janeiro, o nacionalismo e a defesa da independência perdem força entre as classes dominantes polonesas. A sobrevivência da Polônia dependeria já não mais de lutas armadas, mas do seu fortalecimento econômico. Essa foi a base do programa do “trabalho orgânico e radical”, idealizado pela burguesia polonesa e que buscava “reunir os instrumentos materiais e espirituais e consolidar a nação internamente: riqueza nacional, educação e pacificação de todas as classes, estes são os objetivos mais imediatos” (LUXEMBURG, 1979, p. 233, tradução nossa).

De acordo com Luxemburgo, o “trabalho orgânico” inicia um período de “abstinência política” da sociedade polonesa, em que o objetivo de desenvolver materialmente o país deveria se impor acima de eventuais disputas políticas. Uma vez que o desenvolvimento industrial polonês se fazia vinculando o país ao mercado consumidor russo, o “trabalho orgânico”



significou, na prática, o fortalecimento da burguesia. Lançado como proposta no início dos anos 1870, ao final dos anos 1880 já havia cumprido o papel de consolidar a grande indústria e podia ser abandonado como retórica nacionalista: “o enriquecimento se torna um objetivo *sans gêne et sans phrase*” (1979, p. 236, grifo da autora, tradução nossa).

Ao aceitar o programa ingênuo do “trabalho orgânico”, a sociedade polonesa vendeu sua alma ao diabo. O tão esperado renascimento da Polônia se manifestou na mais trivial escalada capitalista, reduzindo a ação preparatória da independência polonesa à pura e simples abstinência política. [...] Vocês puderam apreciar os favores recebidos no aspecto econômico do desenvolvimento capitalista; agora, por favor, tirem também as consequências políticas. (1979, p. 237, tradução nossa).

A partir da metade dos anos 1880, a grande indústria polonesa já estava estabelecida e suas exportações chegavam até a Ásia Central. Segundo a análise de Luxemburgo, a partir desse momento a indústria passou a subordinar todas as áreas da vida material polonesa (1979, p. 96). Além disso, dada a natureza do vínculo econômico estabelecido entre Rússia e Polônia – a saber, a complementaridade entre produção polonesa e realização no mercado consumidor russo – as classes dominantes dos dois países desenvolvem uma convergência política entre elas. Lançando as bases para a superação de eventuais divergências nacionais entre a burguesia, o desenvolvimento capitalista também criava as condições objetivas para uma outra convergência política: a da classe trabalhadora dos dois países.

#### **4. Comentário sobre a hipótese econômica de Luxemburgo**

A hipótese da integração econômica entre Rússia e Polônia lançada por Luxemburgo nos seus primeiros escritos marcou os estudos sobre a história econômica do país. Fortemente apoiada nos dados disponíveis à época, Luxemburgo apresentou uma importante fundamentação empírica de sua hipótese, particularmente na sua tese de doutorado.

Os estudos posteriores sobre a economia polonesa evidenciaram, contudo, que sua hipótese era parcialmente imprecisa. Para a autora, as mudanças no âmbito das tarifas alfandegárias do Império Russo ocorridas em 1851 teriam tido dois impactos. Em primeiro lugar, a eliminação das tarifas entre Polônia e Rússia teriam aberto espaço para a livre circulação de bens entre os dois países, permitindo o aumento das exportações polonesas.

Essa primeira conclusão de Luxemburgo, de fato, é empiricamente válida. A tabela 1 permite acompanhar a variação dos *quanta* de produtos exportados da Polônia para a Rússia<sup>4</sup>. Enquanto o *quantum* exportado de açúcar, um dos principais produtos da agricultura polonesa, apresenta pequena variação negativa durante o período analisado, os *quanta* exportados dos produtos industriais analisados apresentam um forte crescimento.

**TABELA 1 - Exportações do Reino da Polônia para o Império Russo em cinco categorias de bens (1885-1910) (em milhares de pud\*)**

	Têxteis	Produtos de ferro	Açúcar	Papel	Maquinário para agricultura
1885	1.032	1.407	-	-	-
1890	1.899	1.706	1.309	240	235
1895	2.657	4.610	1.062	290	-
1900	4.115	2.701	900	409	292
1905	3.575	5.163	1.206	449	724
1910	5.178	3.918	1.238	935	797

\* 1 pud = 16,38kg

Fonte: JEZIEWSKI (1967, p. 149)

Na tabela 2, vemos o valor das exportações polonesas para o Império Russo. Destacam-se, nesse caso, as exportações de tecido e produtos de ferro, que correspondem a mais de 90% do valor exportado. Ainda que seja difícil formular conclusões precisas partindo de dados precariamente estimados,

<sup>4</sup> A reflexão desta seção é fruto das discussões com o prof. Jawad Daheur em seu seminário na École des Hautes Études en Sciences Sociales sobre a história econômica da Europa Central e Oriental. O prof. Daheur foi a primeira pessoa que nos chamou a atenção para os dados de comércio exterior polonês compilados. Além do professor Daheur, agradecemos também à Biblioteca Central de Estatísticas do governo da Polônia e seu bibliotecário Tworzydło Remigiusz, que, muito gentilmente, nos ajudaram com a pesquisa bibliográfica que nos permitiu compilar os dados apresentados a seguir.

é lícito, pelo menos, afirmar que a composição da pauta de exportação polonesa respalda a hipótese de um intenso desenvolvimento industrial.

A segunda conclusão de Luxemburgo é que, a partir de 1851, com a incorporação da Polônia ao regime aduaneiro russo, os vínculos da economia polonesa com os países ocidentais teriam sido rompidos e o país teria passado à autarquia. Essa segunda conclusão, contudo, revela-se equivocada.

**TABELA 2 - Valor das exportações do Reino da Polônia para o Império Russo (1885-1910) (em milhões de rublos)**

	Têxteis	Produtos de ferro	Açúcar	Papel	Maquinário para agricultura	Total
1885	56,8	14,1	-	-	-	70,9
1890	103,9	17,1	5,9	1,4	1,2	129,5
1895	133,8	46	4,8	1,7	-	185,3
1900	226,3	27	4	2,5	1,5	261,3
1905	196,6	51,6	5,4	2,7	3,6	259,9
1910	284,8	39,2	10,1	5,6	4	343,7

Fonte: JEZIEWSKI (1967, p. 149)

Na tabela 3, vemos a evolução das exportações polonesas para os países ocidentais. Nesse caso predomina a exportação de bens primários, particularmente madeira e cereais, este último apenas até 1905. O motivo para a queda das exportações de cereais poloneses no início do século é a imposição de barreiras alfandegárias pela Alemanha a partir de 1902. A partir dos dados da tabela 3, é possível perceber a parcialidade das hipóteses de Luxemburgo. Certo, a autora não chega a desenvolver uma análise sobre as exportações polonesas para ocidentais. Contudo, o crescimento do valor das exportações para esses países indica que a barreira russa não era impeditiva. De toda forma, os dados da tabela 3 indicam uma constatação importante: a Polônia não estava integrada economicamente apenas ao Império Russo, mas também aos países ocidentais. Não resta dúvida que, em termos de escala, o comércio com o Império é mais relevante que aquele realizado com os países ocidentais. Contudo, não se pode desprezar que esse comércio contribuiu para o crescimento da economia polonesa.

A tabela 4 traz os dados consolidados de comércio exterior da Polônia com o Império e o Ocidente. A década de 1880 parece ser um marco para a economia industrial polonesa. Como menciona Luxemburgo, trata-se do momento em que a grande indústria se consolida e passa a condicionar toda a economia no país. Com as transformações ocorridas nessa década, as importações oriundas de países ocidentais apresentam um aumento expressivo, ao passo que as exportações para esses países permanecem estáveis. Uma vez que as importações são uma função do nível de desenvolvimento doméstico das forças produtivas, o aumento das importações indica que a economia polonesa passava por um período de grande desenvolvimento, o que aumentava a demanda por insumos importados.

Como mostra a Tabela 6, a partir de 1890, o país passa a importar uma parcela crescente de máquinas e matérias-primas, o que evidencia que sua estrutura industrial estava concentrada na produção de bens intermediários e bens finais. Lã, couro e algodão são importados para abastecer a indústria têxtil, cuja produção tinha como principal mercado consumidor o Império como poder visto na tabela 7. Dada a exportação crescente de produtos de ferro é lícito supor que a importação de máquinas e ferramentas teve como destino a ampliação da capacidade produtiva da indústria siderúrgica e metalúrgica.

**TABELA 3 - Estrutura das exportações do Reino da Polônia para os países ocidentais (1880–1910) (em milhares de rublos)**

	Total das exportações	Trigo	Centeio	Cevada	Aveia	4 cereais juntos		Ovos		Cavalos	Suínos	Total		Madeira		Açúcar	
						Rublos	%	Rublos	%			Rublos	%	Rublos	%	Rublos	%
1880	68.000	7.651	8.079	133	769	16.632	24,5	162	0,2	-	2.538	2.533	3,7	7.702	11,3	-	-
1885	64.000	7.484	8.965	1.933	797	19.184	30	1.043	1,6	299	2.060	2.359	3,7	4.049	6,3	3.542	5,5
1890	49.000	3.653	2.480	1.891	465	8.486	17,3	2.440	5	538	2.160	2.693	5,5	2.725	5,6	826	1,7
1895	45.000	3.000	2.409	1.010	519	6.938	15,4	2.900	6,4	3.780	2.800	6.580	14,6	4.434	9,9	1.344	3
1900	57.000	5.777	5.403	1.647	285	13.112	23	3.240	5,7	2.450	2.071	3.521	6,2	11.816	20,7	579	1
1905	60.000	1.013	425	681	230	2.349	3,9	3.880	6,5	543	2.480	3.023	5	9.960	16,6	242	0,4
1910	105.000	3.994	246	2.951	928	8.119	7,7	2.080	2	1.247	2.731	3.978	3,8	14.280	13,6	1.286	1,2

Fonte: JEZIERSKI (1967, p. 166-167)

Além disso, os dados da Tabela 5 revelam que a partir de 1890 o coeficiente de penetração das exportações alemãs com destino a Rússia tem uma importante variação, passando de 13,7%, em 1880, para 21,6%, em 1890, e segue em crescimento até os anos 1910. Se se considera que nesse período, a industrialização ganha força impulsionada por setores altamente oligopolizados como a siderurgia e bens de capital, é possível que as máquinas e ferramentas importadas pela Polônia fossem oriundas da indústria alemã.

**TABELA 4 - Total do comércio exterior do Reino da Polônia (1880-1910) (milhões de rublos)**

	Exportações			Importações			Saldo		
	Países ocidentais	Rússia	Soma	Países ocidentais	Rússia	Soma	Países ocidentais	Rússia	Soma
1880	68	47	115	105	26	131	-37	21	-16
1890	49	194	243	79	93	172	-30	101	71
1895	45	278	323	129	185	314	-84	93	9
1900	57	395	452	126	232	358	-69	163	94
1905	60	394	454	112	215	327	-52	179	127
1910	105	515	620	292	301	593	-187	214	27

Fonte: JEZIERSKI (1967, p. 151)

**TABELA 5 - Penetração de exportações alemãs em economias industriais (1880-1910) (%)**

	Rússia	Estados Unidos	Reino Unido	Itália	França	Total
1880	13,7	6,1	5,2	5,6	7	7,4
1890	21,6	11,5	8	8,8	6,4	9,2
1900	24,1	12,1	8,1	9,5	7,2	9,7
1910	23,4	9,4	7,9	12,4	9,3	10

Fonte: SOMMARIVA; TULLIO (1987, p. 47)

**TABELA 6 - Estrutura das importações do Reino da Polônia oriunda de países ocidentais (1880-1910) (em milhares de rublos)**

	Total importações	Ferramentas (A)	Máquinas (B)	Total (A+B) = (C)		Carvão (D)	Coque (E)	Ferro-gusa (F)	Total (D+E+F) = (G)		Algodão (H)	Lã (I)	Couro (J)	Total (H+I+J) = (K)		Total (C+G+K)	
				Rublos	%				Rublos	%				Rublos	%	Rublos	%
1880	105.000	-	5.744	5.744	5,5	-	1.519	2.049	3.568	3,4	11.330	2.166	528	14.024	13,4	23.336	22,2
1885	109.000	780	1.595	2.375	2,2	1.976	442	3.685	6.103	5,6	23.214	5.500	1.251	29.965	27,5	38.443	35,3
1890	79.000	700	478	1.178	1,5	936	1.793	2.043	4.772	6	6.409	2.675	405	9.489	12	15.439	19,5
1895	129.000	2.570	20.532	23.102	17,9	1.207	2.250	732	4.189	3,2	17.487	14.850	3.258	35.595	27,6	62.886	48,7
1900	126.000	2.730	36.743	39.473	31,3	2.999	3.772	989	7.760	6,2	25.244	8.825	4.338	38.407	30,5	85.640	68
1905	112.000	2.890	14.804	17.694	15,8	3.915	4.647	60	8.622	7,7	35.655	39.875	7.335	82.865	74	109.181	97,5
1910	292.000	800	14.630	15.430	5,3	6.899	3.798	73	10.770	3,7	41.876	43.875	10.650	96.401	33	122.601	42

Fonte: SOMMARIVA; TULLIO (1987, p. 47)

**TABELA 7 - Comércio de têxteis entre o Reino da Polônia e o Império Russo (1879-1911) (em milhões de rublos)**

	Exportações para o Império Russo	Importações do Império Russo
1879	14,6	5,3
1880	19,5	3,9
1881	37,7	-
1884	55,2	3,4
1885	56,8	2,7
1886	82,9	6
1891	103,9	11
1893	138,7	35,3
1894	161,9	39
1895	132,8	38
1899	198,3	55,9
1900	226,3	51,1

Fonte: JEZERSKI (1967, p. 173)

Ao contrário de uma integração unívoca entre Polônia e Rússia, os dados acima indicam uma dupla integração econômica em relação ao Reino da Polônia. A primeira, realizada com a Rússia por meio das exportações manufatureiras, é analisada por Luxemburgo nos textos sobre a questão polonesa. Já a segunda, a integração que se dava entre a Polônia e os outros países ocidentais, não chegou a ser analisada pela autora; contudo, longe de invalidar sua argumentação, reforça a conclusão de que

é uma lei imanente do modo de produção capitalista que aspira a ligar gradual e materialmente os lugares mais distantes, a colocá-los em mútua dependência econômica e finalmente a transformar todo o mundo em um único mecanismo de produção firmemente montado (LUXEMBURG, 1979, p. 154, tradução nossa).

O caráter expansivo e mundial do modo de produção capitalista aparece, portanto, indicado na tese de doutorado de Luxemburgo. Trata-se de um elemento analítico relevante da obra de Rosa, apresentado inicialmente em sua reflexão sobre a questão polonesa, mas que será desenvolvido em obras posteriores como em *Introdução à Economia Política*, publicada *post mortem*, em 1925, e, principalmente, em *A Acumulação do Capital* (LUXEMBURG, 1990; LUXEMBURGO, 1985).

## 5. Conclusão

Ao longo da breve exposição acima, pode-se notar como a questão polonesa ocupa um lugar privilegiado nas formulações de Rosa Luxemburgo. Na realidade, até o fim de sua vida, a autora seguiria investigando a questão das nacionalidades e sempre denunciando o nacionalismo.

A obra de Rosa a essa altura é perpassada por uma tensão entre o economicismo – dado marcante do marxismo da II Internacional – e a incorporação de elementos políticos. A forma como Luxemburgo desenvolve sua argumentação sobre a questão polonesa é marcada pelo economicismo, ainda que esta não seja a única perspectiva presente em seus primeiros textos. A

fusão econômica entre Polônia e Rússia seria um caso do que ela considera como uma “lei imanente” do capitalismo de vincular materialmente mesmo as regiões mais distantes do planeta. Essa “lei imanente” condicionaria inclusive a ação política da classe trabalhadora, o que evidencia a tendência economicista presente em seus primeiros textos.

No palco do capitalismo mundial, os diferentes grupos sociais se apresentam menos como nacionalidade do que como classe. Para Rosa, o elemento decisivo na compreensão da relação que se estabelece entre as classes é a divisão do trabalho entre as economias em questão: em economias que possuem bases econômicas complementares predomina a solidariedade entre as classes dominantes e onde as bases econômicas são semelhantes predomina a competição. Uma vez que a estrutura econômica do Império Russo era complementar à da Polônia, as burguesias polonesa e russa convergiam na sua ação econômica. Da mesma maneira, a classe trabalhadora polonesa e a russa também deveriam convergir em sua luta política.

Também é relevante o ponto de vista metodológico de Rosa, firmemente assentado no estudo da história. Isso permitiu compreender as mudanças ocorridas no capitalismo a partir da segunda metade do século XIX que culminaram na estruturação do imperialismo. Logo, a questão “nacional”, como analisada por Marx e Engels, já não é a mesma daquela analisada por Luxemburgo. Ela está diante de um funcionamento do capitalismo em que os condicionantes da economia mundial fazem-se sentir de forma mais evidente sobre os diferentes nacionais. Como aponta Silva:

(...) o ponto de partida de Rosa desdobra-se em inúmeros desafios para o pensamento marxista moderno, quando articula o internacionalismo do desenvolvimento capitalista em contradição com a possibilidade de autodeterminação nacional e a criação de Estados nacionais. De impacto, suas considerações relacionam esse amadurecimento econômico via imperialismo com a necessidade de ampliar a organização e a luta proletária internacional: sobrepujando a consciência nacional pela consciência de classe, priorizando a revolução socialista às revoluções nacionais burguesas; rompendo com os princípios do ideário revolucionário da burguesia nacional



pela ênfase à doutrina marxista; recusando a aliança e a tática da classe operária com a burguesia; apelando para os riscos de descaracterização e condicionamento das lutas de classes passadas e futuras (1989, p. 31-32).

Passado o “breve século XX”, período em que se viveram grandes expectativas e frustrações em relação ao nacionalismo – as lutas de libertação nacional são um bom exemplo disso – e que se encerrou com uma reafirmação do “internacionalismo” do capital, nos parece que as obras de Rosa acerca da questão nacional ganham nova vitalidade.

## Referências

- ANDERSON, Kevin. *Marx nas margens*. Tradução: Allan Hillani e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2019
- BADIA, Gilbert. *Rosa Luxemburg: journaliste, polémiste et révolutionnaire*. Paris: Sciences Sociales, 1975
- DAVIES, Norman. *God's Playground: A History of Poland*. New York: Columbia University, 2005
- HAUPT, Georges; LÖWY, Michael; WEILL, Claudie. *Les marxistes et la question nationale: 1848-1914*. Paris: L'Harmattan, 1997
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Tradução: Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2015
- JEZERSKI, Andrzej. *Handel zagraniczny Królestwa Polskiego, 1815-1914*. Varsóvia, 1967
- LESLIE, R. F. *The history of Poland since 1863*. Cambridge: Universidade de Cambridge, 1980
- LUKOWSKI, Jerzy; ZAWADZKI, Hubert. *A concise history of Poland*. London: Oxford, 2019
- LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação de Capital*. Tradução: Marijane Vieira Lisboa. São Paulo: Abril Cultural, 1985
- LUXEMBURG, Rosa. *El desarrollo industrial de Polonia y otros escritos sobre el problema nacional*. Tradução: Stella Mastrángelo, Conrado Ceretti, Eduardo Molina. Cidade do México: Pasado y Presente, 1979
- LUXEMBURG, Rosa. *Gesammelte werke. Band 5*. Berlim: Karl Dietz, 1990
- MACHADO, Luis Toledo. *Concepções políticas do Estado e da questão nacional nos séculos 19 e 20*. São Paulo: Mandacaru, 2000.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *On the Polish question*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx/ Engels Collected Works*, v. 6. Tradução: Jack Cohen. Londres: Lawrence & Wishart, 1976, p. 545-552
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005
- MATHUR, Chandana; DIX, Dermot. *The Irish Question in Karl Marx's and Friedrich Engels's Writings on Capitalism and Empire*. In: *Social Thought on Ireland in the Nineteenth Century*. University College Dublin Press: Dublin, 2019, p. 97-107
- ROSSOLILLO, Francesco. *Nação*. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: UnB, 1998, p. 795-799
- SILVA, Marilene Corrêa. *A questão nacional e o marxismo*. São Paulo: Cortez, 1989
- SOMMARIVA, Andrea; TULLIO, Giuseppe. *German Macroeconomic History, 1880-1979*. Nova York: Palgrave Macmillan, 1987
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Berkeley: Universidade da Califórnia, 2011
- WANDYCYZ, Piotr. *The lands of partitioned Poland, 1795-1918*. Seattle: University of Washington, 1974

LEONARDO LEITE

MATTHEUS ALVES

## TROCA DESIGUAL, DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA E SUPEREXPLORAÇÃO: QUAIS OS NEXOS CAUSAIS?

Recebido em 05/05/2023

Aprovado em 16/02/2024

# TROCA DESIGUAL, DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA E SUPEREXPLORAÇÃO: QUAIS OS NEXOS CAUSAIS?¹

## Resumo

No artigo discutimos a questão da troca desigual na obra *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini a partir da constatação de que ainda se trata de uma categoria de difícil manejo no âmbito da teoria marxista da dependência no século XXI. Na revisão da literatura contemporânea, mostramos que existe uma confusão a respeito da diferenciação entre troca desigual e deterioração dos termos de troca e do papel da superexploração da força de trabalho nesta relação. Nossa contribuição foi alertar que a superexploração da força de trabalho não é apenas um *mecanismo de compensação* da troca desigual, mas também um *mecanismo causal* da deterioração dos termos de troca. Para desenvolver esse ponto, sugerimos que o método de pesquisa operado por Marini envolve a estratificação da realidade em domínios diversos.

## LEONARDO LEITE

Professor Adjunto na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx).

Email: [leonardoleite@id.uff.br](mailto:leonardoleite@id.uff.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2949-6866>

## MATTHEUS ALVES

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Email: [mattheusa891@gmail.com](mailto:mattheusa891@gmail.com)

**Palavras-chave:** troca desigual; deterioração dos termos de troca; superexploração do trabalho; Ruy Mauro Marini

¹ Parte do argumento do artigo foi desenvolvido em pesquisa monográfica apresentada na Faculdade de Economia da UFF em setembro de 2021, tendo sido discutido no XXVII Encontro Nacional de Economia Política em 2022. Em função disso nos beneficiamos dos comentários e críticas de Eduardo Sá Barreto, Nazira Camely, Álvaro Martins e Carla Curty. Adicionalmente, registramos que as críticas e sugestões dos pareceristas anônimos também foram importantes para o amadurecimento do texto.

## **Abstract**

We discuss the issue of unequal exchange in Ruy Mauro Marini's Dialectic of Dependency, based on the fact that it is a concept hard to be unveiled by current thinkers and researchers in the field of Marxist Dependency Theory. In the literature review, we have shown that there is a misunderstanding about the contrasts between unequal exchange and the worsening of the terms of trade and the role played by super-exploitation of labor. Our contribution was to warn that the super-exploitation is not only a mechanism for compensating unequal exchange, but also a causal mechanism for the deterioration of the terms of trade. To develop this point, we suggest that the research method performed by Marini involves the stratification of reality in different domains.

**Keywords:** unequal Exchange; deterioration of the terms of trade; super-exploitation of labor; Ruy Mauro Marini

## I. Introdução

A existência de uma tendência à deterioração dos termos de troca entre centro e periferia ao longo do século XX, nos moldes levantados por Prebisch (2000), está bem documentado na literatura contemporânea (KVANGRAVEN, 2021; OCAMPO; PARRA, 2009; ERTEN, 2011). O problema, contudo, está em explicar esse fenômeno. Ruy Mauro Marini (2017[1973]), na *Dialética da Dependência*, oferece uma explicação distinta da oferecida por Prebisch, a qual, contudo, julgamos ser mal compreendida tanto entre os defensores da teoria marxista da dependência e que tentam preservar o legado de Marini no século XXI quanto de seus detratores.

É bem conhecida a truculenta crítica de Serra e Cardoso (1979) à *Dialética da Dependência*. Na primeira parte da crítica eles levantam um conjunto de supostos problemas na teoria da troca desigual de Marini, sem perceber que, na realidade, estão criando um espantinho muito distinto do argumento do autor que eles querem tirar de circulação. Por exemplo, eles dizem que Marini confundiu o intercâmbio desigual com a deterioração dos termos de troca (SERRA; CARDOSO, 1979, p. 45), o que não é verdade, como iremos demonstrar adiante.

Nos parece curioso que mesmo entre os defensores da teoria marxista da dependência este seja um ponto obscuro. Fizemos um levantamento bibliográfico em conhecidos portais de periódicos científicos, como *Scielo*, *Google Scholar* e *Portal de Periódicos da Capes*, também investigamos o acervo da Biblioteca digital do Grupo de Trabalho em Teoria Marxista da Dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (GT-TMD/SEP), usando as palavras-chave “termos de troca”, “troca desigual”, “intercâmbio desigual”, “teoria marxista da dependência” e “Ruy Mauro Marini” para identificar como a literatura contemporânea trata dessa questão. Nossa surpresa foi que muitos artigos não estabelecem uma distinção clara entre a troca desigual e a deterioração dos termos de troca. E os que tratam ambos como coisas diferentes *não explicam* a razão da diferença. Parece que “o segredo

da troca desigual”, como Marini escreveu na *Dialética da Dependência*, continua sendo... um segredo.

Nosso artigo é uma tentativa de contribuir para o esclarecimento dessa controvérsia. Iremos mostrar que a troca desigual e a deterioração dos termos de troca operam em níveis distintos do mercado mundial capitalista, com a segunda sendo um fenômeno ativado por um mecanismo causal gerado pela primeira. Também mostraremos que o entendimento corrente da literatura sobre a superexploração da força de trabalho é parcial. Apesar de ser bem conhecido como “*mecanismo de compensação*” da troca desigual, defenderemos que, além disso, é o *mecanismo causal* da deterioração dos termos de troca segundo o entendimento posto por Marini em *Dialética da Dependência*.

O artigo está estruturado em mais cinco seções, além desta Introdução. Na sequência (seção 2), apresentamos uma revisão da literatura contemporânea a respeito dessa temática para discutir o problema que estimulou esta pesquisa, que foi a maneira como a categoria da troca desigual (ou intercâmbio desigual, que trataremos como sinônimo) é tratada atualmente pelos intelectuais que reivindicam a teoria marxista da dependência. Depois (seção 3), discutimos brevemente a concepção de Raúl Prebisch e da Cepal a respeito da deterioração dos termos de troca, identificando os mecanismos causais sugeridos por esta escola do pensamento econômico. Na sequência (seções 4 e 5), apresentamos nossa interpretação a respeito da forma como Ruy Mauro Marini trata dessa questão na *Dialética da Dependência*, explicitando os motivos pelos quais a troca desigual não pode ser confundida com a deterioração dos termos de troca, descortinando o segredo que parece estar escondido aqui, que é o papel da superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação e mecanismo causal. Uma última seção traz as considerações finais.

## 2. O lugar da troca desigual e da deterioração dos termos de troca na literatura contemporânea

Levantando bibliografia através de buscas nas plataformas de periódicos científicos e na Biblioteca digital do GT-TMD/SEP, notamos que a retomada da teoria marxista da dependência, observada por Prado e Castelo (2013), segue com vigor. Encontramos inúmeros trabalhos marxistas que atualizam as categorias e os termos do debate a respeito da dependência, do imperialismo e dos impasses do desenvolvimento capitalista<sup>1</sup>. Nesta seção faremos uma discussão breve com um recorte específico dessa retomada, buscando identificar como eles respondem às seguintes questões que buscamos discutir neste artigo: qual o tipo de relação entre troca desigual e deterioração dos termos de troca? E qual o papel da superexploração da força de trabalho nessa relação? Esperamos, com esse diálogo, iluminar a questão e justificar a relevância de retomar o argumento original de Ruy Mauro Marini.

Franklin e Borges (2020) tratam exatamente do tema da troca desigual. O objetivo dos autores é averiguar empiricamente a ocorrência de transferências de valor do Brasil para o exterior entre 1995 e 2009. Na formulação conceitual, que prepara o terreno para a análise estatística, dizem que a troca desigual, do ponto de vista dos teóricos da dependência, é “uma interpretação marxista *inspirada* na tese da deterioração dos termos de troca” (FRANKLIN; BORGES, 2020, p. 2, grifos nossos).

Quando os autores explicam o debate sobre a troca desigual, dizem que Marini “argumenta que sua sustentação estaria assentada na superexploração da força de trabalho” (FRANKLIN; BORGES, 2020, p. 4). Eles não explicam, contudo, talvez por ser uma pesquisa cujo objetivo é a estimação empírica da transferência de valor via comércio internacional, qual seria o papel da superexploração na sustentação da troca desigual.

---

<sup>1</sup> Um tópico para pesquisa futura é uma análise bibliométrica dessa retomada.



Outra pesquisa muito recente publicada no Brasil é o trabalho de Duarte (2021). Tem foco e metodologia bem diferente de Franklin e Borges (2020), buscando compreender as articulações teóricas entre superexploração da força de trabalho e subimperialismo, a partir de Marini, com o desenvolvimento capitalista contemporâneo na América Latina. Em vários momentos do texto, que, diga-se de passagem, tem um excelente argumento, ele tateia o ponto que nos interessa. Ele diz que o diagnóstico da teoria marxista da dependência se assemelha ao oferecido pela teoria estruturalista da Cepal. Para ele, o argumento de Marini na *Dialética da Dependência* a respeito do comércio exterior da América Latina com os países centrais está “baseado na *deterioração dos termos de intercâmbio*” (DUARTE, 2021, p. 135, grifos nossos). Adiante, ele aponta que “o comércio centro-periferia gradualmente se caracterizaria pelo *intercâmbio desigual*, vale dizer, troca de bens com distintas composições de valores” e o “ponto chave” na compensação da transferência seria através de “aumentos nos graus de exploração do trabalho”, gerando ampliação do mais-valor nas economias periféricas e compensando os valores transferidos (2021, p. 137, grifos nossos). A síntese oferecida pelo autor está correta, e o fato de não distinguir o intercâmbio desigual com a deterioração dos termos de troca parece representar bem o tratamento de alguma maneira confuso com o qual os teóricos marxistas lidam com essas categorias.

Em Duarte (2013), o autor busca criticar, fundamentado na teoria marxista da dependência, o pensamento neoestruturalista da chamada Nova Cepal, associado à renovação teórico-ideológica a partir dos anos 1990 no âmbito da agência. Ele chega perto da questão que nos interessa quando diz que, quando “aumenta a oferta mundial de alimentos (bens-salário), os países latino-americanos acabam induzindo a uma redução dos preços dos produtos primários no mercado mundial” (DUARTE, 2013, p. 101). Está se referindo à deterioração dos termos de troca, mas não explica por que existe uma pressão para expansão da oferta de bens vendidos no mercado mundial pelos capitais latino-americanos. Adicionalmente, ele diz: “a *deterioração dos termos de troca* acaba sendo a expressão da realização de um *intercâmbio*

*desigual* de mercadorias entre nações industriais e não-industriais no interior da divisão internacional do trabalho. Tal intercâmbio, ao contrário de exprimir uma troca de equivalentes, conforma uma série de mecanismos que permitem realizar *transferências de valor*” (DUARTE, 2013, p. 101). Aqui ele mostra que deterioração dos termos de troca e intercâmbio desigual não são a mesma coisa, a primeira é “expressão” da segunda.

Na sequência do argumento, Duarte (2013) aponta a superexploração como mecanismo de compensação dessa transferência de valor, que é uma constatação muito importante e bem difundida a respeito da *Dialética da Dependência*. Contudo, ele não explica o papel da superexploração na relação entre intercâmbio desigual e deterioração dos termos de troca. Franklin (2019), cujo objetivo é apresentar de forma didática o conceito de superexploração em Marini, também não desenvolve a vinculação entre trocas desiguais e superexploração, apesar de trazer uma pequena citação de Marini a esse respeito. Carleial (2010) faz uma análise interessante, comparando Marini com Cardoso e Falleto, e também reforça o nexos da superexploração como mecanismo de compensação das trocas desiguais. Morais e Almeida (2021), fazendo um retrospecto histórico da teoria marxista da dependência, apontam a vinculação da superexploração com o intercâmbio desigual como mecanismo de compensação, mas também não desenvolvem a vinculação com a deterioração dos termos de troca. Carcanholo (2008) discute as possibilidades de desenvolvimento para economias periféricas e também analisa a superexploração nesses mesmos marcos. Wagner (2007) também caminha nessa direção.

Wagner (2007, p. 68) aponta que o “intercâmbio desigual” é um dos “conceitos chaves” que estruturam a teoria de Marini. Contudo, ele parece não perceber seu segredo, quando diz que a análise do “lugar dos países latino-americanos em termos do comércio internacional” deve ser feita “a partir do que Marini chama de ‘depreciação dos preços primários no mercado mundial’ ou, em outras palavras, a deterioração dos termos de troca”. E completa: “A razão deste desequilíbrio encontra-se, para Marini, no fato

de que os países desenvolvidos, ao produzirem bens que os países dependentes não produzem, podem vendê-los a um preço acima do seu valor” (WAGNER, 2007, p. 68). Ao situar a “razão” da deterioração dos termos de troca na diferença entre preços e valores, Wagner se aproxima da categoria do intercâmbio desigual, embora deixando algumas partes da explicação pelo caminho. Contudo, não explica a vinculação entre ambos e a relação com a superexploração da força de trabalho.

Rho e Branca (2019) parecem ser mais rigorosas quando apontam que

Marini explicó el intercambio desigual y la transferencia de valor a los centros capitalistas, desde una perspectiva que complejizó la concepción cepalina de la desigualdad en el intercambio basada en el tipo de bienes producidos, ya que integró en el análisis de la transferencia de valor, la fijación de los precios de mercado y los precios de producción de mercancías (p. 84).

A indicação de que Marini complexificou a tese da deterioração dos termos de troca é muito interessante porque permite visualizar que essa tese possui relação com a troca desigual, mas não são as mesmas categorias. Esta é mais complexa que aquela porque inclui na análise a fixação dos preços de mercado (dando origem a transferências de valor via posições monopolistas de capitais nos países centrais) e os preços de produção (que ensejam a transferência de valor através das diferenças de produtividade).

Por esse caminho, Carcanholo e Amaral (2008, p. 171-177) foram os primeiros a descortinar, pelo que temos conhecimento, os “mecanismos de transferência de valor” operantes no comércio internacional, típicos do intercâmbio desigual. Eles mostram que a concorrência entre capitais, tanto no mesmo ramo de produção quanto em ramos distintos, produz redistribuições do mais-valor gerado pelos capitais menos produtivos em direção aos capitais mais produtivos, cujo “ponto crucial” é a “distinção entre a lógica da produção e [a lógica] da apropriação”. Segue daí que a apropriação dos valores produzidos na periferia pelos países centrais não inviabiliza a acumulação de capital nas economias dependentes porque estas utilizam o recurso à

superexploração da força de trabalho (CARCANHOLO; AMARAL, 2008). Não é o foco de Carcanholo e Amaral (2008) a discussão da deterioração dos termos de troca e desse ponto do argumento em diante eles caminham em direção à categoria do exército industrial de reserva nas economias dependentes.

Quase despreziosamente, numa nota de rodapé, Carcanholo e Amaral (2008, p. 172) lembram que o intercâmbio desigual não é condição necessária para a superexploração da força de trabalho, que é um ponto levantado por Marini, tanto na *Dialética da Dependência* quanto na resposta ao ataque truculento de Serra e Cardoso, quando apontam que a superexploração é “acicateada” pelo intercâmbio desigual.

O livro de Luce (2018), aliás, além de colocar os problemas e categorias da teoria marxista da dependência com muita competência, traz uma interpretação abrangente e inovadora sobre o intercâmbio desigual, motivo pelo qual precisamos nos deter com mais atenção em seu argumento. É interessante a forma como o autor coloca a “questão fundamental” que Marini tentou resolver teoricamente em *Dialética da Dependência*: se o traço distintivo do capitalismo é a produção de mais-valor relativo, que tende a baratear os preços de mercado ao longo do tempo, “por que justamente nos países de menor produtividade os preços apresentam uma tendência maior à queda?” (p. 27). Nessa forma de apontar para o problema da deterioração dos termos de troca, parte-se de uma contradição real: no comércio internacional os preços tendem a cair mais rapidamente nas mercadorias nas quais os valores tendem a cair mais vagorosamente. Depois de apontar sua questão fundamental, Luce (2018, p. 27) diz que a superexploração da força de trabalho é a “outra face” da transferência de valor.

Um problema da abordagem de Luce (2018, p. 31), a nosso ver, é que ele supõe que quando Marini diz “mesma esfera de produção” está dizendo, na verdade, “mesma economia”. Por exemplo, agronegócio na periferia não seria a mesma esfera de produção do agronegócio dos países imperialistas. Ou seja, a soja brasileira não estaria na mesma esfera de produção que

a soja estadunidense, mesmo que fossem mercadorias com valores de uso exatamente idênticos. Essa é uma afirmação muito controversa, da qual discordamos, mas importante para o conjunto do argumento de Luce, por motivos cuja discussão foge ao escopo deste artigo<sup>2</sup>. O texto de Carcanholo e Amaral (2008) oferece um contraponto interessante nessa questão da concorrência intrassetorial<sup>3</sup>.

Ademais, Luce (2018) também defende a tese de Marini presente em *Dialética da Dependência* de que as transferências de valor significariam uma “burla” da lei do valor<sup>4</sup>. Ele se baseia na ideia de que existe uma “determinação negativa do valor” que faz com que a troca de não equivalentes seja mais frequente na periferia, ao contrário das economias centrais, cujo “momento predominante” seria o intercâmbio de equivalentes (LUCE, 2018, p. 31). Acreditamos que tem um problema aqui, porque, nas economias centrais, supondo velocidade maior de propagação do progresso técnico, os desníveis entre produção e apropriação seriam maiores. A troca de não equivalentes ocorre na interação entre as economias, por isso é importante considerar a concorrência na mesma esfera e em esferas distintas (CARCANHOLO; AMARAL, 2008).

Chegando no ponto que mais nos interessa, Luce (2018, p. 50) separa a “transferência de valor *tout court*” da “transferência de valor como intercâmbio desigual” e classifica como “formas da transferência de valor como intercâmbio desigual” a deterioração dos termos de troca, serviços da

---

<sup>2</sup> Note-se que a abordagem de Luce para o problema do intercâmbio desigual se baseia na ideia de que diferentes níveis de produtividade entre formações econômico-sociais distintas significam diferentes níveis de intensidade nacional de trabalho, que faz Luce caminhar pelo terreno do trabalho potenciado, o qual é a base da crítica de Félix (2021) à categoria da transferência de valor posta na *Dialética da Dependência*. São pontos que merecem uma crítica específica e detalhada. Dada a profundidade dos argumentos dos autores, não é possível desenvolver suas ideias aqui. Interessados nessa discussão podem consultar Leite, de Paula e Corrêa (2023).

<sup>3</sup> Carcanholo e Amaral (2008) mostram que, quando se trata da mesma esfera de produção, Marx e Marini representam capitalistas que atuam na produção de mercadorias de mesmo tipo, com mesmo valor de uso. Como as mercadorias na mesma esfera de produção são vendidas por um único valor social, a apropriação de mais-valor extraordinário pelos capitais mais produtivos ocorre em função de desníveis de produtividade. Ver, também, Leite, de Paula e Corrêa (2023)

<sup>4</sup> Para um debate sobre o tema, especialmente para a discussão sobre lei do valor em Marx, ver Corrêa e Carcanholo (2016, p. 16-17).

dívida, remessas de lucros, apropriação de renda da terra<sup>5</sup>. Nessas páginas ele afirma e reafirma a “transferência de valor como intercâmbio desigual” como a essência dessas formas. Precisamos apontar que existe uma controvérsia aqui quando ele indica que, para os fundadores da teoria marxista da dependência, “a deterioração dos termos de intercâmbio” seria uma forma de transferência de valor. Pelo menos na *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini parece não ser assim. A partir da transferência de valor ele explica a deterioração dos termos de troca, sem colocar uma como forma da outra.

Ruy Mauro Marini é claro em reconhecer a existência da deterioração dos termos de troca. Luce (2018, p. 53-57) apresenta dados que corroboram empiricamente a tendência de deterioração dos termos de troca, mas não explica a relação entre transferência de valor e essa deterioração, apenas indicando que “por detrás de preços deprimidos havia a relação-valor” (p. 50). Quando aponta a explicação da Cepal para a deterioração, o faz de maneira algo imprecisa, como iremos indicar na próxima seção, e diz que seria “preciso buscar, dialeticamente, nos elementos da produção do valor e da *transferência de valor* no mercado mundial as raízes para a queda dos preços relativos do comércio internacional em desfavor dos países dependentes” (p. 53). O autor tem razão nesse ponto, isto é, da transferência de valor se explica a queda dos preços relativos, mas não desenvolve a relação dialética que explica essa dinâmica.

Quando Luce (2018, p. 169) aponta as “causas para os baixos níveis salariais” na América Latina, indica uma relação entre superexploração e troca desigual: a burguesia dependente procura “contra-arrestar as transferências de valor a que se encontra subordinada apertando o torniquete sobre os trabalhadores, isto é, deslocando o fundo de consumo do trabalhador para o fundo de acumulação do capital”. Em outras palavras, reiterando o que

---

<sup>5</sup> O procedimento de Luce é distinto de Leite (2017) e Moura (2020), que separam a transferência de valor via intercâmbio desigual ou comércio internacional da transferência de valor via investimentos ou propriedade do capital.

vários autores indicam a respeito desse tema, a superexploração é o “mecanismo de compensação para as transferências de valor como intercâmbio desigual” (p. 169). Como já dissemos, esse argumento é claríssimo na *Dialética da Dependência*. Mas no processo de crítica à teoria da deterioração dos termos de troca, Marini vincula a superexploração da força de trabalho com a transferência de valor através do intercâmbio desigual não apenas como mecanismo de compensação. Luce também não explica essa outra relação, base da explicação de Marini para a deterioração dos termos de troca.

Para finalizar esta revisão, é preciso verificar como outro autor muito influente na retomada da teoria marxista da dependência no século XXI analisa a questão. Osório (2016, p. 508-511) aponta que os processos de transferência de valor “estão na base da deterioração dos termos de troca” e a superexploração é resultado dessa transferência de valor, correspondendo a medidas postas em prática pelos “capitais que operam na região a fim de fazer frente a uma situação tão desfavorável”. E, complementando o raciocínio, ele diz que a superexploração “passou a ser também um mecanismo vital para enfrentar as debilidades produtivas na concorrência e compensar as *transferências de horas de trabalho e de valor no mercado mundial*, além de funcionar como fórmula para elevar os lucros dos capitais operantes na região” (OSÓRIO, 2016, p. 511, grifos nossos)<sup>6</sup>.

No debate com Cláudio Katz e Iñigo Carrera, Jaime Osório discute explicitamente a vinculação da troca desigual com a superexploração da força de trabalho, mas não indica a relação de ambas com a deterioração dos termos de troca:

La reproducción de capitales en el capitalismo dependiente se sustenta en la superexplotación. Un capitalismo de esta naturaleza no puede competir en los mercados mundiales sin permitir sufrir intercambios desiguales.

---

<sup>6</sup> Se valor é trabalho humano abstrato que pode ser mensurado em tempo de trabalho socialmente necessário, não entendemos o que Osório (2016, p. 511) quer dizer com “transferências de horas de trabalho e de valor no mercado mundial”. Parece uma influência de Mandel (1982), que usa a ideia de transferência de horas de trabalho, mas não é possível avançar nesta questão neste momento.

Y dichas transferencias alimentan la baja productividad, la débil o nula diversificación productiva, un lugar subordinado en las divisiones internacionales del trabajo, una producción volcada a los mercados exteriores, violar regularmente el valor de la fuerza de trabajo y el despliegue de un capitalismo que desarrolla el subdesarrollo (2019, p. 66).

Para rejeitar a tese que sobredimensiona a apropriação de renda da terra em detrimento das transferências de valor via intercâmbio desigual, Osório defende a existência de deterioração dos termos de troca, baseado no estudo de Ocampo e Parra (2003), sem, contudo, explicitar a vinculação com a superexploração: “con estadísticas desde fines del siglo XIX hasta entrado el siglo XXI, se muestra que los precios de la mayoría de los productos de exportación de América Latina, sean materias primas o alimentos, han perdido peso relativo frente a los precios que la región adquiere de las economías desarrolladas” (OSÓRIO, 2019, p. 68)<sup>7</sup>.

Em outro texto publicado na Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Osório (2017) debate a questão da troca desigual, relacionando-a com a deterioração dos termos de troca, desta vez em debate com os adeptos da tese de que a apropriação de renda da terra inviabilizaria a transferência internacional de valor. Ele reitera que os estudos da Cepal a respeito da deterioração dos termos de troca “permitem vislumbrar o processo de intercâmbio desigual” (p. 91). Esta parece ser uma interpretação muito difundida, seja colocando a deterioração dos termos de troca como indício da troca desigual (OSÓRIO, 2017) ou como expressão e forma da troca desigual (DUARTE, 2013; LUCE, 2018). A interpretação de Luce, vale dizer, parece fortemente inspirada em Osório (2017). Como o ponto do artigo é rechaçar as teses dos adeptos da explicação da condição latino-americana via renda da terra, Osório, neste e também nos outros trabalhos que tivemos a oportunidade de conhecer, não oferece nenhuma explicação adicional para a relação entre troca desigual, deterioração dos termos de troca e superexploração.

---

<sup>7</sup> Um desenvolvimento dessa questão empírica pode ser encontrado em Ocampo e Parra (2009).



Um dos perigos teóricos de associar inadvertidamente a troca desigual com a deterioração dos termos de troca é se aproximar, mesmo que não intencionalmente, do procedimento de Serra e Cardoso (1979), cujo texto foi redigido para demolir a *Dialética da Dependência*. Segundo os neodesenvolvimentistas, “Marini propôs uma bizarra teoria do intercâmbio desigual, confundindo este fenômeno com a tendência à deterioração das relações de troca” (SERRA; CARDOSO, 1979, p. 45). Estes autores afirmam que Prebisch é quem põe a luta de classes no centro da explicação, ao enfatizar o papel dos sindicatos nos países centrais, e acusam Marini de não o fazer. Trata-se de uma afirmação sem cabimento, pois tratar o intercâmbio desigual como transferência de valores através da fixação dos preços, que é o procedimento na *Dialética da Dependência*, é colocar em primeiro plano a luta de classes, só que mundialmente considerada (LEITE; CARCANHOLO, 2021, p. 85). Considera-se que a exploração dos trabalhadores na periferia é operacionalizada e realizada pelas classes dominantes dos países periféricos e dos países centrais (OSÓRIO, 2016, p. 509).

Nas questões específicas que buscamos examinar, Borges Neto (2011, p. 102, grifos nossos) faz uma afirmação certa que contém o núcleo do argumento da *Dialética da Dependência*: a deterioração dos termos de troca é “tema relacionado com o intercâmbio desigual, mas *claramente distinto dele*”. Acertou em cheio! Precisamos agora *explicar por que são diferentes*. Para isso, vamos discutir brevemente a explicação de Prebisch e, na sequência, a crítica de Marini.

### **3. Raúl Prebisch e a deterioração dos termos de troca**

A crítica de Prebisch às teorias liberais do comércio exterior se ancora na observação da tendência à deterioração dos termos de troca do ponto de vista dos países periféricos. Isso porque a defesa do livre-comércio se apoia no princípio de que o “fruto do progresso técnico [industrial] tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade [isto é, inclusive para os países periféricos], seja através da queda dos preços, seja através do

aumento correspondente da renda” (PREBISCH, 2000, p. 71, inserção nossa). Para a teoria liberal, os países periféricos se beneficiariam da queda dos preços industriais em velocidade compatível com o maior progresso técnico, de modo que a divisão internacional do trabalho baseada nas vantagens comparativas seria a solução ótima.

Contudo, a partir do exame da relação empírica entre preços industriais e preços agrícolas, Prebisch (2000, p. 83) concluiu que, “enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico”. Segundo documento das Nações Unidas de 1949, citado por Prebisch, “(...) os países menos desenvolvidos, através dos preços que pagaram pelos produtos manufaturados, em relação àqueles que obtiveram para seus próprios produtos, sustentaram padrões de vida crescentes nos países industrializados, mas sem receberem, em troca disso, no preço de seus próprios produtos, uma contribuição equivalente para seu próprio padrão de vida” (NAÇÕES UNIDAS, 1949, p. 115-116, *apud* PREBISCH, 2000, p. 83).

A explicação de Prebisch (2000, p. 86 e 87) baseia-se no entendimento do movimento cíclico da economia, o qual considera essencial para compreender o fenômeno descrito anteriormente<sup>8</sup>. Para o autor, o ponto de partida é assimilar que existe uma disparidade contínua entre a demanda e oferta globais de bens produzidos nos centros cíclicos. Na fase ascendente do ciclo a demanda ultrapassa a oferta, aumentando preços, enquanto que na fase descendente ocorre o inverso, diminuindo preços. As variações do lucro estão intimamente ligadas a essa disparidade, sendo que na fase ascendente o lucro aumenta e tende a corrigir o excesso de demanda com a alta dos preços. Na fase descendente, os produtores diminuem os preços para corrigir o excesso de oferta, o que leva a uma redução do lucro.

---

<sup>8</sup> Rodríguez (2009, p. 129-166) sintetiza três versões para a teoria da deterioração dos termos de troca de Prebisch: versão contábil, versão ciclos e versão industrialização. Outra referência muito difundida nos estudos sobre o pensamento cepalino é Bielschowsky (2000).

O lucro é transferido dos empresários do centro para os da periferia através da alta dos preços primários. Quanto maior a concorrência entre os empresários do centro pela demanda de matérias-primas e alimentos e quanto maior o tempo necessário para aumentar a produção primária em relação ao tempo das outras etapas do processo produtivo, e quanto menores os estoques acumulados, tanto maior é a proporção do lucro que vai sendo transferido para a periferia. Com isso podemos concluir que os preços primários tendem a subir mais do que os preços industriais finais nas fases de ascensão do ciclo econômico, gerando uma transferência de lucros do centro para a periferia. Entretanto, como se observará a seguir, da mesma forma que os preços primários sobem mais que os industriais na fase ascendente, na fase descendente eles descem mais que os industriais. Esse é o ponto decisivo do argumento de Prebisch (2000).

Continuando com a descrição do processo cíclico na visão de Prebisch, durante a fase ascendente uma parte dos lucros se transforma em aumento dos salários nos centros em virtude da concorrência dos empresários entre si e das pressões feitas pelas organizações trabalhistas. Na fase descendente o lucro se contrai em virtude da redução de preços para corrigir o excesso de oferta. A redução das taxas de lucro leva à queda do investimento. Com isso reduz a demanda por trabalho, o que gera uma pressão dos capitalistas para reduzir o salário. No centro há uma resistência pela queda de salários em função do poder dos sindicatos industriais que não ocorre da mesma forma nos países da periferia. Com isso, a redução necessária de custos para os industriais do centro ocorre com a redução dos salários na periferia, permitindo a redução de preços primários. Essa redução na periferia é justificada pela desorganização dos trabalhadores de produção primária, principalmente dos trabalhadores da agricultura. Assim, quanto menos a renda pode se contrair no centro, mais ela se contrairá nos países periféricos. Com o passar dos ciclos os preços industriais vão se distanciando progressivamente dos preços primários (PREBISCH, 2000).

Se a periferia tivesse uma rigidez de salários parecida com a do centro, a pressão sobre a contração da renda seria maior até que esta fosse de fato reduzida. Pois, não havendo uma contração de preços da periferia para corrigir a disparidade entre oferta e demanda, os países centrais acumulariam estoque de mercadorias e diminuiriam sua produção industrial. Com isso, demandariam uma quantidade menor de produtos primários até que fosse feita uma contração no setor primário (PREBISCH, 2000). “O importante a notar desse trecho é justamente a sugerida relação orgânica entre o centro e a periferia, como se esta fosse extensão daquele, tal como implica a conhecida denominação pejorativa de quinta” (CARDOSO, 2019, p. 98).

De acordo com Cardoso (2019, p. 99), não adiantaria conter o fluxo de comércio internacional, pois esse permanece sendo fundamental para a periferia. Para as nações centrais, o comércio internacional permitiria acessar os bens que não foram escolhidos para serem produzidos. Já para os países da periferia o comércio internacional desempenharia um papel crucial, porque só por meio dele essas nações poderiam ter acesso a bens que ainda não são capazes de produzir.

Raúl Prebisch (2000, p. 183) diz que esse aumento da renda e da produtividade do centro, influenciado pelo progresso técnico e movimento cíclico da economia, alterou a cesta de consumo dos países centrais, fazendo com que fosse cada vez menos necessária a participação dos bens primários na fabricação dos bens industriais. “Em outras palavras, foi diminuindo o teor de produtos primários na renda real da população, especialmente nos grandes centros industrializados” (p. 182). A partir dessa consideração, o economista argentino expõe três razões que explicam o fenômeno descrito acima.

Em primeiro lugar, é importante entender que as transformações técnicas são capazes de elaborar, de maneira cada vez mais complexa, as matérias-primas necessárias para o processo produtivo. Isso leva a uma melhor utilização das matérias-primas, de modo que uma mesma quantidade de produtos primários se traduz em um valor proporcionalmente maior do que antes dos produtos finais industriais. E, por último, seguindo com o

raciocínio de Prebisch, as inovações técnicas possibilitam a produção de insumos sintéticos, que substituem os produtos primários naturais.

Entretanto, essa redução da demanda por produtos primários não significa que há uma redução da demanda global. Segundo Prebisch (2000, p.183), o aumento da renda leva a uma diversificação da demanda e, enquanto aumenta pouco a dos produtos primários, cresce consideravelmente a de bens industrializados. “Em outras palavras, a elasticidade-renda da demanda de importações primárias dos centros tende a ser menor do que um” (p. 183). Já a elasticidade-renda das importações manufaturadas da periferia tende a ser maior do que um. Ou seja, se aumenta a renda da periferia, é muito provável que aumente a demanda por bens manufaturados e diferenciados (CARDOSO, 2019, p. 97).

Em síntese, a explicação estruturalista para o problema da deterioração dos termos de troca parte do pressuposto da maior organização sindical dos países centrais. Com essa suposição, Prebisch forneceu as bases para as prescrições de política econômica que motivaram os processos de industrialização. Ademais, partem da determinação das rendas em direção aos preços de mercado. O procedimento de Marini, como discutido na próxima seção, é o oposto, partindo da disparidade técnica na divisão internacional do trabalho, pelo processo de produção desigual de valores, para chegar na relação entre preços de mercado. Nesse caminho, a superexploração da força de trabalho nos países periféricos aparece como mecanismo que ativa a deterioração dos termos de troca.

#### **4. Ruy Mauro Marini: intercâmbio desigual, superexploração da força de trabalho e deterioração dos termos de troca**

As teses cepalinas destacadas anteriormente têm influência na formação do pensamento de Ruy Mauro Marini. Enquanto esteve na França, nos anos 1950, no auge do desenvolvimentismo, Marini tem o primeiro contato com o marxismo (RUY MAURO MARINI E A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA,

2014) e se afasta das teorias do desenvolvimento, como ele mesmo comenta em suas memórias:

(...) esse era o momento em que a descolonização era vivida dramaticamente pela França, mediante a derrota na Indochina e a radicalização da guerra da Argélia, provocando rupturas no interior dos grupos políticos e intelectuais – fenômeno que acompanhei com vivo interesse, tanto mais que, em meu meio, eu convivia com jovens militantes argelinos, cambojanos e vietnamitas, além dos que provinham das colônias da África negra. *As teorias do desenvolvimento*, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: *instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização*. Começa, então, o meu afastamento em relação à Cepal, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adstrição ao marxismo (MARINI, 2003, p. 4, grifos nossos).

Apesar de não se referir exatamente à deterioração dos termos de troca nesta passagem, acreditamos que seu argumento em *Dialética da Dependência* está suficientemente desenvolvido para sustentarmos que a categoria da troca desigual não é o mesmo que a deterioração dos termos de troca, e que esta pode ser explicada pela vinculação entre troca desigual e superexploração da força de trabalho.

Como fartamente documentado na literatura contemporânea, Marini aponta mecanismos de transferências de valor através da troca de não-equivalentes, de mercadorias portadoras de valores distintos. “Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar *transferências de valor*, passando por cima das leis da troca, configurando uma *troca desigual*, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias (MARINI, 2017, p. 331). Em síntese, a troca desigual, para Marini, equivale ao processo de transferência de valor que ocorre através da fixação dos preços no comércio internacional.

Como essas transferências de valor podem ocorrer dentro do ramo de produção, entre capitais que produzem a mesma mercadoria, e entre ramos

distintos, Marini enfatiza o segundo caso, sem desconsiderar o primeiro, pois seria o mais típico de ocorrer no comércio entre nações industriais e nações desfavorecidas. Enquanto no primeiro caso a explicação da troca desigual reside nas diferenças de produtividade (capitais mais produtivos conseguem vender suas mercadorias por aproximadamente o mesmo preço de mercado dos capitais menos produtivos e assim auferir lucro extraordinário), no segundo caso reside nas diferenças de produtividade acrescidas do monopólio da produção (MARINI, 2017, p. 331-332).

Entre nações “que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas”, a troca desigual ocorre quando os países mais desenvolvidos vendem suas mercadorias por preços superiores aos valores. Neste caso, Marini aponta uma dupla transferência de valor: pela produção de mercadorias portadoras de maior produtividade, que garante preços de produção superiores aos valores (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p. 219), e pelo monopólio da produção, que permite, durante certo tempo, a elevação de preços de mercado acima dos preços de produção. No somatório desses dois mecanismos de transferência de valor, a ideia chave é que a nação desfavorecida cede gratuitamente uma porção de valores produzidos internamente em troca das mercadorias que adquire dos países mais avançados.

Antes de avançar no argumento, registre-se que Marini (2017, p. 331) está explicando a troca desigual a partir da “expansão do mercado mundial”, do “desenvolvimento das relações mercantis” em termos internacionais, sem mencionar uma única vez a deterioração dos termos de troca. Ao contrário, sua explicação reside na maneira pela qual “a base econômica” do capitalismo se desenvolveu, originando relações comerciais através das quais a “exploração internacional” ocorre com cada vez maior autonomia em relação à coerção extraeconômica baseada na violência política e militar.

Para explicar a deterioração dos termos de troca, Marini vai desenvolver a seguinte afirmação: “foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala” (MARINI, 2017, p. 331, grifos nossos). Na tentativa de atenuar a transferência de valor feita para os países centrais, baseada na

produtividade ou no monopólio de produção, os países latino-americanos colocarão em prática alguns mecanismos dentro de sua produção interna para aumentar a extração de mais-valia, que acarretarão em uma piora da qualidade de vida das massas: “Trata-se do recurso ao *incremento de valor trocado*, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isso permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado” (p. 332, grifos nossos).

Para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve explorar mais a força de trabalho através do aumento da intensidade do trabalho, prolongação da jornada ou redução do consumo do operário além do seu limite normal, ou seja, superexplorar sua força de trabalho (p. 332-333)<sup>9</sup>. O primeiro aparece como um aumento do desgaste do trabalho, o que, portanto, aumenta o valor da força de trabalho; o segundo também aumenta o desgaste da força de trabalho e, conseqüentemente, aumenta a intensidade; a terceira forma é a própria redução salarial:

Factualmente, todos contribuem para aumentar a massa de valor realizada e, por isso, a quantidade de dinheiro obtida através da troca. *Isso é o que explica, neste plano da análise, que a oferta mundial de matérias-primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção* (MARINI, 2017, p. 334, grifos nossos).

Assim se torna possível aumentar a quantidade de bens exportados e compensar a transferência de valor para o centro. Com o aumento da “oferta mundial de matérias-primas e alimentos”, os preços tendem a se reduzir, o que explica a deterioração dos termos de troca.

Ou seja, podemos concluir que há uma pressão do próprio sistema para a periferia produzir mais. Por que essa pressão aumenta “à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção”?

---

<sup>9</sup> Convém lembrar que, na resposta a Serra e Cardoso (1979), Marini (2008, p. 174) explica que a superexploração não é causada pela troca desigual, mas pela “febre de lucros que cria o mercado mundial e se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa”. Nesse sentido que ele diz, como Carcanholo e Amaral (2008) recordam, que a superexploração é acicateada pela troca desigual.



Porque quanto maior a distância entre preços de mercado e valor, maior a transferência de valor para o exterior e, portanto, mais intenso deve ser a atuação do mecanismo de compensação interno (a superexploração da força de trabalho), o que aumenta a massa de mercadorias vendidas. Essa tendência de se produzir cada vez mais explica a queda dos preços dos produtos primários em relação aos bens manufaturados (FÉLIZ, 2021, p. 30)<sup>10</sup>. Então, seguindo o argumento de Marini em *Dialética da Dependência*<sup>11</sup>, a deterioração dos termos de troca é uma consequência da superexploração do trabalho em vinculação com a troca desigual. Este nos parece ser o que o autor sugere como o segredo da troca desigual.

## **5. Troca desigual, superexploração e deterioração dos termos de troca: considerações sobre coisas estruturadas, mecanismos causais e fenômenos**

Para ser mais claro, vamos avançar mais sobre esse segredo. Marini, como já mostramos, e que não é novidade, ataca o desenvolvimentismo cepalino, pois sua teoria explica a realidade das economias latino-americanas mistificando-a (MARINI, 2017, p. 331; MARINI, 2008, p. 218; MARINI, 2003, p. 4). Em outras palavras, é como se as teorias burguesas colocassem um véu sobre a realidade, o que faz com que se gerem interpretações e explicações científicas parciais, que não conseguem captar a totalidade do

---

<sup>10</sup> Apesar de Félix (2021) discordar da existência da transferência de valor, ele concorda que a troca desigual envolve uma perda de mais-valor pelos capitais menos produtivos, e, então, por um caminho distinto, chega na mesma conclusão a respeito da vinculação causal entre troca desigual e declínio nos termos de troca.

<sup>11</sup> Fazemos questão de apontar a obra porque em outros textos, como na resposta a Serra e Cardoso (1979), o argumento não fica tão claro. Nesta resposta, Marini (2008) faz um comentário que mais ajuda a confundir do que a explicar, quando diz que o intercâmbio desigual “corresponde à deterioração dos termos de troca”: “Las relaciones entre las economías capitalistas avanzadas y dependientes, al expresar relaciones de intercambio entre sistemas productivos con distintos niveles tecnológicos y, por ende, con distintas intensidades medias de trabajo, normalmente hacen que se operen transferencias de valor vía precios, es decir, que se realice un intercambio desigual que corresponde, a la vez, al deterioro de los términos de intercambio en perjuicio de las últimas. Y es por esto, también, que éstas tienen que recurrir, como medida de compensación, a aumentar la magnitud extensiva e intensiva del trabajo que explotan, o sea, a los métodos de superexplotación del trabajo referidos a la producción” (MARINI, 2008, p. 184).

processo histórico concreto. E, sem fazer isso, suas prescrições de mudanças são confinadas ao horizonte temporal da sociedade burguesa. Como diz Bonente (2016, p. 186), a respeito das teorias burguesas do desenvolvimento, entre as quais a da Cepal, “trata-se apenas de projetar para o futuro configurações diversas de uma mesma formação social (o capitalismo)”. Embora as ideias da Cepal façam críticas às teorias liberais, não assumem uma posição “autenticamente ‘crítica’”, pois não dirigem sua crítica “contra as formas de existência objetiva que as reclamam como ideias correntes, necessárias” (BONENTE, 2016, p. 164).

Por esse critério, nos parece imperativo reconhecer o esforço de Marini em estabelecer uma *crítica autêntica*. Isso pode ser visto em seu argumento a respeito da troca desigual. Aqui, a crítica à teoria da deterioração dos termos de troca da Cepal não se restringe aos elementos puramente gnosiológicos, mas, ao contrário, quando explica a “exploração internacional” através do comércio exterior, o faz recorrendo ao que Lawson (1997, p. 40) chama de “estruturas, forças, mecanismos e tendências subjacentes que existem, sejam detectadas ou não, e governam ou facultam os eventos efetivos”. Marini parece ter considerado que o mundo é composto por “diferentes níveis da realidade [que] estão dessincronizados uns com os outros” (LAWSON, 1997, p. 40)<sup>12</sup>, de modo que sua explicação para a deterioração comercial dos países periféricos considera que a decadência dos termos de troca é um fenômeno efetivo, causado por um mecanismo (a superexploração) ativado pela troca desigual<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> O contexto em que Lawson (1997) desenvolve essa discussão é na apresentação do que ele chama de ‘realismo transcendental’ (mais comumente denominado como ‘realismo crítico’ na filosofia da ciência contemporânea), inspirado em Roy Bhaskar, como uma concepção de ciência crítica ao dedutivismo e ao realismo empírico.

<sup>13</sup> “Um mecanismo é basicamente um modo de agir e funcionar de uma coisa estruturada. Bicicletas e foguetes funcionam de certos modos. É claro que não podem funcionar ou agir do modo como o fazem sem possuir o poder para tal. Mecanismos, então, existem como poderes causais das coisas. Os poderes de coisas estruturadas são usualmente exercidos apenas como resultado de algum input: o ascender de um fósforo, o levantar e manusear de um martelo, o ligar um computador ou a interação com ele, a flexão de cordas vocais, a chegada de crianças e professores na escola ou de empregados em seus locais de trabalho. E os mecanismos, quando disparados (onde relevantes), produzem efeitos. *Coisas estruturadas, então, possuem poderes causais que, quando disparados ou liberados, atuam como mecanismos generativos para determinar os fenômenos efetivos do mundo real*” (LAWSON, 1997, p. 40, grifos nossos)

A detecção do mecanismo causal que governa o fenômeno parece ser efetuada como uma operação lógica retrodutiva. Consideramos aqui que Marini foi um profundo leitor e conhecedor de Marx, especialmente de *O capital* (CARCANHOLO; CORREA, 2021), e a retrodução é o operador lógico que caracteriza o método científico de Marx (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 82), podendo ser sumariamente descrito da seguinte forma: “a retrodução consiste na passagem entre um acontecimento empírico para o reconhecimento das condições não empíricas sem as quais o acontecimento não se efetivaria” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 83, grifos dos autores). Parece ser exatamente assim que Marini procede. Pois parte da observação do fenômeno (note-se que ele não rejeita o empírico capturado pela teoria cepalina) em direção “a uma teoria de um mecanismo intrínseco” a ele, “um movimento desde o fenômeno superficial a alguma coisa causal ‘mais profunda’” (LAWSON, 1997, p. 43). Nosso autor parece adotar um procedimento científico baseado nas duas premissas da retrodução:

- (1) que o mundo possui domínios que não são empíricos em qualquer sentido, pois contêm objetos que sequer podem ser capturados pela percepção;
- (2) que as causas dos fenômenos empíricos buscadas pela ciência não são empíricas, embora sejam reais (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 83).

Ainda é possível estabelecer um último esclarecimento a respeito da natureza da explicação científica na *Dialética da Dependência*. Considerando que o mundo pode ser bipartido entre “domínio fenomênico” e “domínio causal”, seguindo com Medeiros e Bonente (2021), os efeitos podem não ser percebidos empiricamente e, mesmo assim, as forças causais continuam em operação. É porque a causalidade como concebida por Marx (e, sugerimos, por Marini) ocorre como tendência: “a existência de forças causais não implica necessariamente a causação” (p. 92). Nos termos da *Dialética da Dependência*, a afirmação de que a troca desigual tem o poder de causar a deterioração dos termos de troca através do mecanismo da superexploração da força de trabalho não é descartável se, por algum motivo, os efeitos não se manifestem perceptivamente. Em outras palavras, se porventura não se

deteção estatisticamente a queda dos preços dos produtos exportados pela América Latina em relação aos preços dos produtos importados, isso não significa que a troca desigual deixou de existir ou de operar.

Perceber a teoria de Marini desta maneira ajuda a fundamentar as explicações recentes que apontam, com mais ou menos ênfase, para uma relação de essência e aparência entre a troca desigual e a deterioração dos termos de troca (LUCÉ, 2018; DUARTE, 2013). Contudo, as explicações recentes não são suficientes, pois deixam pelo caminho o mecanismo causal que vincula troca desigual com deterioração dos termos de troca.

## 6. Considerações finais

Nesta pesquisa tentamos contribuir com a renovação crítica da teoria marxista da dependência no século XXI, discutindo a questão da troca desigual na obra de Ruy Mauro Marini. Na revisão da literatura contemporânea, mostramos que existe uma confusão a respeito da diferenciação entre troca desigual e deterioração dos termos de troca e do papel da superexploração da força de trabalho nesta relação. Nossa contribuição foi alertar que a superexploração da força de trabalho não é apenas um *mecanismo de compensação* da troca desigual, mas também um *mecanismo causal* da deterioração dos termos de troca.

Podemos assegurar que na *Dialética da Dependência* existe uma explicação para o problema da deterioração dos termos de troca distinta da sugerida por Prebisch. O pensamento cepalino põe a industrialização como modo de superação desse problema e condição para o desenvolvimento econômico da região, enquanto, por outro lado, a teoria de Marini sustenta que a forma específica como o capitalismo latino-americano se vincula às leis gerais de desenvolvimento do capital obstrui processos de melhoria generalizada nas condições de vida das classes trabalhadoras.

Como tentamos demonstrar ao longo do artigo, o fenômeno da deterioração dos termos de troca é causado pela troca desigual na medida em que ativa

a superexploração da força de trabalho. Os nexos causais podem ser sintetizados da seguinte maneira: (1) a concorrência no mercado mundial entre capitais com distintos níveis de produtividade e/ou poder de monopólio gera uma transferência de valor que, em geral, parte da América Latina em direção aos países centrais; (2) como essa transferência de valor significa que os capitais perdem para seus rivais do Norte parte do mais-valor extraído das classes trabalhadoras latino-americanas, esse processo ativa um mecanismo de compensação no plano da produção, que é a superexploração da força de trabalho; (3) esta, por sua vez, significa que a classe trabalhadora latino-americana é pressionada permanentemente a produzir mais mercadorias, o que tende a diminuir relativamente seus preços nos mercados mundiais nos quais elas são transacionadas.

Por mais que a troca desigual seja uma relação que opera no domínio não-empírico, ela pode ser apreendida empiricamente pelos seus efeitos: a pauperização mais acentuada da população trabalhadora no Sul do que no Norte e a deterioração dos termos de troca da América Latina em relação aos países centrais. E, como dissemos, mesmo que sob certas circunstâncias essa apreensão empírica possa não ocorrer, ela não significa que o processo causal não esteja em vigor. Como dizem Medeiros e Bonente (2021, p. 92): “a lei da gravidade age sobre um objeto quando ele está em queda livre, mas também quando permanece parado sobre a mesa ou mesmo quando é jogado para o alto”. O mesmo parece ser válido para a lei científica rascunhada por Marini na *Dialética da Dependência*: a troca desigual age sobre os eventos mesmo que, sob certas circunstâncias, a trajetória efetiva deles contrarie a tendência geral governada por ela.

A expressão “transferência de valor” para designar o processo real que ocorre subjacente ao comércio internacional é, evidentemente, uma metáfora. A concorrência no mercado mundial produz efetivamente uma força (abstrata) que faz com que valores produzidos em um lugar sejam apropriados em outro. E essa metáfora nos parece poderosa, pois ajuda a destacar o fato de que a exploração da classe trabalhadora ocorre em nível mundial, que o mais-valor produzido aqui pode ser apropriado longe daqui.

## Referências

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: Bielschowsky, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000
- BREDA, Diógenes. *A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: o caso do Brasil entre 2000 e 2015*. Tese de doutorado em Economia. Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, 2020
- BONENTE, Bianca. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Niterói: Eduff, 2016
- BORGES NETO, João Machado. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica Marxista*, v. 33, p. 83-104, 2011
- CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, p. 247-272, 2008
- CARCANHOLO, Marcelo; AMARAL, Marisa. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, v. 34, n. 4, 2008
- CARCANHOLO, Marcelo; CORREA, Hugo. *Ruy Mauro Marini*. In: CALLINICOS, A.; KOUVELAKIS, S.; PRADELLA, L. (orgs). *Routledge Handbook of Marxism and Post-Marxism*. Nova York: Routledge, 2021
- CORREA, Hugo; CARCANHOLO, Marcelo. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 44, p. 9-30, jun/set 2016
- CARLEIAL, Liana. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. *Sociologias*, v. 12, n.25, p. 126-57, 2010
- DUARTE, P. Entre o desenvolvimento e a dependência: uma crítica ao neoestruturalismo cepalino. *Revista Pensata*, v. 3, n. 1, nov 2013
- DUARTE, Pedro. Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. *Nova Economia*, v. 31, p. 131-156, 2021
- ERTEN, Bilge. North–South terms-of-trade trends from 1960 to 2006. *International Review of Applied Economics*, v. 25, n. 2, p. 171–184, 2011
- FÉLIZ, M. Notes for a discussion on unequal exchange and the marxist theory of dependency. *Historical Materialism*, v. 29, n. 4, p. 114–152, dez. 2021
- FRANKLIN, Rodrigo; BORGES, Rodrigo. Transferências de valor e troca desigual no Brasil de 1995 a 2009. In: XXV Encontro Nacional de Economia Política, Salvador, 2020. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política. Salvador: UFBA, 2020
- FRANKLIN, Rodrigo. O que é superexploração? *Economia e Sociedade*, v. 28, p. 689-715, 2019
- LAWSON, Tony. *Economics and reality*. Londres: Routledge, 1997
- LEITE, Leonardo. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx*. Tese de doutorado em Economia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017
- LEITE, Leonardo; CARCANHOLO, Marcelo. Mercado mundial e imperialismo: o papel central da grande indústria. *Reoriente*, v. 1, n. 2, 2021
- LEITE, Leonardo; DE PAULA, Patrick; CORRÊA, Hugo. O debate contemporâneo sobre troca desigual: crítica de uma proposta para atualizar a teoria marxista da dependência negando as transferências de valor. *Nexos Econômicos*, v. 16, n. 2, p. 94-124, 2022

- LUCE, Mathias. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 9, n.3, p. 325-356, 2017 [1973]
- MARINI, Ruy Mauro. La crisis teórica. In: Marini, Ruy Mauro. *América Latina: integración y democracia*, Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993
- MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra) (1978). In: Martins, Carlos Eduardo (org.). *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008
- MEDEIROS, João Leonardo; BONENTE, Bianca. Marx e a crítica da economia política: considerações metodológicas. In: MEDEIROS, João Leonardo; BARRETO, Eduardo. (orgs.). *Para que leiam O capital: interpretações sobre o Livro I*. São Paulo: Usina Editorial, 2021
- MORAES, Isaiás; ALMEIDA, Hugo. Teoria Marxista da Dependência e Superexploração da Força de Trabalho: história e debate atual na América Latina. *América Latina en la Historia Económica*, v. 21, n. 1, 2021
- OCAMPO, Jose Antonio; PARRA, Mariangela. Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX. *Revista de la CEPAL*, n. 79, 2003
- OCAMPO, Jose Antonio; PARRA, Mariangela. The Terms of Trade for Commodities since the mid-19th Century. *Revista de Historia Economica*, v. 28, n. 1, p. 11-43, 2009
- OSORIO, Jaime. Sistema Mundial e Formas de Capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 1, p. 494-539, 2016
- OSORIO, Jaime. Ley de valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 47, mai/ago 2017
- OSORIO, Jaime. Renovar la teoría de la dependencia sin teoría del capitalismo dependiente. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 53, mai/ago 2019
- PRADO, Fernando; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp*, v. 3, n. 1, 2013
- RHO, María; BRANCA, Ayelén. Una revisión de las críticas a las teorías marxistas de la dependencia: Ruy Mauro Marini y los estudios sobre Chile. *Izquierdas*, n. 47, p. 79-96, agosto 2019
- RODRÍGUEZ, Octávio. *O estruturalismo latino-americano*. Tradução de Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RUY MAURO MARINI E A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA (Documentário). Direção: Daniel Castro. Brasil: 2014 (51 min.). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ww4\\_HoY-UYA](https://www.youtube.com/watch?v=ww4_HoY-UYA)
- SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. *Cadernos Cebrap*, n. 23, 1979
- WAGNER, Adolfo. Ruy Mauro Marini: uma interpretação marxista do capitalismo dependente. *Em Pauta (Rio De Janeiro)*, v. 22, 2008

ROBERTO PEREIRA SILVA

RENATA BIANCONI

## O GOLPE DE 1964 COMO MARCO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: UMA LEITURA A PARTIR DOS *DIÁRIOS* *INTERMITENTES* E DA *CORRESPONDÊNCIA INTELLECTUAL*

Recebido em 06/07/2023

Aprovado em 16/11/2023



# O GOLPE DE 1964 COMO MARCO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: UMA LEITURA A PARTIR DOS *DIÁRIOS INTERMITENTES* E DA *CORRESPONDÊNCIA INTELLECTUAL*

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o impacto da experiência do golpe militar de 1964 na trajetória intelectual de Celso Furtado e em suas interpretações sobre a economia brasileira e latino-americana. Os diários e a correspondência intelectual de Furtado são destacados no artigo, visando retratar seu esforço de reconstrução intelectual no exílio e suas interações com outros intelectuais. O artigo discute inicialmente a relação entre teoria e ação prática no pensamento de Furtado e revisita seus escritos pessoais para reconstituir a reformulação conceitual iniciada em abril de 1964. Em seguida, procurando identificar as modificações de seu pensamento, destaca suas análises do processo de substituição de importações e seus limites para a superação do subdesenvolvimento, do papel dos grupos sociais nas disputas econômicas e as possibilidades de ação política, bem como seu exame dos condicionantes externos para o desenvolvimento no contexto da Guerra Fria.

**Palavras-chave:** Celso Furtado; golpe de 1964, correspondência intelectual

## ROBERTO PEREIRA SILVA

Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

E-mail: [roberto.silva@unifal-mg.edu.br](mailto:roberto.silva@unifal-mg.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8194-5086>

## RENATA BIANCONI

Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) e Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

E-mail: [renata.bianconi@unifal-mg.edu.br](mailto:renata.bianconi@unifal-mg.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4023-6830>

## **Abstract**

The aim of this article is to analyze the impact of the experience of the 1964 military coup on Celso Furtado's intellectual trajectory and on his interpretations of the Brazilian and Latin American economy. Furtado's diaries and intellectual correspondence are highlighted in the article, aiming to retrace his intellectual reconstruction in exile and his interactions with other intellectuals. The article first discusses the relationship between theory and practical action in Furtado's thought and revisits his personal writings to reconstitute the conceptual reformulation initiated in April 1964. Then, seeking to identify the changes in his thought, it highlights his analyzes of the import substitution process and its limits for overcoming underdevelopment, the role of social groups in economic disputes and the possibilities of political action, as well as his examination of the external conditions for development in the context of the Cold War.

**Keywords:** Celso Furtado; 1964 coup, intellectual correspondence

*As formas que assumem os processos revolucionários dependem, em boa medida, de condições históricas criadas pela própria revolução [...] Uma vez criadas aquelas condições que levam à superação dos métodos políticos convencionais, isto é, rompido o marco institucional, passam a atuar numerosas forças antes sem acesso ao plano político. A interação dessas forças dá origem a situações imprevisíveis, as quais tornam mais difíceis a ação política pelos métodos convencionais. (Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento*, 1964)*

*Hoje considero a minha vida totalmente perdida, no sentido que não posso recuperá-la. Pode ser que ela venha a ser totalmente inútil ou inefetiva, para o futuro, e nem por isso deixa de escapar-me ao controle. Isso poderá parecer uma fantasia de exilado, em dias de outono, mas é uma dura realidade. (New Haven, 15 de outubro de 1964 – Celso Furtado, *Diários Intermitentes*)*

## **Introdução**

Poucos meses separam os dois trechos acima. No primeiro, escrito entre finais de 1963 ou início de 1964, temos uma análise das opções que se apresentavam diante da crise política, social e econômica brasileira. O regime político oscilava entre o parlamentarismo e presidencialismo; os movimentos grevistas aumentavam; o crescimento econômico se revertia pela primeira vez desde os anos 1940; a inflação chegaria a mais de 70% no final de 1963; no Nordeste, a organização dos trabalhadores rurais e suas demandas por melhorias salariais e proteção social assumiam contornos de revolução na região secularmente marcada pelo imobilismo social e pela reprodução de uma elite detentora de terras e com acesso aos recursos públicos.

Na leitura de Celso Furtado, a desaceleração do desenvolvimento explicitou conflitos econômicos e sociais que, até então, estavam ocultos na aparência de um ganha-ganha no qual os trabalhadores urbanos viram crescer a oferta de trabalho e os salários, mantidos acima do nível do setor agrícola,

e os proprietários de terra e industriais beneficiavam-se da expansão da demanda e dos investimentos públicos ou privados que geravam procura para seus produtos. A quebra de ritmo acendeu um sinal de alerta e trabalhadores, latifundiários e industriais passariam a atuar pela proteção de seus rendimentos e de sua posição social. Não estava claro, ainda, se essas disputas por distribuição de renda se conflagrariam em uma revolução aberta, fosse de esquerda, progressista, fosse conservadora, nem se ela garantiria a abertura institucional para a representação do conjunto das vozes da nação ou, ao contrário, a fecharia. As opções estavam abertas e Celso Furtado via com otimismo que a explicitação das contradições pudesse se traduzir num debate nacional e na criação de consenso sobre uma política de desenvolvimento econômico que distribuiria seus frutos ao conjunto da sociedade.

Esse otimismo, entretanto, foi dolorosamente revertido pelo golpe militar de 31 de março de 1964, que não apenas impôs um governo autoritário, mas significou o encerramento abrupto da luta de Celso Furtado na Sudene, a perda de seus direitos políticos e o exílio. Pouco antes de sua partida, em resposta a uma carta de Charles Wagley, Furtado escreveria, em 8 de maio de 1964, sobre o período que culminara no golpe de Estado:

A nossa luta, no Nordeste, havia assumido, nos últimos tempos, caráter realmente dramático. A radicalização de esquerda e de direita tomara um caminho suicida. [...] Se do lado das esquerdas havia esse crescente alheamento da realidade, no das direitas imperava uma total alucinação. Criavam fantasmas e logo depois estavam correndo em pânico com medo desses mesmos fantasmas. (FURTADO, 2021, p. 327)

O segundo trecho da epígrafe explicita algo da angústia e do sofrimento do intelectual, de resto tão reservado em comentários sobre sua vida pessoal, no momento em que seu exílio o levava a New Haven, contratado pela Universidade de Yale logo após uma passagem por Santiago do Chile. Abre-nos a perspectiva, também, de melhor qualificar a relação entre teoria e prática em sua obra, rastreando como esse evento disruptor impulsionou uma modificação em sua análise de processos econômicos e sociais que

vinha acompanhando *pari passu* às transformações do país. Nosso objetivo principal é, portanto, examinar as modificações no pensamento de Celso Furtado como uma resposta ao golpe militar, destacando como o impacto dessa experiência levou-o a repensar suas interpretações sobre as economias brasileira e latino-americana e, além disso, mostrar como esse objetivo foi perseguido com a mobilização de ciências e de cientistas sociais engajados em problemáticas semelhantes<sup>1</sup>.

Para tanto, nos valeremos de novos recursos colocados à disposição dos pesquisadores, tais como os diários e a correspondência de Celso Furtado, com os quais poderemos retrazar, na escrita do presente, o esforço de reconstrução intelectual a que se dedica nos anos de exílio. Além dessa introdução, o artigo está dividido em duas seções principais, mais a conclusão. Na primeira delas discutimos a relação entre teoria e ação prática em seu pensamento e revisitamos seus escritos pessoais para delinear a reformulação conceitual iniciada em abril de 1964. Isso nos dará o contexto histórico, social e intelectual de suas reflexões. Em seguida, identificamos as modificações de seu pensamento, resultado de seu esforço de compreender as mudanças que ocorreram desde o início da década de 1960 na América Latina e, mais especificamente, no Brasil. Dessas transformações, destacaremos: a) a modificação na interpretação sobre as possibilidades de conclusão do processo de substituição de importações; b) o papel dos grupos sociais nas disputas econômicas e as possibilidades de ação política; e c) a análise dos condicionantes externos para o desenvolvimento, sobretudo o papel dos EUA na conjuntura da Guerra Fria.

## **A vivência do real**

Que a obra de Celso Furtado seja marcada pela busca da compreensão do presente e orientada para a (transform)ação; que sua atuação tenha

---

<sup>1</sup> Importa frisar, desde o início, que esse objetivo não se confunde com a análise de como Celso Furtado interpretou o golpe militar de 1964. Sobre esse assunto, pode-se consultar Boianovsky (2014) e Rosa (2022).

conjugado reflexão teórica e diretrizes para a intervenção no presente, que sua concepção de que as ciências sociais devam voltar-se para a modificação das estruturas, disso não há dúvida.

Os diversos estudiosos têm enfatizado a maneira como a interpretação da realidade dos países latino-americanos, e do Brasil, em especial, traz uma combinação entre a leitura do presente e do passado e uma elaboração conceitual que, a um só tempo, permite compreender o mundo material e, simultaneamente, teorizá-lo pelas categorias, não apenas da ciência econômica, mas também da História e das Ciências Sociais. Sobre sua abordagem da ciência econômica, Furtado sintetizaria em *Aventuras de um economista brasileiro*:

Porque no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação, minha ou de outros. Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia. Isso significa que os fins últimos devem estar sempre presentes no espírito. As afinidades doutrinárias decorriam da concordância na escolha dos temas ou problemas que convinha abordar (2013 [1973], p. 48).

É esse movimento combinado que faz com que Francisco de Oliveira (2003) afirme que “a obra furtadiana é uma obra para a ação” (p. 35) e que, “por outro lado, sua teorização era contemporânea dos processos que teorizava, realimentando-se, calibrando-se por eles” (p.48). Para Iglésias (1971), Furtado tem a “objetividade que só é possível em quem atua para o concreto, no trato diário com problemas que exigem imediata solução, com a vivência do real” (p.217-218). O mesmo é dito por Vera Alves Cepêda (2009), que considera que “Furtado inova no método e no destino da produção do conhecimento, tornando indissociável o saber e o fazer, mas ao mesmo tempo mantendo intacto o rigor acadêmico e a condição ética da política” (p.134). Comum a esses intérpretes, a relação entre teoria e prática é vista na direção de uma compreensão da realidade mutável que é teorizada por Celso Furtado, enfatizando que o concreto e o histórico são a matéria-prima sobre a qual constrói sua teoria do subdesenvolvimento, sem valer-se de apriorismos da

teoria econômica ou das ciências sociais. Pode-se dizer, portanto, que a realidade histórica tem um peso fundamental em suas formulações teóricas.

Partindo desses pressupostos, o que nos interessa no artigo é captar como esse evento histórico de grandes proporções, o golpe militar de 1964, foi percebido por Celso Furtado e como impactou sua reflexão sobre o presente. Não dizemos com isso que ele tenha modificado as bases de sua teoria do subdesenvolvimento, mas inegavelmente a ruptura política em seu país impulsionou uma revisão de sua interpretação. Embora essa modificação também esteja assinalada por diversos intérpretes (MALLORQUÍN, 2005; OLIVEIRA, 2003; BIANCONI, 2016), duas novas fontes, recentemente publicadas, os diários e parte de sua correspondência, permitem captar a direção dessas modificações. Ao relermos os dois trechos da epígrafe, percebemos que a ruptura política, social e pessoal que enfrenta está na raiz de uma transformação importante em sua obra, que se orientará para compreender as origens sociais do golpe militar no Brasil e o quadro econômico-estrutural subjacente, tanto no âmbito da América Latina quanto no jogo político internacional. Os escritos pessoais recentemente publicados – complementando os três volumes autobiográficos de Furtado (1997a, 1997b, 1997c) – nos permitem captar algo do impacto subjetivo do golpe e da resposta que a ele foi dada em termos de compreensão das causas imediatas e estruturais do acontecimento. A importância dessas publicações recentes tem sido destacada enquanto materiais que aprofundam a compreensão das condições de produção da reflexão intelectual de Celso Furtado (CARDOSO, 2021; COUTINHO, 2021; SILVA, 2021), e tornaram-se objetos específicos de análise (FELGUEIRAS, 2021) ou fonte para abordar questões pouco evidenciadas em sua obra como a visão sobre o golpe militar de 1964 (ROSA, 2022) ou suas incursões como romancista (KLUGUER, 2020).

Esses escritos de Celso Furtado, essenciais na argumentação que segue, sugerem uma distinção quanto a seu valor explicativo e suas intenções. Ora, se os textos autobiográficos podem ser considerados obras de maturidade (BOURDIEU, 1996), que reveem o passado à luz do presente, marcados pela

busca de uma coerência de percurso, de inclusões e exclusões de momentos sensíveis, a correspondência e os diários trariam a espontaneidade da reflexão cravada no presente, sem o filtro típico da perspectiva histórica. Contudo, como nos alerta José Luis Cardoso (2021, p. 623), o autor “não rasgou nem queimou seus cadernos de apontamentos onde de forma deliberada ou despreocupada deixou a marca de dias ou acontecimentos especialmente marcantes ao longo de sua vida tão preenchida [...] o que significa que os seus apontamentos poderiam vir a ser lidos e apropriados pelos seus leitores”. Estamos diante de fontes significativas de seu percurso pessoal, profissional e intelectual, que permitem captar um pouco do tom confessional e íntimo de um autor tão discreto no resto de sua obra.

Cartas e diários, escritos autobiográficos e, finalmente, os próprios escritos científicos de Celso Furtado, antes e depois do golpe, são as peças com as quais intentaremos acessar uma das características mais importantes de sua obra, qual seja, a relação íntima entre pensamento e ação que marcou tanto sua trajetória profissional quanto seu entendimento das ciências sociais. O evento – e a reação a ele – de que iremos nos ocupar, mostra-se capital para apreendermos as dimensões intelectuais, profissionais e afetivas, demonstrando como, sob o impacto da ruptura política brasileira, seu projeto intelectual sofreu alterações que buscaremos rastrear em seguida.

## **O golpe e o exílio**

Celso Furtado estava em Recife no dia do golpe militar, ao lado do governador de Pernambuco Miguel Arraes e do prefeito da capital Pelópidas Silveira. Dez dias depois, o Ato do Comando Supremo da Revolução n.º 1 cassa seus direitos políticos. Em meados de maio, Celso Furtado embarca para Santiago, onde organizaria, no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), um grupo de debate reunindo sociólogos e economistas para discutir os textos clássicos da Cepal e repensar a questão do subdesenvolvimento e a industrialização substitutiva.



Apesar de criado em um momento internacional favorável a discussões sobre o desenvolvimento latino-americano (implementação da Aliança para o Progresso no governo Kennedy), o Ilpes, instituto ligado à Cepal, estava sujeito às pressões políticas típicas dos organismos internacionais. A realização de um seminário reagrupando exilados latino-americanos, logo após o golpe de 1964, chamaria a atenção do governo brasileiro, que ameaça boicotar o financiamento do BID ao Instituto, sob alegação de estímulo a discussões de cunho político sobre o desenvolvimento. (DOSMAN, 2008; FRANCO, 2015)

Por outro lado, os meses em Santiago parecem ter incutido em Celso Furtado a importância de retomada da reflexão coletiva, agora com a participação de sociólogos. Nessa busca, pode-se depreender a compreensão dos desafios impostos pela desaceleração da industrialização e do desenvolvimento na América Latina, bem como a percepção de que as repercussões sociais desse estancamento requereriam uma discussão política e sociológica – um diálogo interdisciplinar que ele mesmo incitara anos atrás na Cepal, apoiando a contratação de José Medina Echavarría (FURTADO, 1997a, p. 223).

Ainda durante sua estada no Chile, Celso Furtado aceita o convite para passar o ano letivo de 1964-65 no Centro de Crescimento Econômico da Universidade de Yale. A mudança profissional não significará o esgotamento do projeto iniciado em Santiago, mas a sua continuidade. Em carta a Luciano Martins de 20 de julho de 1964 anuncia seus planos de ir aos Estados Unidos e depois à França e firma seu projeto intelectual: “A ideia é repensar todo o problema do subdesenvolvimento com um critério mais amplo que o econômico, o que exigirá a cooperação de sociólogos e cientistas políticos. O Fernando Henrique Cardoso e o Francisco Weffort, que estão no Ilpes, vão trabalhar dentro do mesmo esquema. Nos Estados Unidos vou ver se articulo outros elementos” (FURTADO, 2021, p. 188-189).

Podemos ver o eco da revisão dos textos da Cepal, descrita em *Os ares do mundo*, e a integração com os sociólogos do Instituto. Como veremos adiante, a explicação do golpe militar está conectada a essa crise estrutural de

desaceleração da industrialização e da economia brasileira. Portanto, é da vivência concreta, imediata, que surge o impulso para pensar teoricamente tanto o desfecho político quanto o problema maior que lhe deu origem. Essa direção é revelada em carta de 30 de outubro, já em New Haven, a Álvaro Vieira Filho, anunciando que em sua temporada em Yale irá dedicar-se “a repensar uma série de coisas à luz da experiência que tivemos todos no Brasil” (FURTADO, 2021, p. 73). No trecho, ouvimos o eco da experiência do golpe militar e o desafio de explicá-lo.

O clima intelectual do Instituto, por sua vez, sugere um esforço coletivo de reflexão em busca de explicações com “um critério mais amplo que o econômico”. Por sua vez, se a discussão interdisciplinar iniciada no Instituto permanece no horizonte de Furtado, agora nos Estados Unidos, seu propósito continua sendo perseguido pelos colegas de discussão de Santiago. Fernando Henrique Cardoso refere-se ao legado de Furtado, em 29 de abril de 1965: “A equipe da Divisão Social está lançada com entusiasmo e seriedade na análise do programa que, nas grandes linhas, você traçou nos nossos seminários. Sentimos falta da participação dos economistas, mas para evitar perda de tempo começamos a trabalhar por nossa conta” (FURTADO, 2021, p. 95).

É durante a estadia em Yale que Celso Furtado talvez se dê conta de que a compreensão dos problemas da América Latina e do Brasil, sobretudo a percepção de que a desaceleração econômica não era peculiar a seu país, mas atingia grande parte do continente, pode ser expressa em um modelo explicativo mais abstrato e inclusivo. Em carta a Cardoso, datada de 3 de novembro de 1964, Furtado explicitaria sua agenda de trabalho:

Continuo aqui trabalhando na “tipologia” e já avancei bastante com respeito às posições a que havia chegado aí [Santiago]. Quero primeiramente esgotar o trabalho com base nos instrumentos da análise econômica, se se consegue demonstrar com bastante rigor, como pretendo fazê-lo, que nas condições *que atualmente prevalecem* o desenvolvimento traz necessariamente concentração de renda, poderemos derivar os elementos de uma teoria da estagnação econômica [...] (FURTADO, 2021, p. 92).

O trecho é pleno de referências. Primeiro ao trabalho no Instituto e o desenvolvimento posterior de temas que foram ali discutidos. Em segundo lugar, à “tipologia”, que, sabemos, terá sua forma final na teoria da estagnação. E, nessa reflexão, também a realidade concreta surge como orientação para a formulação teórica. É o impulso do presente, sua configuração, que aparece como o horizonte final da explicação furtadiana. O mesmo teor aparece na missiva a Luciano Martins, em 3 de novembro de 1964: “Estou presentemente concentrado na elaboração de uma tipologia econômica que nos permita, através de uma análise sequencial, determinar as efetivas possibilidades de desenvolvimento de nossa economia dentro do *marco institucional presente*. Creio que é necessário, primeiramente, *conhecer melhor o sistema atual*” (FURTADO, 2021, p. 191).

Em fevereiro de 1965 Celso Furtado apresenta um primeiro texto contendo suas reflexões sobre as raízes do golpe militar e o contexto latino-americano na conferência “Obstacles to change in Latin America”. Trata-se de uma nova periodização sobre o processo de industrialização na América Latina e de um exame do comportamento dos grupos sociais brasileiros no contexto da crise da industrialização. No texto, Furtado faz referência ao “populismo”, conceito que Francisco Weffort vinha trabalhando desde 1963<sup>2</sup> (WEFFORT, 1978, p. 11).

Contudo, o autor seguia ocupado com a elaboração de sua “tipologia” econômica, como podemos ler na longa carta a Octávio Ianni em 25 de maio de 1965:

Aqui tenho dedicado grande parte de meu tempo a uma tentativa de interpretação teórica do processo econômico latino-americano, com particular referência à integração no mercado mundial da segunda metade do século passado e à industrialização substitutiva. Os primeiros resultados

---

<sup>2</sup> Lilian da Rosa (2022) discute o uso do conceito de populismo de Weffort por Furtado. A citação ao Weffort que aparece na versão publicada na Revista Civilização Brasileira, intitulada “Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil”, foi retirada, como aliás a maior parte das referências, da publicação em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. No periódico, a data de escrita é setembro de 1964.

desse trabalho estão reunidos em um estudo sob o título “Desenvolvimento e estagnação na América Latina”, de cuja versão inglesa estou enviando uma cópia para você. Meu propósito foi avançar mais na análise econômica com respeito a algumas teses que vêm sendo apresentadas de forma algo imprecisa nos trabalhos da Cepal e outros. Até que ponto é válida, do ponto de vista estritamente econômico, a tese de que existem obstáculos estruturais ao desenvolvimento latino-americano, na fase atual? Ao mesmo tempo, procurei deixar o terreno preparado para um enfoque interdisciplinar. Fernando Henrique, Francisco Weffort e outros do grupo de Santiago estão trabalhando em temas afins. Considero muito importante que nos mantenhamos em contato todos os que estamos trabalhando na mesma direção, pois somos um grupo muito reduzido (FURTADO, 2021, p. 217).

O propósito interdisciplinar permanece, instando-o a seguir os passos dos outros colegas do Instituto e pensar os problemas brasileiros e latino-americanos<sup>3</sup>. Contudo, é importante destacar que a chamada tipologia não avançava exclusivamente através da “análise econômica”, mas incluía, também, uma revisão da formação histórica da América Latina, inclusive identificando as classes sociais presentes na evolução do subcontinente, da integração ao mercado mundial via exportação de artigos primários até o processo de industrialização<sup>4</sup>. É precisamente essa preocupação com os grupos sociais que lhe permite afirmar que deixara “o terreno pronto para um enfoque interdisciplinar”.

Essa produção feita no exílio se pautou pela revisão do contexto econômico e social que deu origem ao golpe militar e resultou em uma análise estrutural dos problemas da industrialização latino-americana. Contudo, o projeto furtadiano não se esgotaria nesses dois temas, mas incluiria, também, um exame das relações geopolíticas mundiais e de como o contexto da Guerra Fria estava redimensionando a importância estratégica da América Latina.

---

<sup>3</sup> O artigo de Weffort, “Política de Massas”, foi publicado em livro organizado por Octávio Ianni, intitulado *Política e Revolução Social no Brasil*, em 1965.

<sup>4</sup> Para a revisão da interpretação da formação histórica da América Latina, contida nesse texto, ver Maurício Coutinho (2015).

O tema é anunciado em carta a Fernando Henrique Cardoso, de 10 de maio de 1965: “Cada vez mais me preocupa o ‘problema’ americano. Estou pondo algum tempo em estudá-lo com miras a escrever um livro sobre os Estados Unidos para ser lido na América” (FURTADO, 2021, p. 96). Essa inquietação, veremos, estará presente no segundo capítulo do livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, intitulado “Obstáculos externos ao desenvolvimento”.

Configura-se um movimento interpretativo em três frentes: estrutura econômica, classes sociais e geopolítica internacional, entrelaçando-se. O problema estrutural relaciona-se às funções de produção e de repartição da renda que vinham sendo engendradas na América Latina nos estágios avançados da industrialização substitutiva. A resposta a essa crise estrutural no Brasil se configurou como um alinhamento dos setores tradicionais ligados à agricultura e aos industriais, unidos para conter reformas sociais e garantir a realização de suas margens de lucro. Finalmente, o contexto internacional, que atuava tanto sobre a causa estrutural – pois a função tecnológica era resultado das inovações feitas nos setores líderes em tecnologia que, no contexto da Guerra Fria, passam a receber incentivos para sua expansão aos países subdesenvolvidos – quanto na esfera política, constringendo a maneira como os países latino-americanos deveriam responder aos problemas sociais e à expansão das reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais. Não é demais repetir que tais reflexões, tecidas em menos de um ano de exílio, são fruto do engajamento de Celso Furtado em refletir sobre o presente, sobre o trauma do golpe militar. É por isso que, em carta de tom quase confessional a Fernando Henrique Cardoso, podemos ler a origem delas:

Por mais que me esforce para ver os acontecimentos dentro de uma perspectiva histórica, não posso deixar de *sentir* os acontecimentos como homem de determinada geração. Vejo que o horizonte se fecha diante de nós e que as possibilidades de atuar como intelectual se reduzem de maneira angustiante [...] Em épocas como esta, a vida do intelectual torna-se algo extremamente difícil. Sabemos que é pouco o que podemos fazer,

mas que esse pouco poderá ser o fundamental (FURTADO, 2021, p. 97, grifos do autor).

Que o exílio tenha marcado uma ruptura pessoal, profissional e intelectual em Celso Furtado, não resta dúvida. O exame de sua correspondência, por sua vez, nos permitiu retratar os passos intelectuais de seu projeto de reinterpretação do processo de desenvolvimento latino-americano, bem como perceber o influxo que a experiência do presente teve nessa mudança. Como anunciaria no prefácio ao livro que reuniria a primeira produção do exílio (FURTADO, 1966), o destino do país e o seu próprio estavam intimamente ligados:

Entre as consequências secundárias do golpe militar que, em abril de 1964, interrompeu o precário regime democrático que existia no Brasil a partir de 1945, inclui-se uma modificação fundamental na vida do autor, que teve abandonar suas atividades práticas no campo do desenvolvimento para dedicar-se ao trabalho universitário fora do Brasil (p. 1).

Destino nacional e pessoal mesclam-se nas palavras iniciais do livro e revelam o entrelaçamento entre a formulação teórica e a experiência prática que caracteriza sua obra.

### **Celso Furtado antes e depois do golpe militar de 1964**

A continuação de nosso argumento requer o exame das modificações analíticas apontadas na seção anterior. A partir de agora recuperamos as análises de Celso Furtado feitas nos livros *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *A pré-revolução brasileira* (1962), *Dialética do desenvolvimento* (1964) e *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966), buscando indicar as mudanças conceituais, especialmente em três aspectos: a) a compreensão do processo de substituição de importações e seus limites, com ênfase na “tipologia” em que formalizou sua teoria da estagnação; b) o exame dos conflitos entre os grupos sociais e as formas de disputa entre eles e o resultado vivido pelo Brasil; c) o papel do contexto internacional como

condicionante das possibilidades de ação dos governos nacionais dentro da crise econômica estrutural.

### **a) o processo de substituição de importações e seus limites**

Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), Celso Furtado discute a situação da industrialização brasileira. Para ele, a segunda metade da década de 1950 foi marcada pelo esforço de ampliação dos investimentos nos setores de equipamentos e de bens intermediários, visando a manutenção do crescimento econômico. O país encontrava-se, contudo, em uma situação de desequilíbrio no balanço de pagamentos, pois a necessidade de importações de máquinas e equipamentos superava a capacidade de financiamento interna, resultando na opção de manutenção do crescimento com inflação. Contudo, a conclusão dos investimentos dessa fase significaria o rompimento da “barreira da capacidade para importar, encerrando a fase das pressões inflacionárias incontíveis”. O país encontrava-se em um estágio de superação da estrutura colonial, sob o aspecto do “deslocamento do centro dinâmico para o setor industrial e do da mudança dos centros de decisão”. (FURTADO, 2009 [1961], p. 213)

Entretanto, se havia uma tendência à redução das pressões inflacionárias e a um “relativo equilíbrio entre a capacidade para importar e a procura de importações” (FURTADO, 2009[1961], p. 232), colocava-se ainda o problema de saber se a queda dos investimentos industriais, com a finalização do processo de substituição de importações, significaria também uma redução da taxa de crescimento. Para Furtado, essa tendência, ainda que real, poderia ser revertida por decisões políticas que deveriam “abrir seu caminho como alternativa a tensões sociais crescentes”. São elas, de um lado, o aumento da produtividade industrial e sua transferência para os setores assalariados, incrementando o mercado interno e ampliando a demanda agrícola, que, por sua vez, responderia com maior racionalização dos fatores de produção, melhora de produtividade e elevação dos salários. Dessa forma, o caminho para o desenvolvimento aponta para “um uso mais racional dos fatores e

de uma distribuição menos desigual”. (2009[1961], p. 233-234) Assim, no horizonte de Furtado aparecem a concretização do processo de substituição de importações, a redução da pressão inflacionária e o caminho inevitável a um desenvolvimento econômico mais inclusivo.

Em *A pré-revolução brasileira* (1962), a ideia da internalização dos centros de decisão e da orientação nacional para o desenvolvimento econômico é reforçada, afirmando-se que “elas nos armaram de um poder sobre o nosso destino que implica um desafio e uma responsabilidade” (p. 115). Para ele, o processo de industrialização continuava em vias de superar as limitações da capacidade de importar. Contudo, o que fora anunciado previamente como uma opção de desenvolvimento que deveria passar por transformações na agricultura e na distribuição de renda agora traduzia-se no programa de reformas de base, as quais teriam como objetivo

dotar o país de uma agricultura capaz de responder ao estímulo de uma procura crescente pela absorção de técnica e de capitais e não pela elevação dos preços e da remuneração relativa dos grupos parasitários, e dotar o governo de um instrumento fiscal que o capacite a financiar seus investimentos crescentes com recursos recolhidos naqueles setores que efetivamente estão sendo beneficiados pelo desenvolvimento, que é fruto do trabalho de toda a coletividade (FURTADO, 1962, p. 45).

Assim, apesar dos limites do processo de industrialização, sobretudo a diminuição da taxa de investimentos industriais que poderia se traduzir em desaceleração do crescimento e no acirramento de tensões, o problema poderia ser resolvido nacionalmente, agora com uma opção mais clara do que a de 1961, consubstanciada nas reformas de base. Pode-se dizer, portanto, que limites e soluções caminhavam juntos nos dois livros.

Em *Dialética do desenvolvimento* (1964), os entraves ao desenvolvimento são vistos por dois ângulos. Pelo primeiro, retomando considerações já apresentadas no sexto capítulo de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), a industrialização se beneficiou dos processos inflacionários que acabaram transferindo renda para o setor industrial e mantiveram a capitalização no



setor. Porém, a elevação dos preços vem perdendo sua capacidade dinâmica e, em consequência, a espiral preços-salários neutraliza os ganhos de capital decorrentes da inflação e, ao mesmo tempo, a disputa por reajustes salariais reduz as margens de lucro na indústria (FURTADO, 1964, p. 123-124), limitando uma das principais formas de impulso ao desenvolvimento industrial. Por outro lado, os entraves ao crescimento também aparecem na constatação de que o processo substitutivo chegou ao fim sem que a formação de capital estivesse autônoma em relação ao setor externo, ou seja, o desenvolvimento não foi acompanhado de autossuficiência produtiva e capacidade para importar. Esse impasse, por sua vez, parece escapar da ação política, pois as repercussões sociais da desaceleração do crescimento agudizam as tensões sociais e podem ser canalizadas para fora das instituições políticas.

Aqui, portanto, duas ideias presentes nos trabalhos anteriores saem do horizonte interpretativo: a diminuição da pressão sobre o balanço de pagamentos e a capacidade de decisão sobre o desenvolvimento econômico dentro dos marcos políticos e econômicos. Nesse livro, escrito poucos meses antes do golpe militar, o dilema passa a ser identificar quais forças sociais serão capazes de fazer valer seus interesses e por quais meios o lograrão, como ilustra o primeiro trecho de nossa epígrafe.

A análise que Celso Furtado tecerá sobre os limites econômicos estruturais do modelo de substituição de importações receberá um novo tratamento no artigo apresentado em Yale em 1965: “Desenvolvimento e estagnação na América Latina: uma abordagem estruturalista”. Nesse texto, realiza uma junção entre os objetivos de entender o processo de crise estrutural das economias latino-americanas através de uma “tipologia” e seu propósito de “deixar o terreno preparado para um enfoque interdisciplinar” (FURTADO, 2022, p. 217), para a abordagem sociológica.

A “tipologia” de Furtado é uma modificação da sua teoria do desenvolvimento, pois apresenta uma nova divisão dos setores econômicos. Se antes ela se estruturava em setor tradicional (ou agrário ou de produção de

subsistência), setor primário-exportador (de agricultura ou mineração) e setor industrial (voltado ao mercado interno), agora temos cinco setores, divididos pela forma de capitalização e nível de progresso técnico que incorporam. São eles: P<sub>1</sub>: setor de subsistência; P<sub>2</sub>: setor exportador; P<sub>3</sub>: setor gerador de capacidade produtiva para o setor exportador; P<sub>4</sub>: setor industrial de bens de consumo leves e P<sub>5</sub>: setor industrial de máquinas e equipamentos. Até a década de 1920, o forte crescimento do setor exportador foi feito com oferta ilimitada de mão de obra, pela transferência de trabalhadores de P<sub>1</sub>, sem que isso desse origem a um mercado de trabalho urbano. Contudo, no início da formação industrial, surgem diferenças importantes. Enquanto a produtividade do trabalho e do capital é maior em P<sub>4</sub> do que em P<sub>2</sub> e P<sub>3</sub>, o investimento na agricultura requeria pouca poupança gerada no período anterior (P<sub>2</sub> + P<sub>3</sub>). Ao contrário, na indústria, todo o investimento deve se valer de poupança prévia (100%). A reorientação dos investimentos da agricultura para a indústria requer maior taxa de poupança. É a elevada lucratividade da indústria, com preços relativos favoráveis, que irá produzir a poupança para financiar os investimentos e manter a demanda. Esses investimentos, por sua vez, exigem maior capacidade para importar. Uma vez operando com elevadas taxas de lucros e concentração de renda, o setor também gera demanda por bens de consumo duráveis (P<sub>5</sub>). Antes atendido com importação, a implantação dele se faz com custos crescentes, de tal forma que nas etapas avançadas de substituição de importações pode diminuir a taxa de lucros e a relação produto-capital tende a cair. Uma vez que é preciso uma proporção maior de capital por trabalhador em P<sub>5</sub> e este absorve pouca mão de obra de P<sub>1</sub>, o resultado é a redução da massa de salários e, portanto, da demanda em P<sub>2</sub> e P<sub>3</sub>. Assim, os recursos produtivos são cada vez mais investidos nos setores de menor produtividade do capital, saindo dos setores onde o capital gera um produto maior (P<sub>2</sub> e P<sub>3</sub>). Como resultado, o aumento da relação capital-trabalho eleva a concentração de renda e o investimento em equipamentos e bens intermediários requer dimensões cada vez maiores do mercado consumidor. Dito de outra forma, o processo de concentração da renda “tende a elevar o coeficiente de capital,

dando lugar a um mecanismo cumulativo”, e, por outro lado, “tende a reduzir a taxa de crescimento” (FURTADO, 1966, p. 81).

O impasse do processo de substituição de importações, portanto, se dá pela impossibilidade de manutenção do crescimento puxado pelo setor de bens duráveis e de produção, pois exige um perfil de consumo e demanda suprido por um mercado cada vez menor, que pressupõe a concentração da renda. Para Furtado, as opções políticas se reduzem, pois o que antes fora percebido como uma desaceleração do crescimento que abria possibilidades de ação e decisão, agora se apresenta como uma crise decorrente da estrutura e da função de produção do setor industrial. Invertendo a interpretação dos anos anteriores, agora o cerne do problema “está nas relações estruturais que delimitam o campo dentro do qual as decisões relevantes são tomadas. É nesse sentido que se pode atribuir ao problema da estagnação latino-americana um caráter estrutural” (FURTADO, 1966, p. 89). Se, até então, a crise estrutural apresentava possibilidades de ação, agora a agência política é limitada pela crise da estrutura.

## **b) Os grupos sociais e a ação política**

Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) Furtado apresenta uma caracterização dos grupos sociais em disputa na etapa final do processo de industrialização brasileira. Para ele, enquanto na economia colonial “os grupos ligados ao setor externo eram *par excellence* grupos ‘dependentes’ econômica e mentalmente”, os grupos industriais ligados ao mercado interno têm como preocupação central “a manutenção do nível de emprego e a ampliação de seu mercado”, tendo como resultado o surgimento de uma “mentalidade ‘desenvolvimentista’, que possibilitou a formulação de uma primeira política sistemática de industrialização, no último decênio” (FURTADO 2009 [1961], p. 215). O deslocamento do centro dinâmico representa, portanto, a ascensão dos grupos industriais à direção da política econômica.

Em *A pré-revolução brasileira* (1962), a análise adquire uma diferenciação fundamental. Com efeito, e certamente em decorrência da experiência de Celso Furtado na Sudene, os camponeses surgem como um grupo social importante na correlação de forças, e os arranjos sociais tornam-se mais complexos. De fato, o livro é escrito já sob o avanço das tensões vislumbradas em 1961, e agora os custos sociais do desenvolvimento mostram-se mais agudos: concentração social e geográfica da renda, diminuição ou manutenção do padrão de vida dos trabalhadores do campo e das cidades, aumento relativo da renda da terra e concentração industrial favorecendo setores monopolísticos e de baixo caráter social e, *last but not least*, a sobrecarga do papel indutor do Estado, sem mecanismos tributários que o capacitassem a operar financiando a continuação do desenvolvimento.

Dentro desse quadro, a revolução aparece como uma perspectiva no horizonte e o objetivo do texto que dá título ao livro é justamente refletir sobre os valores fundamentais que o processo deve seguir. Para Furtado: “o que há de inegociável é: ‘liberdade e desenvolvimento econômico’” (FURTADO, 1962, p. 19). É preciso pensar a relação entre meios e fins para concretizar o ideal de desenvolvimento com liberdade. Assim, faz-se necessário “desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com padrões de convivência humana de uma sociedade aberta. Se não lograrmos esse objetivo, a alternativa não será o imobilismo, pois as pressões sociais abrirão caminho, escapando a toda possibilidade de previsão e controle” (FURTADO, 1962, p. 26). Esse caminho passa pelas reformas de base que deveriam atuar nos principais gargalos do sistema econômico, quais sejam: a limitada capacidade de resposta do setor agrário à demanda por alimentos e o financiamento dos investimentos através de emissão monetária.

Portanto, os conflitos sociais agora apontam para um processo revolucionário, a menos que as reformas sejam feitas atendendo os principais grupos que até o momento não puderam gozar os frutos do desenvolvimento econômico: os trabalhadores urbanos e rurais. Reformas aparecem, portanto,

como única opção a uma ruptura do sistema político, do contrário, “[o] retrocesso na organização político-social não virá ao acaso, e sim como reflexo do pânico de certos grupos privilegiados em face da pressão social crescente [...]. Nessas situações é que os grupos dominantes são tomados de pânico e se lançam às soluções de emergência ou golpes preventivos” (FURTADO, 1962, p. 31).

O cenário de revolução iminente reaparece em *Dialética do desenvolvimento* (1964)<sup>5</sup>, porém com uma visão mais refinada dos grupos sociais e de seu papel na distribuição de renda. Com a desaceleração do crescimento, ocorre maior disputa entre o setor industrial e o setor agrário. O primeiro dependia da oferta interna de alimentos, que sempre cresceu mais devagar, de forma que parte dos lucros industriais ia para o setor agrícola, na forma de elevação do custo de vida dos trabalhadores urbanos. Com o fim do crescimento, a redução dos lucros industriais passa a se chocar com a “renda da terra”. O conflito se explicita, mas os canais institucionais para sua resolução são insuficientes, pois os latifundiários têm ampla representação no parlamento e conseguem manter seu status e seus interesses, mesmo contra as necessidades do setor industrial. Ainda assim, essas tensões não se transformam em um conflito aberto, pois a industrialização beneficia a agricultura e vice-versa. Uma vez que esses antagonismos ficam represados pelas vias institucionais, o cenário de crescente reivindicação dos setores assalariados urbanos e rurais aponta que

as tensões constituem uma indicação de que a estagnação não é aceita como resultado final, isto é, que o desenvolvimento se transformou num imperativo social. Tampouco caberia admitir que tal situação conduz necessariamente a um processo revolucionário aberto. Provocando uma nítida tomada de consciência das raízes da crise por parte de amplos grupos da população, ela faz surgir um novo projeto nacional em antítese ao do

---

<sup>5</sup> Para João Antonio de Paula (2022, p. 157), “em *A pré-revolução brasileira*, livro de 1962, há considerável otimismo com relação às possibilidades de implantação de reformas estruturais ou de base no Brasil. Em 1964, no livro *Dialética do desenvolvimento*, Celso Furtado assume, claramente, a perspectiva da revolução”.

grupo que se encontra no poder. O impacto na opinião pública pode ganhar grande profundidade, surgindo condições propícias à divisão das classes dirigentes (FURTADO, 1964, p. 141).

Assim, as tensões sociais ainda têm um canal de solução não revolucionário, que passa pela formulação de um projeto nacional de desenvolvimento, no qual a opinião pública e, portanto, o sistema político aberto pode pressionar por uma solução de compromisso em nome da retomada do desenvolvimento.

Em 1965, o primeiro texto que Celso Furtado prepara durante o seu exílio é o “Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil”. Ele, em conjunção com o que discutimos no trabalho sobre estagnação, indica o avanço do autor na compreensão dos grupos sociais no Brasil. Ideia indicada nos ensaios anteriores, o “sentido” da industrialização é entendido por Furtado como tendo sido feita por “indução indireta de fatores externos”, de tal forma que não existiu no Brasil uma “atitude consciente” frente ao desenvolvimento econômico (FURTADO, 1966, p. 93). Em decorrência disso, não se constituiu um arcabouço institucional de base industrial, tendo como consequência disparidades regionais, concentração dos investimentos em indústrias não essenciais (maior lucratividade) e sobreinversão em equipamentos industriais, resultando em capacidade ociosa para os setores mais avançados e baixa incorporação de mão de obra.

Examinando a estrutura social brasileira, Furtado destaca que as transformações após a Revolução de 30 romperam as características herdadas da Colônia. O processo de urbanização teve como resultado a maior politização dos trabalhadores desse setor, embora essas modificações na estrutura social não tenham se traduzido em transformações institucionais. Assim, a ausência de uma classe industrial em oposição à agroexportadora que liderasse modificações institucionais – o que foi dificultado pela concentração industrial em São Paulo, dentro de uma organização federativa – permitiu a reprodução do impasse ao longo do tempo. Por outro lado, a centralidade do Senado e da Câmara na organização política fazia com que os interesses

dos setores agrários tradicionais fossem sobre-representados no Parlamento. Dessa forma, surge uma oposição entre o executivo federal e estadual, que nos grandes centros urbanos e industrializados são expressões de interesses organizados em torno dos setores modernos do país, e o poder legislativo, controlado pelas classes tradicionais.

A compreensão das peculiaridades do surgimento dos industriais e dos trabalhadores assalariados do setor faz Celso Furtado estabelecer uma comparação com a experiência europeia do século XIX. A industrialização substitutiva gerou uma dinâmica social diversa, produzindo tensões peculiares. O trabalhador assalariado não se percebe em um processo de degradação social como nos primórdios da industrialização europeia. Ao contrário, aqui ele passa por um processo de “elevação de status social”, pois sai do campo e recebe um salário relativamente maior. A urbanização, por sua vez, ao concentrar renda e ampliar a base de serviços e infraestrutura, atrai uma parcela cada vez maior de trabalhadores que acabam adentrando o setor de serviços ou as indústrias. O campo que, por sua vez, tem baixa produtividade, oferece péssimas condições de vida para a população, incentivando a migração para as cidades grandes e médias. Com a grande capitalização e a concentração de renda que caracteriza os estágios finais do processo de industrialização substitutiva, ocorre um declínio relativo do emprego industrial e uma expansão do subemprego urbano no setor de serviços ou de trabalhos temporários/ocasionais. Já a classe média, composta de empregados no setor de serviços e no governo, mesmo longe do topo da distribuição da renda, consegue garantir seu padrão de vida e perspectivas de ascensão social para seus filhos.

Ora, é essa população urbana heterogênea que teve papel decisivo nas modificações do processo político brasileiro, muito embora suas insatisfações não encontrassem um esquema de ação política para manifestar esse descontentamento. A questão, portanto, é que, “enquanto existiu a instabilidade no sistema de poder, a luta pela conquista do apoio das massas heterogêneas e a necessidade de transacionar permanentemente com os grupos que

controlam o poder real deram origem a formas exacerbadas de populismo” (FURTADO, 1966, p. 105). As instabilidades do sistema político recente, o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e a instauração do parlamentarismo e a deposição de João Goulart expressam essa instabilidade social e a inexistência de um aparato institucional capaz de promover modificações que contemplem a insatisfação da sociedade. A ausência de projeto de desenvolvimento consciente fez com que a luta política se configurasse como busca de poder pessoal no executivo, ainda que com o apoio das massas urbanas, e a preservação do controle político no legislativo pelos grupos tradicionais. Dentro desse quadro, “as circunstâncias referidas, responsáveis por uma crescente instabilidade política, teriam que favorecer a intervenção militar”. Dessa forma, Furtado sustenta que

a alternativa a uma instabilidade crescente, aberta ou potencial, está na introdução de modificações na estrutura social, que terão de ser mais profundas com o correr do tempo perdido. Uma sociedade exposta à penetração da técnica moderna que se mostra incapaz de criar em sua classe dirigente elementos aptos para liderar a reforma das estruturas sociais, não constitui necessariamente um sistema com possibilidade de preservar o seu *status quo*. Contudo, existe a alta probabilidade de que o custo social das transformações requeridas aumente, se condições históricas particulares permitem revigorar as forças que a elas se opõem (1966, p. 106-107).

Assim, embora retome a periodização do processo de substituição de importações – e isso pode ser entendido como resultado das discussões no Ilpes – a tese geral é de que o processo de mudança estrutural da sociedade é inevitável, pois faz parte das transformações causadas pelo processo de substituição de importações. A etapa de declínio do PSI explicita os conflitos e a continuidade do desenvolvimento só pode ser feita pela modificação da estrutura social. A principal diferença, portanto, em relação aos textos anteriores, é que o esgotamento do processo de substituição de importações, em 1961, 1962 e 1964, está ligado à elevada inflação, à perda da capacidade para importar e aos problemas de desequilíbrio externo. Já em 1965, a crise do PSI decorre da estrutura tecnológica, da formação de capital e da



distribuição de renda; não se fala tanto em inflação, em perda da capacidade de importar, mas na impossibilidade de manter o nível dos investimentos e da acumulação, dada a crescente capacidade ociosa e a retração dos mercados consumidores de bens de consumo duráveis. Passa-se das restrições de política econômica para a função de produção e de capitalização da economia. Em carta escrita a Aníbal Pinto, em setembro de 1968, Furtado reitera sua convicção de que o processo inflacionário não é o elemento determinante da falta de dinamismo das economias latino-americanas, mas adiciona-se a fatores estruturais. Referindo-se a seu livro de 1966 e ao artigo publicado com Andrea Maneschi, com quem estabelecera colaboração na Universidade de Yale (FURTADO, 1966; FURTADO e MANESCHI, 1968), Furtado afirma que “existem forças de caráter estrutural que levam à concentração da renda na economia brasileira (ou em qualquer economia com as características sociais e institucionais da nossa) e que essa concentração de renda é o principal obstáculo para a consecução de uma taxa elevada e estável de desenvolvimento”. Evitando excessiva ênfase no problema da inflação, Furtado sublinha que a solução dos complexos problemas brasileiros independeria de dispor o país de “bons administradores, um bom banqueiro central [...]” (FURTADO, 2021, p. 343-344).

### **c) O papel do contexto internacional como condicionante das possibilidades de ação dos governos nacionais dentro da crise econômica estrutural**

Na concepção de Furtado (1966), a análise da crise das economias latino-americanas nos anos 1960, incluindo o golpe de Estado no Brasil, seria indissociável da análise da evolução geopolítica e econômica internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a emergência da Guerra Fria – e seus desdobramentos na América Latina – e a expansão das empresas multinacionais. Em sua atuação na Sudene, sob vigência da Aliança para o Progresso, e no Ministério do Planejamento – em que seu Plano Trienal é abandonado por falta de apoios internos e externos –, Furtado vivencia as pressões internacionais que influenciam os destinos do Brasil,

embora não tenha teorizado especificamente sobre elas nos livros de 1961, 1962 e 1964. Afastado de funções públicas, dentre seus primeiros trabalhos no exílio destacam-se as análises das implicações da hegemonia norte-americana sobre o futuro da América Latina na segunda metade do século XX, publicadas sob o título de “Obstáculos externos ao desenvolvimento” em seu livro de 1966<sup>6</sup>.

Analisando o contexto internacional subjacente a esse momento de crise das economias latino-americanas, Furtado chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento na região, considerada área de influência dos Estados Unidos no âmbito da organização internacional por eles preconizada, estava condicionado pelos problemas de “segurança” identificados por esse país, relacionados tanto à manutenção do “american way of life” quanto à defesa dos interesses norte-americanos no exterior no contexto da Guerra Fria. A ajuda externa ou os programas de assistência norte-americanos aos países subdesenvolvidos seriam o meio de promover a modernização desses países, tendo em vista um “desenvolvimento autossustentado” – conforme o esquema propugnado por W. W. Rostow (1960) – que afastaria a possibilidade de instabilidades sociais. No entanto, à medida que transformações estruturais fossem provocadas no decorrer desse processo de desenvolvimento que, orientado de fora, pressupunha a absorção de modos de vida estrangeiros, inevitavelmente surgiriam instabilidades sociais. Explicitava-se, nas discussões sobre os mecanismos de ajuda externa norte-americana, que sua forma mais eficaz seria a que permitisse maior satisfação das elites locais interessadas em manter os países fora do comunismo (FURTADO, 1966, p. 37). Como “potência líder”, caberia aos Estados Unidos garantir a estabilidade social por meio da criação de “estruturas supranacionais, se não desejassem correr o risco de crescentes defecções em sua esfera de influência”. E Furtado prossegue sua análise: “Enquanto essas estruturas

---

<sup>6</sup> Versões do texto publicado nesse livro (FURTADO, 1966, cap. 2) foram também publicadas no exterior em francês e inglês, sob os títulos, respectivamente, de “L'hégémonie des États-Unis et l'avenir de l'Amérique latine” (*Esprit*, 1966) e “U.S. hegemony and the future of Latin America” (*The World Today*, 1966).

supranacionais não tivessem êxito, os próprios Estados Unidos haveriam de arcar com a responsabilidade de garantir a estabilidade social interna de todos os países sob sua órbita” (1966, p. 37). Após a crise dos mísseis em Cuba (1962), a então recente invasão da República Dominicana (1965) ilustrava a defesa dos interesses norte-americanos na região.

Furtado destaca que a conservação das esferas de influência dos Estados Unidos seria, bem entendido, o fim último de suas políticas de promoção do desenvolvimento em outros países (a exemplo da Aliança para o Progresso). O instrumento para a consecução de um desenvolvimento latino-americano com ajuda externa, respondendo a interesses econômicos, políticos e de segurança dos Estados Unidos, seriam as grandes empresas privadas estadunidenses, capazes de atuar em nível internacional. Um dos problemas apontados por Furtado em relação a esse tipo de desenvolvimento é a preferência das grandes empresas por investimentos em setores de tecnologia mais avançada, além de atuarem na região sem controles antitruste e sob a proteção político-militar norte-americana. Assim, essas empresas se tornariam “um superpoder” na medida em que a elas caberiam decisões relativas “à orientação dos investimentos, à localização das atividades econômicas, à orientação da tecnologia, ao financiamento da pesquisa e ao grau de integração das economias nacionais” (FURTADO, 1966, p. 44). Dessa forma, a atuação das empresas multinacionais resultaria em aumento das disparidades regionais e de renda e do desemprego na América Latina, com possibilidade de ampliação das tensões sociais e da ação repressiva do Estado. Tratava-se de um projeto de desenvolvimento que tornava “obsoleta a ideia de nacionalidade como principal força política na América Latina” e era atrativo às classes dirigentes locais interessadas no controle das instabilidades sociais (p. 44). Para ele, no entanto, o desenvolvimento dependeria da participação popular e da recuperação da ideia de nacionalidade, com o fortalecimento dos Estados “como centros políticos capazes de interpretar as aspirações nacionais e de aglutinar as populações em torno de ideais comuns” (p. 46). O autor avaliava, naquele momento, que a hegemonia norte-americana na América Latina, preconizando um desenvolvimento

baseado na ação de grandes empresas estrangeiras e no controle da subversão, operava no sentido de reforçar estruturas anacrônicas de poder e ensejava a manutenção do status quo na região.

As análises de Furtado desse período realçam a existência de uma “aliança tácita entre o governo de Washington e as ditaduras latino-americanas”<sup>7</sup> (FURTADO, 1989, p. 4). Em carta a Víctor Urquidi, de 6 de junho de 1966, referindo-se ao texto que publicara no *Jornal do Brasil* (edição de 3 de março de 1966), “A hegemonia dos Estados Unidos e o futuro da América Latina”, Furtado criticava a postura das classes dirigentes brasileiras diante dos EUA e manifestava sua insatisfação com os debates realizados no Brasil:

Os americanos estão no seu direito de povo com poderes imperiais de pretender organizar o mundo da forma que lhes parece justa. Que eles vendam a sua ideologia às nossas classes dirigentes (a ponto de fazê-los falar como ventríloquos) também é do seu direito. A nós, intelectuais, cabe contribuir para que se forme uma consciência crítica do que está ocorrendo. O diálogo de surdos que existe hoje entre o dogmatismo de esquerda e o comodismo de direita contribui muito pouco para a formação dessa consciência. Concordo que a consciência nacional não morreu, e por isso continuo escrevendo. Mas quando vejo os militares de nossos países se reunindo periodicamente para receber instruções dos homens do Pentágono, não posso deixar de preocupar-me com a saúde dessa consciência. [...] (FURTADO, 2021, p. 371).

Na visão de Furtado, o golpe de 1964 permitiu o aprofundamento das relações entre a estrutura econômica brasileira e o capital internacional, com reflexos sobre as estruturas socioculturais e sobre a distribuição da renda, que operavam no sentido de perpetuar o subdesenvolvimento. Os textos trabalhados neste artigo são ainda marcados pela ideia de que a crise das economias latino-americanas nos anos 1960 explicitava tendências à estagnação econômica na região, interpretação que evoluiria a partir de 1970, com maior ênfase na questão da dependência externa (cultural e tecnológica)

---

<sup>7</sup> Furtado referia-se ao livro *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, de 1973, que reuniu textos escritos entre 1964 e 1968, anteriormente publicados (FURTADO, 1966, 1968)

das economias subdesenvolvidas (FURTADO, 1971). Sem retomarmos os debates sobre as tendências à estagnação na economia latino-americana apontadas por Furtado nos anos 1960<sup>8</sup>, destacamos um trecho de sua correspondência com Maria da Conceição Tavares, datada de 1971, em que o autor esclarece sua posição:

*A tendência à estagnação não seria uma situação necessária, pela qual deveriam passar os países da A. Latina. Ela se havia manifestado em alguns casos e isso pedia uma explicação teórica. Ela podia ocasionalmente ser modificada, dizia eu, quando intervinham certos fatores, como melhora dos termos de intercâmbio. É evidente que a ação do Estado, ampliando a frente de investimentos, uma forte entrada de capitais estrangeiros, a reorientação das inversões em benefício de setores em que é mais intensa a absorção de progresso técnico, entre outros fatores, podem ter o mesmo efeito. [...] Hoje eu vejo o problema de forma algo diferente: trata-se menos de tendência à estagnação que de perpetuação do subdesenvolvimento (FURTADO, 2021, p. 213-214, grifos do autor).*

Como vimos, nos seminários realizados no Ilpes em 1964, Furtado iniciou um processo de releitura das interpretações sobre a industrialização latino-americana e o subdesenvolvimento. É desse período a elaboração de seu modelo sobre estagnação e desenvolvimento na América Latina, cuja versão mais formalizada foi elaborada em colaboração com Andrea Maneschi e publicada em 1968. A este autor, Furtado escreveria, em 7 de outubro de 1967:

Continuo convencido da validade das hipóteses básicas do modelo. Este seria mais complexo se se introduzisse o Estado como fator que também interfere na distribuição da renda. Em realidade, partindo dele, outras linhas de investigação teórica podem ser tentadas. Mas o fundo do problema permanecerá: *a tecnologia exógena e o marco institucional criam um perfil de demanda que freia o desenvolvimento*. A importância prática está em que, reconhecido esse núcleo de verdade, se pode partir para orientar a penetração da tecnologia e modificar o marco institucional a fim de criar condições propícias ao desenvolvimento. (FURTADO, 2021, p. 292-293, grifos nossos).

---

<sup>8</sup> A esse respeito, ver Coutinho (2019) e Bastos (2021).

As reflexões iniciadas e os contatos intelectuais estabelecidos no Ilpes contribuiriam à inclusão de novas dimensões nas análises de Furtado sobre o subdesenvolvimento. O seminário coorganizado por Furtado e Echavarría, e contando com a participação, entre outros, de F. H. Cardoso e F. Weffort, propunha discussões mais abrangentes do que a crítica imediata ao golpe de Estado no Brasil, e poderia ter ensejado pesquisas inovadoras no Instituto sobre corporações multinacionais na América Latina<sup>9</sup>. Entre as reflexões então iniciadas estava a questão da instalação de empresas dos países centrais nas nações periféricas – o fenômeno da “internacionalização do mercado interno” que seria destacada por Cardoso (FURTADO, 1997c, p. 73) – e suas consequências sobre a dependência latino-americana. Essas discussões sobre o aprofundamento da dependência, como sintetiza Dosman (2008), englobavam a redefinição, sob comando das empresas multinacionais, das relações econômicas internacionais (com reflexos sobre classes sociais, partidos políticos e sociedade civil), e não poderiam excluir o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado no Brasil.

Furtado inicia em seu livro de 1966 uma análise da expansão internacional das grandes empresas e seus impactos nos países subdesenvolvidos, que será continuada em seus trabalhos subsequentes. (FURTADO, 1968, 1974) Em carta a Werner Baer, datada de 20 de outubro de 1967, Furtado assim sintetizava suas atividades de pesquisa naquele momento:

Demais do subdesenvolvimento como problema global, também me interessa agora estudar a evolução da economia dos USA e suas projeções mundiais. [...] Estou convencido de que para compreender o que ocorre no mundo de hoje é essencial observar com alguma atenção o que se passa de significativo no seu país (FURTADO, 2021, p. 317).

Considerando a hegemonia norte-americana sobre a América Latina e o aprofundamento da dependência com o processo de internacionalização do

---

<sup>9</sup> Dosman (2008) salienta que as pressões políticas derivadas da presença de intelectuais como Furtado e Cardoso teriam impedido que se desenvolvesse essa linha de pesquisa. Havia o receio, explica, de que as discussões se dirigissem para a crítica da relação entre elites e empresas como base das ditaduras emergentes na América Latina.

capital produtivo, o tema das projeções internacionais da economia dos Estados Unidos continuaria a ocupar o autor nos anos seguintes. Como lembraria em sua autobiografia, sua experiência recente no Brasil o convenceria de que para captar o sentido do que ocorria na América Latina era necessária “uma melhor compreensão das transformações que estavam ocorrendo nos Estados Unidos, dado que esse país assumira na plenitude o papel de centro mundial de poder” (1997c, p. 49). De forma mais ampla, seu projeto no exílio seria

observar de perto o que se passava no vasto mundo, sem o que tenderíamos a cair no isolamento e a correr o risco de ficar prisioneiros de uma visão exterior concebida para reforçar nossa dependência. [...] Estava decidido a aproximar-me dos centros de onde emana o poder real para estudar os sistemas de dominação que comandam o nosso destino de povos periféricos. (FURTADO, p. 57 e p. 60)

### **Considerações finais**

O objetivo deste artigo foi indicar as repercussões de um evento decisivo, o golpe militar de 1964, na vida pessoal, profissional e intelectual de Celso Furtado. Embora grande parte dos estudiosos enfatize a indissociabilidade de teoria e ação em seu pensamento, buscamos aquilatar o impacto da ruptura política no Brasil através de escritos de caráter pessoal, como as cartas e os diários, além dos escritos autobiográficos. Esses textos nos franquearam um acesso detalhado a suas reflexões, a seus projetos de estudos e, por eles, pudemos ir traçando a evolução de suas ideias no período em questão. Sem que esse exame esgotasse nosso objetivo, identificamos, no próprio andamento dos textos e reflexões de Furtado, como a alteração da realidade brasileira e latino-americana foi sendo apreendida, levando a modificações em suas interpretações. Colocamos, dentro do curto espaço deste trabalho, texto e contexto em diálogo, demonstrando como a escrita se desdobrava para captar a realidade histórica.

Destacamos três modificações importantes em sua análise. Em primeiro lugar, a compreensão do processo de substituição de importações, que passa de um processo capaz de superar o subdesenvolvimento para o criador de um impasse estrutural, manifestado pelas limitações impostas pelas características tecnológicas e a função de produção do setor produtor de bens de consumo duráveis. Em seguida, como foi complexificando a percepção dos grupos sociais e a capacidade do sistema político de canalizar e resolver conflitos dentro do marco democrático. O golpe militar, nesse caso, representou a solução autoritária decorrente da opção dos grupos industriais e agrários de manterem suas margens de lucro e acumulação em detrimento das massas urbanas e rurais. Finalmente, a percepção crescente de que a autonomia econômica e política conquistada com a industrialização, tão presente nos escritos pré-64, desaparece ao mesmo tempo que a posição da América Latina na Guerra Fria deixa pouco espaço para a autonomia nacional, seja em termos de reformas e avanços sociais, seja no âmbito econômico, com a política externa norte-americana de ampliação da presença de suas empresas na América Latina. O otimismo de inícios da década de 1960 transformara-se, poucos anos depois, na ausência de alternativas econômicas e políticas.

As marcas do exílio na obra de Celso Furtado, contudo, não aparecem exclusivamente nos textos que analisamos, mas persistiram. Exemplo de desdobramentos que indicamos acima, a organização de um número sobre o Brasil para a revista francesa *Temps Modernes* reuniu os sociólogos e intelectuais brasileiros com quem Furtado manteve intensa correspondência durante seu exílio. A necessidade de pensar os problemas latino-americanos de forma conjunta também se manifestou na criação do clube Bianchi's, grupo criado em torno da ideia de que existia “um grupo significativo de intelectuais latino-americanos com profundas afinidades, que até certo ponto podem ser considerados como integrantes de uma escola de pensamento” (FURTADO, 2021, p. 358). Ambas as iniciativas, documentadas em sua correspondência intelectual, reafirmam a importância dessa nova fonte para a compreensão do pensamento de Celso Furtado.



## Referências

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Tardio, desigual e combinado: a origem do projeto intelectual da Escola de Campinas e a contribuição de Maria da Conceição Tavares. In: FUCIDJI, J. R. (org.). *As Narrativas de Clio: ensaios de interpretação histórica e metodológica*. 1. ed. Curitiba/Campinas: CRV/Unicamp.IE, 2021, p. 91-169
- BIANCONI, Renata. Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado. *História Econômica & História de Empresas*, v. 19, n. 1, p. 155-188, 2016
- BOIANOVSKY, Mauro. A formação política do Brasil segundo Furtado. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 34, n. 4(2), p. 198-211, 2014
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus Editora, 1996.
- CARDOSO, José Luis. Quasi una fantasia: marcos autobiográficos da formação econômica de Celso Furtado. *Análise Social*, n. 241, v. LVI (4.º), p. 620-640, 2021
- CEPÊDA, Vera Alves. Revendo o lugar da democracia no processo de modernização: as matrizes da teoria furtadiana do desenvolvimento. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). *O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 131-156
- COUTINHO, Maurício C. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 19, n. 3, p. 448-474, 2015
- COUTINHO, Maurício C. Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 3, p. 741-761, 2019
- COUTINHO, Maurício C. Correspondência intelectual: uma nova perspectiva sobre Furtado. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 79, p. 180-185, 2021
- DOSMAN, Edgar J. *The life and times of Raúl Prebisch, 1901-1986*. 1. ed. Montreal and Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2008
- FELGUEIRAS, Carmen. "Pouco mais do que uma viagem de turismo": as viagens de juventude de Celso Furtado. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 78, p. 108-134, 2021
- FRANCO, Rolando. El Ilpes de Prebisch. *Mundos Plurales – Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, v. 2, n. 1, p. 9-44, 2015
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento [1961]*. Edição definitiva. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964
- FURTADO, Celso. Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, v. 1, n. 1, p. 129-145, 1965
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, Celso (coord.). Le Brésil. *Les Temps Modernes*, v. 23, n. 257, 1967
- FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968
- FURTADO, Celso. Dependência externa y teoría económica. *Trimestre Económico*, v. 38, n. 150(2), 1971
- FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973

- FURTADO, Celso. Aventuras de um economista brasileiro [1973]. In: D'AGUIAR, Rosa Freire. *Essencial Celso Furtado*. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics; Cia. das Letras, 2013
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974
- FURTADO, Celso. Há 30 anos, um livro para explicar o Brasil [entrevista a J. Barros]. *O Estado de S. Paulo*, 18 fev. 1989. Caderno 2, p. 4
- FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997a, v. 1
- FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997b, v.2
- FURTADO, Celso. *Os ares do mundo*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997c, v. 3
- FURTADO, Celso. *Diários Intermitentes (1937-2002)*. Organização e notas de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- FURTADO, Celso. *Correspondência Intelectual (1949-2004)*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021
- FURTADO, Celso; MANESCHI, Andrea. Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*, v. 22, n. 2, p. 5-32, 1968
- IGLÉSIAS, Francisco. *História e ideologia*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1971
- KLÜGER, Elisa. Celso Furtado: um economista com lentes de literato. *Estudos Avançados*, 34(100), p. 261-278, 2020
- MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2005
- OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003
- PAULA, João A. de. *Capítulos de história do pensamento econômico no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2022
- ROSA, Lilian da. Celso Furtado, o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 81, p. 63-83, 2022
- ROSTOW, Walt W. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960
- SILVA, Roberto Pereira. A correspondência intelectual de Celso Furtado. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 16, n. 30, p. 185-192, 2021
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

GINA MARDONES LONCOMILLA

## A CENTRALIDADE TECNOCIENTÍFICA NA CONFIGURAÇÃO DA ECONOMIA SOCIALISTA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE OSKAR LANGE E CHE GUEVARA

Recebido em 16/08/2023

Aprovado em 16/01/2024

# A CENTRALIDADE TECNOCIENTÍFICA NA CONFIGURAÇÃO DA ECONOMIA SOCIALISTA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE OSKAR LANGE E CHE GUEVARA

## Resumo

Este trabalho visa estabelecer uma articulação entre os pensamentos de Oskar Lange e Che Guevara situados na discussão sobre o Cálculo Econômico Socialista, e os potenciais instrumentais técnicos para sua viabilidade como: a gestão administrativa das empresas e a incorporação da tecnologia nas bases produtivas. Para isso, em um primeiro momento expõem-se as formulações de Lange a respeito do sistema de formação de preços e a importância dos aparatos eletrônicos na organização da informação. Na segunda seção, apresentam-se as contribuições teóricas de Guevara, bem como alguns de seus projetos no campo tecnocientífico cubano. Por fim, busca-se tecer um diálogo entre os autores, cuja centralidade converge para a relevância da técnica na configuração de uma economia socialista. Espera-se, assim, suprir uma lacuna no campo das revisões teóricas desses autores.

**Palavras-chaves:** cálculo econômico socialista, técnica, gestão, Cuba, planificação

**GINA MARDONES  
LONCOMILLA**

Doutoranda em Economia Política Mundial pela UFABC, com período sanduíche financiado pela Capes no Centro de Estudos de Economia Cubana/ Ceec (Universidade de Havana), entre set.2023 e jul.2024.

Email: [gina.mardones@gmail.com](mailto:gina.mardones@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5203-2843>

## **Abstract**

This work aims to establish a link between the thoughts of Oskar Lange and Che Guevara, situated in the discussion on Socialist Economic Calculation, and the potential technical instruments for its viability, such as the administrative management of companies and the incorporation of technology into production bases. To this end, Lange's formulations on the price formation system and the importance of electronic devices in organizing information are presented first. The second section presents Guevara's theoretical contributions, as well as some of his projects in the Cuban techno-scientific field. Finally, the aim is to create a dialog between the authors, whose centrality converges on the importance of technology in shaping a socialist economy. In this way, we hope to fill a gap in the field of theoretical reviews of these authors.

**Keywords:** socialist economic calculation, technique, management, Cuba, planning

## Introdução

Constantemente retomam-se as discussões entre Che Guevara e Charles Bettelheim a fim de contextualizar, historicamente, os rumos que a Revolução daria aos primeiros anos da transição econômica de Cuba. A querela, conhecida no início dos anos 1960 por “El Gran debate”, envolveu desde membros do governo cubano até intelectuais estrangeiros como Charles Bettelheim e Ernest Mandel.

Essencialmente o debate foi dominado, de um lado, por Che Guevara e a defesa do Sistema Orçamentário Financeiro e, do outro, por Charles Bettelheim, propondo o Cálculo Econômico Socialista. De um lado, Che Guevara advogava um modelo de transição ao socialismo com características tipicamente cubanas, defendendo a aplicação teórica condizente com o momento histórico da ilha. Do outro, Charles Bettelheim alegava a necessidade de manutenção de categorias mercantis capitalistas, fundamentado na experiência de planificação soviética (sobretudo pela NEP – *Novaya Ekonomicheskaya Politika*).

Tal linha do Gran Debate, que versa sobre a transição ao socialismo cubano, foi amplamente revisitada por uma série de artigos que dão conta de descrever a sofisticação da produção teórica conduzida à época pelos dois pensadores (HEREDIA, 2003; CARCANHOLO & NAKATANI, 2008; VASCONCELOS, 2019; GOMES, 2016).

Todavia, o que se apresenta aqui, é uma leitura entre o pensamento de Che Guevara e a teorização do Cálculo Econômico que precedeu o Gran Debate, posto principalmente por Oskar Lange entre os anos 1930-60. Embora a questão tenha sido mencionada no campo intelectual (PERICÁS, 2018; YAFFE, 2022), ela não foi suficientemente aprofundada. O objetivo deste trabalho é, portanto, contribuir com essa lacuna, somando à discussão o desdobramento teórico feito pelos autores a respeito do potencial tecnocientífico e seus instrumentais que poderiam efetivar a economia socialista.

Tomadas as devidas diferenças temporais e metodológicas – Lange mescla a teoria neoclássica do equilíbrio com aporte marxista em uma discussão com autores clássicos sobre a possibilidade do planejamento socialista,

enquanto Che preserva a tradição revolucionária marxista-leninista em um debate prático no âmbito do Ministério das Indústrias – entende-se que a relação entre os autores estaria na importância atribuída aos aspectos da gestão administrativa da empresa e da incorporação tecnológica nos processos produtivos. Tais técnicas, herdadas do capitalismo, quando aplicadas à transição socialista, viabilizariam a otimização das capacidades produtivas, bem como o cálculo econômico sob o socialismo, sem que isso implicasse necessariamente a restauração do sistema capitalista.

Chamaremos *técnica* o que se encontra na raiz da organização do trabalho em uma empresa, e que segue critérios de racionalidade ao empregar os meios disponíveis para alcançar objetivos pré-estabelecidos. De modo mais específico, uma técnica ajuda a direcionar a quantidade de “fatores e insumos necessários à produção de determinado bem” (CANO, 1998, p. 52).

Entendemos que tais aspectos técnicos seriam *métodos de produção* a partir da visão langiana (POMERANZ, 1986, p. 24), enquanto a concepção de Guevara, podemos incluí-la na lógica de derivação das *categorias gerais* do capitalismo, no sentido de Bolaño (2003). Não nos ateremos aos pormenores conceituais, visto que o interesse reside em expor os argumentos dos autores em defesa do potencial tecnocientífico para o desenvolvimento de uma economia socialista.

Para isso, além da introdução e conclusão, este trabalho será dividido em três seções compostas essencialmente por uma revisão bibliográfica. Iniciaremos com Oskar Lange, situando-o na rodada de debate a respeito do Cálculo Econômico em respostas a Mises e Robbins, expondo os argumentos que evidenciam a importância do sistema de formação de preços, do fluxo de informação, e dos mecanismos eletrônicos que poderiam auxiliar na configuração de um Cálculo Econômico Socialista.

Em seguida, traremos as contribuições de Che Guevara sobre certos aspectos técnicos do capitalismo que deveriam, em um primeiro momento, ser apropriados na fase de transição ao socialismo, e em seguida superados de modo a suprimirem as contradições postas nas relações de produção

capitalistas. Também descreveremos alguns de seus esforços para pôr em prática projetos tecnocientíficos com o objetivo de promover um modelo de empresa socialista cubana.

Na terceira e última parte, desenvolveremos o diálogo entre os autores apontando para a confluência dos argumentos que transitam da teoria à práxis. Buscaremos, afinal, dar sentido aos debates em uma articulação possível entre Oskar Lange e Che Guevara no que concerne à centralidade assumida pelo aspecto técnico para viabilizar a planificação das forças produtivas durante a transição ao socialismo.

Por fim, presume-se que a discussão histórica corresponde também à atualidade de Cuba, onde a promoção tecnocientífica para o socialismo tem sido recentemente retomada em debates feitos por pesquisadores e governantes. Em 2021, o então presidente Miguel Diaz-Canel defendeu sua tese de doutorado por meio da qual pleiteia o paradigma da Ciência, Inovação e Tecnologia como ferramentas de otimização da gestão pública e da economia. Também o professor e pesquisador Augustín Lage afirmou: “El socialismo es un problema de la propiedad y de la distribución, pero no es un problema de gestión [...] El primero que dijo que había que revisar los procesos de gestión del capitalismo desarrollado fue Che Guevara y llamó a estudiar los modelos de gestión de las grandes empresas” (CUBADEBATE, 2022). Lage reconheceu a histórica dificuldade do socialismo cubano em organizar a técnica em favor de uma economia planificada, resgatando a temática que será desenvolvida a seguir.

### **I. Oskar Lange: possibilidades de uma economia socialista cibernética**

Oskar Lange é um dos economistas situados historicamente na rodada de debate sobre o Cálculo Econômico. Seu trabalho foi fundamentalmente reconhecido por suas objeções ao pensamento da Escola Austríaca, especificamente às formulações de Hayek quanto à impossibilidade do cálculo econômico em uma economia socialista. Lange, baseado nas elaborações de Barone (ideia de equilíbrio em um regime coletivista)<sup>1</sup> e no método da



tentativa e erro de Taylor<sup>2</sup>, afirmava não só a viabilidade do cálculo socialista, como também a factibilidade de um plano operacional controlado por uma malha estatal em substituição ao mercado.

O autor acreditava na adequação de um modelo socialista que congregasse conjuntamente as categorias de mercado e o controle centralizado das operações das empresas estatais. Em sua principal obra, *On the Economic Theory of Socialism* (1938), Lange sistematizou a proposta em um tipo de “equilíbrio subjetivo” socialista a partir da combinação: 1) da criação de um mercado competente baseado na livre escolha de bens de consumo, bem como a existência de um mercado de serviços de trabalho; e 2) de decisões guiadas por um Planejamento Central com vistas à satisfação dos consumidores e não aos lucros individuais das empresas.

Lange (1972 [1938]) buscou demonstrar que a determinação do equilíbrio dos preços em uma sociedade socialista era um processo parecido ao que ocorria em uma economia competitiva de mercado. A diferença é que o Comitê Central de Planificação (CCP) teria um papel fundamental e factível ao desempenhar as funções do mercado, isto é, caberia ao CCP estabelecer os fatores e a escala de produção, bem como a alocação de recursos. “Finally, it also fixes the prices so as to balance the quantity supplied and demanded of each commodity” (LANGE, 1972 [1938], p. 99).

Em um primeiro momento, seria possível a implementação de um Cálculo Econômico Socialista, via tentativa e erro, desde que as condições de escolha do consumidor e do produtor fossem satisfeitas. Neste caso, as equações a serem resolvidas seriam postas, por um lado, pelos consumidores – ao gastarem suas rendas conferindo-lhe o máximo de utilidade – e, por outro lado, pelos produtores que resolveriam a equação combinando fatores que minimizassem, principalmente, a taxa de custos.

O método da tentativa e erro também poderia ser aplicado de maneira geral em um contexto onde não houvesse liberdade de consumo, e tampouco um mercado de serviços livre. A alocação de recursos, ao invés de ser

---

<sup>1</sup> Sobre o tema ver Barone (2012 [1908]).

<sup>2</sup> Sobre o tema ver Taylor (1929).

direcionada pela preferência do consumidor, seria dirigida pelos objetivos burocráticos da administração encarregada pelo sistema econômico. Neste caso, o cálculo econômico racional refletiria as preferências do Comitê Central de Planificação, ao invés das escolhas do consumidor. “The Central Planning Board decides which commodities are to be produced and in what quantities, the consumers’ good produced being distributed to citizens by rationing and the various occupations being filled by assignment” (LANGE, 1972 [1938], p. 105).

Haveria, portanto uma consistência econômica e uma aplicabilidade da alocação racional em uma economia socialista sem liberdade de consumo e ocupação. Todavia, pontua Lange, isso não seria recomendável. A distribuição do consumo guiada pelas preferências burocráticas apenas seria tolerável quando o padrão de vida estivesse reduzido ao mínimo de sobrevivência fisiológica, e quando a racionalização de alimento, vestuário e habitação fosse, de fato, bem-vinda. Mas, tão pronto houvesse melhoria na renda nacional, essa racionalização cessaria e abriria espaço para um mercado e consumo de bens.

Não se trata neste momento de aprofundar as especificidades a respeito da alocação de recursos e da formação do preço desenvolvidas nos argumentos de Lange, tendo em vista que a proposta é apresentar, em termos gerais, a viabilidade prática da dinâmica produtiva e da alocação racional dos recursos em uma economia socialista, bem como os instrumentos técnicos possíveis para sua concretização.

A discussão posta até aqui instaura o debate que se pretende desenvolver: o potencial uso das técnicas de gestão empresarial e de tecnologia para a alocação racional de recursos, compreendidas a partir da visão langiana como métodos de produção (POMERANZ, 1986, p. 24).

Quase 30 anos após *The Economic Theory of Socialism*, Lange reabre as objeções feitas aos argumentos de Hayek e Robbins. Desta vez, recorre à importância dos avanços propiciados pela eletrônica e pela informática para viabilizar e otimizar a práxis de um cálculo econômico sob o socialismo, fomentando as discussões sobre a possibilidade de uma economia cibernética.

Um dos principais argumentos para desenvolver a ideia residia na racionalidade da alocação de recursos que, segundo Hayek e Robbins, estaria diretamente vinculada à existência da propriedade privada dos meios de produção. No bojo dessa relação estaria a problemática do fluxo de informação. O sistema econômico, em sua complexidade, termina por diluir o conhecimento entre os inúmeros agentes, de modo que a multiplicidade de informações só poderia ser garantida individualmente pelos agentes de mercado através do mecanismo de preço. Sem a propriedade privada individual dos meios de produção não existiria o quadro econômico de diferentes alternativas

In practice this solution is quite unworkable [in a socialist economy with centralization of means of production]. It would necessitate the drawing up of millions of equations on the basis of millions of statistical data based on many more millions of individual computations. By the time the equations were solved, the information on which they were based would have become obsolete and they would need to be calculated anew (ROBBINS *apud* LANGE, 1936, p. 56).

As discussões de Lange foram influenciadas pelo método de equação linear desenvolvidos por Leontieff<sup>3</sup> que alimentaram os debates sobre as potencialidades da programação linear para otimizar os resultados de uma economia planejada, além dos estudos sobre computação desenvolvidos por Neumann<sup>4</sup>. Na primeira metade da década de 1960, Lange produziu um grande estudo a respeito da aplicação cibernética nos processos de gerenciamento econômico, particularmente em uma economia socialista<sup>5</sup>.

A computação eletrônica se apresentaria como um dos instrumentos possíveis de contabilidade econômica em uma sociedade socialista (o outro seria o mercado). “Também nos países capitalistas, o computador eletrônico é, em certa medida, utilizado como instrumento de contabilidade econômica [...] Em uma economia socialista, estas técnicas têm um campo de aplicação

---

<sup>3</sup> Sobre o tema ver Leontieff (1941).

<sup>4</sup> Sobre o tema ver Neumann (1979 [1958]).

<sup>5</sup> Sobre o tema ver Lange (1965).

ainda mais vasto: podem ser aplicadas ao conjunto da economia nacional” (LANGE, 1972 [1967], p.403, tradução nossa). O aparato eletrônico em si não substituiria o mercado. Ele apenas cumpriria uma função que o mercado não poderia cumprir, seria usado como instrumento de prognóstico, e as previsões deveriam ser posteriormente confirmadas pelo mercado.

Em determinado momento, Lange compara as vantagens da computação em relação ao mercado, caracterizando este último como um “servo-mecanismo incômodo e lento”. Diferentemente do computador eletrônico, o mercado operaria com atrasos e flutuações e poderia não ser convergente. Outra desvantagem do mercado é que suas iterações causariam efeitos na renda. As flutuações nos preços resultariam em perdas e ganhos para diferentes grupos de pessoas, uma lógica bem problemática para uma economia socialista, visto que desencadearia desigualdades sociais.

O problema do mercado estava em tratar as questões contábeis apenas em termos estáticos, isto é, não oferecia uma base dinâmica o suficiente para otimizar o crescimento e o desenvolvimento econômico. Neste sentido, o planejamento, fundamentado em condições mais gerais da política econômica, ofereceria essa base adequada de desenvolvimento pautado por investimentos de longo de prazo. Como o mecanismo de mercado refletiria apenas os cálculos baseados em preços atuais, e, portanto, os dados atuais, o planejamento via investimentos a longo prazo “alteraria os dados, criando novas rendas, novas condições técnicas de produção e, frequentemente, também criando novos desejos” (LANGE, 1972 [1967], p. 404, tradução nossa).

Para compreender os argumentos de Lange, é preciso situá-lo em sua premissa: a de um socialismo que operaria com um mercado cuja existência é instituída socialmente. Em outras palavras, segundo o autor, os bens de consumo em um país socialista seriam distribuídos via mecanismo de mercado. O que, por sua vez, não significa o restabelecimento do capitalismo. A presença de algumas categorias capitalistas como mercadoria, ou autonomia da empresa, ou a preferência de escolha do consumidor, não representaria, necessariamente, a implantação de um sistema capitalista.

Em uma economia capitalista, “o capital consiste de direitos de propriedade privada sobre os meios de produção que permitem aos proprietários dos meios de produção apropriar-se do excedente produzido na economia nacional” (LANGE, 1986 [1956], p. 82). Todavia, no contexto do socialismo, a integração entre bases técnicas e economia encaminharia o desenvolvimento das forças produtivas para uma lógica diferente:

Numa sociedade socialista esses direitos de propriedades estão ausentes. Existem simplesmente meios físicos de produção e certas condições tecnológicas expressas pelos coeficientes técnicos e pelo período de funcionamento. A partir dessas condições tecnológicas resultam certas consequências a respeito da quantidade de trabalho social que tem que ser “acumulada” para se obter um incremento de produto planejado. Assim, não há necessidade numa sociedade socialista, de um conceito como de “capital”. Esse conceito só obscureceria o caráter tecnológico das condições do processo de crescimento econômico (LANGE, 1986 [1956], p. 82).

As condições tecnológicas postas em uma economia socialista seriam instrumentos fundamentais para otimização da planificação econômica a longo prazo. Isso implicaria tanto a incorporação de infraestruturas (maquinários) que aumentassem a capacidade produtiva quanto a programação matemática mediada por computadores eletrônicos para uma organização rigorosa da contabilidade eletrônica. Incorporadas nas bases produtivas, estas permitiriam a gestão adequada das empresas, menos como ferramentas para a reprodução ampliada do capital e mais como uma forma viável do cálculo socialista.

Do ponto de vista da história geral, a planificação é um método relativamente novo na economia política (LANGE, 1986 [1961]; ELLMAN, 1983 [1979]; CEPAL, 2012)<sup>6</sup>. Nas análises postas por Lange, as questões da planificação

---

<sup>6</sup> Sobre o tema, consultar também Pomeranz (1986). A ideia de “planificação” como instrumento de organização origina-se com o surgimento das economias socialistas, particularmente com o advento da Revolução Russa, e posteriormente com o espraiamento nos países do leste europeu. No contexto do socialismo soviético, a planificação econômica caracterizou-se por ser diretiva e centralizada. No entanto, enquanto método, a planificação não se restringiu aos países socialistas. Nas décadas de 50-60 a discussão também atinge as economias capitalistas (sobretudo periféricas), onde o planejamento ganha um caráter “indicativo”, expressando-se por meio de políticas macroeconômicas.

econômica mesclam-se com a capacidade de crescimento econômico do país. No contexto socialista, isso passaria pela capacidade de desenvolvimento autônomo das unidades produtivas, bem como da alocação correta de investimentos por parte do Comitê Central de Planificação (CCP) em setores que propiciem um aumento da produção, e conseqüentemente a elevação da renda nacional.

A utilização dos recursos estaria diretamente relacionada ao sistema de preços, e no plano de caráter socialista, *a priori*, não existiria a preocupação em organizar o sistema de preços. O problema inicial “não é o dos detalhes contábeis ou de incentivos”, mas, sim, desenvolver estratégias para garantir o rápido crescimento da capacidade produtiva. Para Lange a questão fundamental da “decolagem” do desenvolvimento econômico estava sobretudo na capacidade de “mobilizar recursos necessários ao investimento produtivo, alocá-los para os setores da economia que aumentem mais rapidamente o potencial produtivo do país, e fazê-lo utilizando os métodos tecnológicos mais produtivos” (LANGE, 1986 [1961], p. 44).

Daí a ênfase no papel da ciência para a elaboração de um método de produção baseado em técnicas de gestão e incorporação de material tecnológico na base produtiva para o desenvolvimento de uma sociedade socialista. Segundo Lange (1986 [1962], p. 65), a ciência cumpriria um papel múltiplo na sociedade socialista: moldaria as forças produtivas e a base econômica, organizaria a administração de maneira eficiente, bem como influenciaria a superestrutura política e cultural da sociedade.

A convicção na ciência como fator de desenvolvimento das forças produtivas em uma economia socialista também foi compartilhada por Che Guevara. Os esforços para a promoção de projetos relacionados à biotecnologia, automação da indústria e da agricultura, e de pesquisas na área da computação eletrônica ficariam evidentes logo nos primeiros anos da Revolução.

## 2. Che Guevara e a técnica como superação do modo de produção capitalista

Para além da via política revolucionária, Che Guevara também era um intelectual que incorporava a questão técnica aos debates econômicos. Nos primeiros anos da revolução, alinhava as discussões sobre a transformação das relações sociais com as potencialidades da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do socialismo cubano.

Enquanto esteve à frente do Ministério das Indústrias (1961-1965), Che preocupou-se com o desenvolvimento dos meios de produção para alcançar a eficiência máxima do processo produtivo em um contexto de subdesenvolvimento e transição ao socialismo. O debate sobre indústria e tecnologia foi organizado em duas publicações principais: *Nuestra Indústria*, de 1961, e *Nuestra Indústria Tecnológica*, de 1962 (PERICÁS, 2018, p.99).

O então ministro pensava na reconstrução da sociedade a partir da reconversão das relações dadas no modo de produção capitalista, onde também operariam, derivadas das categorias gerais do capitalismo, as formas jurídicas (normas de trabalho, de produção, gestão administrativa) e as formas mercantis (dinheiro, salário, mercadoria, lei do valor e bens de capitais).

Seguindo os aspectos destacados em Lange, abordaremos igualmente as técnicas da administração de empresa e da tecnologia nos processos burocráticos e produtivos. Mas, a partir da interpretação de Guevara, tomaremos esses aspectos na condição de categorias derivadas do capitalismo.<sup>7</sup>

Referenciados por Che em seus conhecidos *Textos Econômicos* (2009 [1964]), tais aspectos teriam origem na contradição dada pelo modo de produção capitalista entre forças produtivas e relações de produção, condição *sine qua non* para que a Revolução Cubana se concretizasse.

---

<sup>7</sup> Sobre o método da derivação das formas ver Bolaño (2003). Bolaño encontra no pensamento marxista o “método da derivação das formas” do qual deriva o conceito de informação e comunicação, e conseqüentemente toda sua materialidade. O chamado método da derivação das formas foi desenvolvido durante a primeira metade dos anos 70 no bojo do debate alemão sobre a derivação do Estado, detendo-se especialmente na contribuição de Blanke, Jürgens e Kastendiek. “[Estes] autores realizam a derivação a partir de um nível de abstração tão elevado como o da caracterização de uma economia mercantil simples, nível do qual parti também na análise da informação e suas contradições” (BOLAÑO, 2003, p. 61).

O choque no capitalismo entre forças produtivas e relações de produção resultaria da acumulação de forças conflituosas do ponto de vista do desenvolvimento econômico e da tentativa de concorrência ou mesmo supressão de uma classe por outra do ponto de vista político. Tanto as relações de produção quanto as forças produtivas seriam fenômenos de natureza econômico-tecnológica que se acumularam no decurso da história, de modo que, *a priori*, seria impossível suprimi-los, negá-los. No entanto, sua superação seria gradativamente possível.

Contrariamente à lei absoluta do capitalismo de desenvolvimento econômico desigual, para Che, o aprimoramento técnico dos meios de produção serviria à transição socialista, superando, portanto, tal contradição posta no modo de produção capitalista.

A diferença mais imediata entre capitalismo e socialismo quando se fala em técnica está no modo como se entende uma empresa. O emprego da técnica circunscrita à acumulação ampliada do capital, sobretudo durante a fase do capitalismo monopolista, reproduziria as desigualdades econômicas na medida em que a lógica da autonomia empresarial tenderia a ampliar diferenças no desenvolvimento das forças produtivas (otimizadas principalmente pela aquisição de bens de capital, isto é, tecnologias que se configuram como capital fixo).

Contrário à ideia de empresa como uma unidade de produção com personalidade jurídica autônoma, para Che, a empresa deveria, de imediato, constituir-se da totalidade das centrais de produção. “Para nós, uma empresa é um conglomerado de fábricas ou unidades que têm uma base tecnológica semelhante, um destino comum da produção ou, em alguns casos, uma localização geográfica delimitada” (GUEVARA, 2009 [1964], p. 63).

O ponto de vista da empresa enquanto unidade produtiva autônoma foi fortemente defendido por Bettelheim. Esta etapa seria conveniente em uma primeira fase de transição, pois levaria às chamadas formas superiores, isto é, quando o Estado fosse capaz de deter todos os meios de produção. Che acreditava que a defesa desse etapismo seria desconsiderar a capacidade revolucionária



de coordenar centralmente uma malha integrada de unidades produtivas, que tecnicamente já existia na ilha com os monopólios estadunidenses. Ou seja, aquilo que “poderia ser” já “estava dado” no momento.

A certa altura de seus *Textos Econômicos* (2009 [1964]), Che Guevara recorre a uma longa citação de Oskar Lange – de quem era admirador (PERICÁS, 2018, p. 64) – para justificar que o gerenciamento das empresas, da forma como havia sido deixado pelo capitalismo da época (com atividades centralizadas e monopolizadas), poderia ser utilizado para conduzir ao desenvolvimento de uma economia planificada socialista (GUEVARA 2009 [1964], p. 61). Não haveria razões, portanto, para descentralizar as atividades produtivas com posição de monopólio, tendo em vista que, dentro da própria lógica capitalista, essa dinâmica é administrada por uma grande empresa, dentro da qual se estabelecem vínculos verticais de subordinação-coordenação entre as unidades.

A este respeito, em uma rodada de debate sobre plano e mercado posterior a Che, Alec Nove (1989) defendeu – ainda que com ressalvas – a necessária existência de certas atividades em grande escala produtiva e centralizadas na configuração de um socialismo viável. Uma das razões para sua aplicação seria o grande custo inicial, de modo que a empresa buscaria limitar suas incertezas, aproximando-se de um plano *ex ante*. Outro motivo seria o informacional, “para saber que investimentos ou produtos são necessários é preciso estar no centro”<sup>8</sup> (NOVE, 1989, p. 31).

Embora não reconheça explicitamente a assertiva de Lange em sua menção nos *Textos Econômicos*, Che acreditava que a implementação do plano no momento da transição ao socialismo deveria, portanto, conviver por um certo período com as contradições das categorias do capitalismo remanescente até que a sociedade cubana alcançasse a liberdade, e finalmente a planificação centralizada se constituísse como modo de existir da sociedade socialista.

À época, alguns teóricos preconizavam o caráter não dialético da Revolução justamente devido às categorias herdadas do capitalismo imperialista e

---

<sup>8</sup> Sobre a participação de Nove nos debates a respeito do plano e mercado ver também Albuquerque (2008).

que deveriam de imediato ser suprimidas<sup>9</sup>. Ocorre que, aproveitando situação histórica excepcional e considerando que já existiam condições objetivas suficientes de socialização do trabalho, seria, portanto, possível “queimar etapas, e assim decretar o caráter socialista da revolução” (GUEVARA, 2009 [1964], p. 106). Che não negava a relevância dos procedimentos técnicos capitalistas, estes deveriam ser aproveitados para realizar a transição ao socialismo, incorporando inclusive as mesmas tecnologias no processo produtivo.

As formas de condução da economia, numa ótica tecnológica, devem buscar-se onde estejam mais desenvolvidas e possam ser adaptadas à nova sociedade. A tecnologia da petroquímica do campo imperialista pode ser utilizada pelo campo socialista sem perigo de “contágio” da ideologia burguesa. No rumo econômico, sucede o mesmo em tudo o que se refere às regras técnicas de controle de produção e direção (GUEVARA, 2009 [1964], p. 62):

Neste sentido, admitiu dificuldades principalmente devido às inconsistências em processos tecnológicos não condizentes com as matérias-primas recebidas; além da falta de “aparelhos automáticos” como computadores, telefones e telégrafos necessários para acelerar os índices de contabilidade das unidades e agilizar os processos burocráticos (GUEVARA, 2009 [1964], p. 67).

Muito embora o ingresso do país no Comecon, no início dos anos 70, tenha possibilitado sua inserção na Comissão Intergovernamental de Computação, impulsionando a colaboração científica e comercial com a URSS, Cuba construiu uma relação paradoxal em relação à incorporação de tecnologias no setor socioeconômico. Che considerava a tecnologia das empresas soviéticas muito atrasadas em relação às ocidentais, tanto em termos de contabilidade quanto em maquinaria. Para se ter uma ideia, enquanto na ilha existiam modernas máquinas de perfuração da IBM, deixadas pelas empresas de capital estadunidense, a URSS utilizava o ábaco como cálculo de folha de custos (PERICÁS, 2018, p. 86).

---

<sup>9</sup> Sobre o tema ver Guevara (2009 [1964], p. 105).

Ainda assim, a colaboração Cuba-URSS permitiu o intercâmbio de equipamentos, *softwares*, planos de trabalho, financiamento e conhecimento tecnológico para otimizar a indústria e a agricultura.

No início dos anos 1970, começaram a operacionalizar os computadores com tecnologia Iris, que remodelou as metodologias dos institutos de ensino, ajudando inclusive a criar novos cursos voltados para os estudos da informática, como a Licenciatura em Cibernética Matemática, da Universidade de Havana, e o curso de Engenharia em Controles Automáticos, do Instituto Superior Politécnico. Esse foi um passo importante para a aquisição dos microcomputadores e das primeiras folhas de cálculo para solucionar problemas de gestão estatística.

No entanto, a principal característica desses programas, que seria a planificação mediante variáveis, foi ignorada pelos agentes econômicos e financeiros cubanos. Segundo Encinosa (2015, p. 35), a influência teórica soviética de “sistema automatizado de direção” não condizia de fato com a realidade da ilha, muito embora essa tese defendida por diversos autores russos tenha sido distribuída e estudada nas escolas cubanas de Economia e Finanças, e de Engenharia. Baseada no modelo integrado de empresas e no sistema de cálculo, essa metodologia que visava a solução da produtividade em termos quantitativos não foi considerada a mais apropriada para otimizar as bases produtivas de Cuba.

Che esperava que, em um estágio posterior, o desenvolvimento das empresas de base tecnológica cubana consolidasse uma produção endógena autossuficiente. Tratava-se, portanto, de estabelecer novas relações entre forças produtivas, e elas passariam pela reformulação dos objetivos a serem alcançados, ainda que para isso se fizesse uso da estrutura técnica deixada pelos EUA.

O Ministro empenhou-se em desenvolver projetos que impulsionassem a pesquisa, a ciência e a tecnologia em áreas estratégicas de produção como a indústria açucareira, biotecnologia, construção naval, bem como automação e eletrônica. Entre os vários projetos criados, podemos citar o Instituto

Cubano de Desenvolvimento do Maquinário, o Instituto Cubano de Pesquisa Tecnológica e a Oficina de Automação e Eletrônicos (YAFFE, 2022, p. 9-11). O progresso tecnológico estava no bojo das discussões, pois acreditava-se na viabilidade de incorporá-lo como uma função importante do socialismo que levaria ao estágio do comunismo. A automação, em certa medida, poderia promover a centralização e o controle da economia. O socialismo, portanto, seria o modelo pelo qual se constituiria uma tecnologia aplicável em favor da nova consciência humana.

A subversão dessa lógica se correlaciona com a maneira que se objetiva a eficácia do processo produtivo. No modo de produção capitalista, a empresa em sua condição de propriedade jurídica autônoma, com fundos próprios, regime de contratação com lastro jurídico na qual a força de trabalho é a própria mercadoria, e a qual incorpora tecnologias mediante a otimização das forças produtivas em um cenário concorrencial, estará sempre vinculada à lógica de reprodução do capital.

No sistema capitalista a reprodução ampliada do capital é tanto o meio quanto o fim. Sendo o objetivo final sempre o de mais acumulação de capital, a dinâmica ocorrerá fundamentalmente no processo produtivo. O socialismo, portanto, não deveria trabalhar com as leis do sistema econômico precedente. A transição para uma sociedade menos desigual deveria partir de mudanças fundamentais nessas relações sociais de trabalho. Tratava-se de encontrar uma divisão interna do trabalho que fosse menos espoliativa, em que qualquer tipo de desigualdade, econômica ou social, fruto do fim último que era a extração de mais-valia, não fosse simplesmente o resultado das condições capitalistas monopolizadoras do aparato técnico produtivo.

### **3. Entre a teoria e a práxis: diálogos possíveis entre Lange e Che**

Os trabalhos de Oskar Lange dos anos 1930-60 consolidaram suas qualidades enquanto metodólogo (POMERANZ, 1986, p. 21). Uma de suas características foi a capacidade de vincular a metodologia ao sistema econômico

historicamente dado, antepondo-se à premissa de neutralidade dos instrumentos resultantes de tal sistema, daí sua contribuição ao campo.

A ênfase em boa parte de seus estudos na abordagem quantitativa deve-se muito à influência da Praxeologia e da Cibernética, que Lange buscou incorporar nas ciências econômicas de modo a contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento econômico à época historicamente vivido e identificado pelo autor, a saber, o modelo econômico socialista. De certa forma, Lange deu notoriedade à gestão administrativa das empresas (POMERANZ, 1986; NOVE, 1989), bem como à incorporação da tecnologia nos processos produtivos como instrumentais da aplicação metodológica.

A evolução do pensamento langiano está diretamente ligada à forma como o autor apreendeu as transformações sociais históricas de seu tempo, sobretudo na Polônia, país de origem. A partir disso, Lange formulou um modelo teórico do sistema socialista, associando o instrumental neoclássico da teoria do equilíbrio à teoria marxista, como forma de antepor as tendências do desenvolvimento do modo de produção capitalista ao sistema socialista. Não apenas utilizou-se da estatística e da matemática como instrumental analítico para entender a aplicabilidade das leis econômicas no processo de planejamento, como também soube conduzir uma interpretação da política econômica de seu tempo com uma posição marcadamente ideológica.

Por isso, Lange também foi reconhecido como um dos poucos marxistas que enfrentaram a problemática de sistematizar o que poderia ser a produção de uma economia socialista (NOVE, 1989, p. 305). No que concerne à gestão das empresas, as unidades produtivas deveriam ter autonomia para decidir a respeito da sua produção tendo em vista o consumidor final. Por sua vez, caberia ao Comité Central de Planificação (CCP) a responsabilidade pelos investimentos e matéria-prima. Apesar dos limites do modelo langiano, tratava-se de um passo importante, considerando os esforços de um arranjo pragmático para um “socialismo possível” (NOVE, 1989, p. 185).

A habilidade de conciliar o aporte teórico no campo da economia política com uma atuação política econômica para reconstrução dos países em

desenvolvimento, sobretudo no pós-guerra, como foi o caso da Polônia, fez de Lange um intelectual de caráter “antropofágico”, no sentido de incorporar ideias não necessariamente condizentes com as suas, readaptá-las, e assim criar um plano de expansão da Economia Política Socialista dentro do campo das ciências econômicas (LOPES & MARIN, 2021, p. 3). Um exemplo dessa antropofagia pode ser observado no famoso debate sobre o Cálculo Econômico Socialista em resposta a Mises. O objetivo era demonstrar “a viabilidade da alocação racional de recursos no socialismo utilizando todo o framework aceito pela comunidade científica dos economistas ocidentais” (LOPES & MARIN, 2021, p. 8).

As qualidades que fizeram de Lange um intelectual capaz de transitar entre a teoria e a práxis com o intuito de pensar o socialismo como um sistema capaz de superar o próprio capitalismo, sem por isso desconsiderar alguns de seus instrumentos, o aproximam das mesmas qualidades de Che Guevara. Para Che, “não seria possível separar a análise econômica do fato histórico da luta de classes até que se alcançasse a sociedade perfeita” (GUEVARA, 2009 [1964], p. 108). Daí a capacidade de associar uma luta de caráter ideológico com preocupações pragmáticas, evidenciada tanto nos debates econômicos quanto nos projetos em ciência e tecnologia para pôr em marcha uma base produtiva socialista com características cubanas.

A teoria e a práxis de ambos os autores se cruzam principalmente no resgate de duas questões por vezes postas à margem nas discussões econômicas sobre o planejamento socialista: 1) a gestão administrativa com destaque para o papel da contabilidade nas empresas; e 2) a incorporação da tecnologia nas unidades de produção a fim de automatizar os processos burocráticos e produtivos.

Em certa medida, Che concordava com os pressupostos teóricos de Lange. Os aportes da economia burguesa no campo da administração de empresa, do método econométrico de análise de mercado, da programação linear e da cibernética, poderiam servir de base para constituir uma empresa aos moldes do socialismo. A gestão administrativa e a tecnologia na condição

de técnicas deveriam, portanto, ser impulsionadas por uma ciência de caráter local. O papel das Ciências Naturais, Exatas e Sociais já aparecia no capitalismo como fator determinante do desenvolvimento das forças produtivas; contudo, encontrava-se subordinado aos objetivos de lucro individual.

No editorial da primeira edição da revista *Nuestra Industria Tecnológica* (1962), Che evidenciou os desafios pós-revolução postos no âmbito da construção de uma indústria socialista com a ativa participação dos trabalhadores a fim de superar as lacunas deixadas pela evasão de um corpo técnico qualificado após a saída do capital estadunidense, bem como das primeiras consequências impostas pelo bloqueio econômico. O processo deveria considerar a infraestrutura já existente, mas deveria conduzir gradativamente o país ao desenvolvimento de mecanismos próprios:

Debemos ya prepararnos para desarrollar tecnología que nazcan de las condiciones concretas de nuestro suelo, de nuestras materias primas, de nuestro ambiente cultural y de nuestro desarrollo actual, para poder dar al mercado cubano, y al mercado mundial, los productos de nuestro suelo elaborados hasta el máximo permitido por la técnica, de acuerdo con la inventiva y la ciencia de nuestros propios tecnólogos. (GUEVARA, 1962).

A preocupação do então ministro residia menos na estrutura em si, e mais no modo como tais formas seriam (re)incorporadas na dinâmica produtiva socialista. O espaço produtivo não se reduzia à materialidade técnica *em si*, mas esta deveria ser incorporada, de modo que as relações que se estabelecessem na esfera produtiva resultassem em uma consciência *para si*, no sentido de Marx e Engels (2009, p. 35-38).

O desenvolvimento das forças produtivas em um estágio superior ao capitalismo seria possível tão logo o trabalhador tomasse consciência a respeito de suas próprias funções. E ela não se viabilizaria mediante as antigas formas de relações sociais de trabalho, mas pela subversão destas. “Apesar de em sentido histórico geral a consciência ser produto das relações de produção, se devem considerar as características da época atual cuja contradição

fundamental em nível mundial é a que existe entre o imperialismo e o socialismo” (GUEVARA, 2009 [1964], p. 66).

Para Che, tratava-se de pôr em prática um plano cujas potencialidades estivessem em diagnosticar as problemáticas do processo produtivo, a natureza dos agentes envolvidos e os instrumentos disponíveis para solucioná-las. A isso deveria somar-se a participação dos trabalhadores do campo e da indústria, de modo que pudessem compreender a finalidade de suas tarefas no processo de reestruturação produtiva na transição para o socialismo.

Embora os resultados de seus projetos em ciência e tecnologia tenham sido limitados a curto prazo, o primordial é a forma como Che pensou em efetivar as técnicas empresariais de gestão e incorporação de infraestrutura tecnológica nas bases produtivas. Ao notar como as empresas capitalistas otimizavam a produção, o Ministro compreendeu o potencial que essas técnicas de gestão e automação poderiam trazer em uma economia socialista centralmente planejada (YAFFE, 2009, p. 164). Tratava-se, portanto, de transitar da teoria à práxis. Embora tais instrumentais técnicos representassem formas do próprio modo de produção capitalista, estes serviriam de aporte para a transição a uma sociedade mais consciente, que se efetivaria mediante o socialismo.

A exemplo de Lange, a contribuição guevarista vai além da elaboração teórica (e ideológica) de uma política econômica, abrange também o esforço em demonstrar que a operacionalização do método é, em essência, de natureza social, tecendo um nexó lógico entre a economia e sua função como Ciência Social aplicada.

Ambos acreditavam que o plano socialista era imbuído de um objetivo social globalizante, isso incluía ir além da elaboração teórica de um planejamento nacional. Seria necessário que os impactos da ciência e da tecnologia não se restringissem somente aos limites de cada empresa, com a práxis a cargo da iniciativa privada, mas também se espraiassem na maneira como o trabalhador compreenderia a importância de sua atividade material nas relações de trabalho. Como afirma Lange (1986 [1962], p. 63), o socialismo



nestes termos permitiria o desenvolvimento verdadeiramente planejado das forças produtivas.

## Conclusão

Neste artigo buscou-se uma discussão teórica que articulasse as contribuições de Oskar Lange e Che Guevara em torno da querela sobre o Cálculo Econômico Socialista. Estendeu-se o debate para dois aspectos postos no campo da técnica, por vezes pouco explorados no pensamento sobre economia socialista: a) a gestão administrativa da empresa com foco na contabilidade e b) a tecnologia incorporada ao processo produtivo para automação da produção e da burocracia administrativa.

Para isso, em um primeiro momento situamos historicamente os argumentos de Lange em favor de um Cálculo Econômico sob o socialismo e as potencialidades dos aparatos eletrônicos e da cibernética para organizar a informação e otimizar a planificação socialista. Na segunda seção, trouxemos as preocupações de Che Guevara em torno da reconfiguração da base produtiva na transição para o socialismo cubano logo após a Revolução, sem desconsiderar, para isso, a materialidade técnica herdada das empresas estadunidenses. Na terceira parte, procuramos expor os pontos convergentes entre os autores, inclusive com o reconhecimento de Che ao trabalho de Lange em seus *Textos Econômicos*.

Embora as discussões se distingam pelo método e momento histórico – Lange inserido em um debate neoclássico sobre variáveis econômicas e a possibilidade de uma economia planejada socialista, e Che situado na função de ministro das Indústrias nos primeiros anos de transição ao socialismo cubano – pode-se dizer que ambos entendiam a técnica como forma derivada do capital, contribuindo, assim, para sua própria acumulação. No entanto, também reconheciam a necessidade de subverter seu uso a fim de superar as contradições postas no modo de produção capitalista entre relações de trabalho e forças produtivas, tão necessárias à reprodução do capital.

A crença nas potencialidades do campo tecnocientífico para a promoção de um sistema que superasse o capitalismo pode, em um primeiro momento, soar como projeto utópico. Não se pretende aqui fomentar interpretações que recaiam na idealização de um socialismo desenvolvimentista, fundamentalmente impulsionado por aparatos tecnológicos. O objetivo é destacar a maneira como o tema assumiu certa relevância nas discussões teóricas para pensar a transição em direção a uma sociedade socialista, incluindo os esforços de Che para levar a cabo um modelo institucional prático nas áreas de biotecnologia, eletrônica e automação.

Outros questionamentos podem surgir a partir do que foi exposto. Por exemplo, a partir das observações pontuadas na introdução deste trabalho, pensar qual a relevância do tema para o socialismo cubano nos dias atuais; ou qual a validade das ciências técnicas (como a cibernética) no uso político e econômico com vistas à superação do modo de produção capitalista. Tais questões merecem investigações aprofundadas, e podem ser exploradas em futuros debates.

Espera-se, por fim, que a discussão posta pelo presente artigo resgate e amplie o diálogo postulado entre Oskar Lange e Che Guevara, ajudando a preencher uma lacuna da revisão teórica em torno da centralidade assumida pelo aspecto tecnocientífico no debate sobre o Cálculo Econômico Socialista.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. Plano x mercado na história do pensamento econômico: quatro rodadas de um grande debate. *Estudos Econômicos*, v.38, n.2, p.373-395, 2008
- BARONE, Enrico. The ministry of production in the collectivist State. *Giornale degli Economisti e Annali di Economia*, v. 71, n.2, p.75-112, 2012 [1908]
- BERMÚDEZ, M. D.C. ¿Por qué necesitamos un sistema de gestión del Gobierno basado en ciencia e innovación? *Anales de la Academia de Ciencias de Cuba*, v.11, n.01, 2021
- BOLAÑO, César. Da derivação à regulação: para uma abordagem da indústria cultural. *Eptic Online*, v.5, n.3, p.60-93, set-dez.2003
- CANO, Wilson. *Introdução à economia: uma abordagem crítica*. São Paulo: Editora Unesp, 1998
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; NAKATANI, Paulo. A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos sessenta. *Amauta*, 2008
- CEPAL. *Los fundamentos de la planificación del desarrollo en América Latina y Caribe*. Santiago: Cepal, 2012
- CUBADEBATE. *¿Qué significa en la Cuba de hoy que haya empresas estatales con pérdidas?* 2022. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/especiales/2022/06/25/cuadrando-la-caja-que-significa-en-la-cuba-de-hoy-que-haya-empresas-estatales-con-perdidas/>>. [Acesso em: 08/08/2023]
- ELLMAN, Michael. *La planificación socialista*. Tradução: Carlos Cruz Arjona. México: Fondo de Cultura Económica, 1983[1979]
- ENCINOSA, L. J. B. Sesenta años de informática en Cuba: la visión de un protagonista. In: LEAL, Luis Germán Rodríguez; CARNOTA, Raúl (org). *Historias de las TIC en América Latina y el Caribe: inicios, desarrollos y rupturas*. Barcelona: Ariel, 2015
- GUEVARA, Che. *Editorial Nuestra Industria Tecnológica*. 1962. Disponível em: <<https://cubarte.cult.cu/centro-che-cuba/editorial-nuestra-industria-tecnologica/>>. [Acesso em: 08/08/2023]
- GUEVARA, Che. *Textos Económicos*. Tradução: Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 2009
- GOMES, Luiz Henrique Marques. A Economia Política da Transição ao Socialismo: a contribuição de Ernesto Che Guevara. *Rebela*, v.1, n.1, p.84-106, jan-abr 2016
- HEREDIA, Fernando Martínez. El Che y el gran debate sobre la economía en Cuba. *CEME - Centro de Estudios Miguel Enríquez - Archivo Chile*. jul. 2003
- LANGE, Oskar. On the Economic Theory of Socialism: part I. *The Review of Economic Studies*, v.4, n.1, p.53-77, out.1936
- LANGE, Oskar. *Introduction to Economic Cybernetics*. Tradução: Josef Stadler. Poland: Pergamon Press, 1970 [1965]
- LANGE, O. On the Economic Theory of Socialism.1938. In: NOVE, Alec.; NUTI, D.M. (org.). *Socialist Economics*. England: Penguin Books, 1972
- LANGE, O. The computer and the Market.1967. In: NOVE, Alec.; NUTI, D.M. (org.). *Socialist Economics*. England: Penguin Books, 1972
- LANGE, O. Algumas observações sobre a análise insumo-produto. 1956. In: LANGE, Oskar. *Ensaios sobre planificação econômica*. Tradução: Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultural, 1986
- LANGE, O. Desenvolvimento Econômico, Planificação e Cooperação Internacional. 1961. In: LANGE, Oskar. *Ensaios sobre planificação econômica*. Tradução: Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultural, 1986
- LANGE, O. O papel da ciência no desenvolvimento da sociedade socialista. 1962. In: LANGE, Oskar. *Ensaios sobre planificação econômica*. Tradução: Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultural, 1986

- LEONTIEF, Wassily. *Structure of the American Economy (1919–1929)*. New York: Oxford University Press, 1941
- LOPES, Tiago Camarinha; MARIN, Lucas Henrique Campos. A gênese da antropofagia langeana. *XXVI Encontro Regional de Economia ANPEC*, 2021
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009
- NEUMANN, J. von. *The Computer and the Brain*. USA: Yale University Press, 1979 [1958]
- NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. Tradução: Sergio Goes de Paula. São Paulo: Editora Ática, 1989
- PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Boitempo, 2018
- POMERANZ, Lenina. Apresentação. In: LANGE, Oskar. *Ensaio sobre planificação econômica*. Tradução: Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultural, 1986
- TAYLOR, Fred. The Guidance of Production in a Socialist State. *The American Economic Review*, v. 19, n. 1, p. 1-8, 1929
- VASCONCELOS, Joana Salém. Acumulação socialista originária e o debate econômico da transição em Cuba. *Leituras de Economia Política*, Campinas, p.21-49, dez. 2019
- YAFFE, Helen. *Che Guevara: the economics of revolution*. UK: Palgrave Macmillan, 2009
- YAFFE, Helen. Che as minister: the promotion of science and technology for Cuba's socialist development. *Globalizations*. Ago.2022

PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO

# DISSOLUÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS MEDIADOS PELO VALOR: CRISE ESTRUTURAL DA SOCIEDADE DO CAPITAL E O FIM DE SEU PROCESSO CIVILIZATÓRIO

Recebido em 03/10/2023

Aprovado em 06/03/2024

# DISSOLUÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS MEDIADOS PELO VALOR: CRISE ESTRUTURAL DA SOCIEDADE DO CAPITAL E O FIM DE SEU PROCESSO CIVILIZATÓRIO

## Resumo

O artigo sustenta que a contradição fundamental da sociedade do capital, constitutiva da forma mercadoria, produz a tendência ao desaparecimento do médium social (valor), que é o laço social objetivado, entre as singularidades humanas e o gênero humano, e que é específico dessa sociedade. Sugere que a partir do final do século XX até o presente momento, esta tendência se apresenta com toda sua força destrutiva, apontando para o fim do padrão civilizacional que a lógica do capital permitiu a partir do final do século XIX – instaurando no presente a reprodução do capital com produção ampliada da barbárie e indicando um quadro de colapso societário.

**Palavras-chave:** Marx, capital, valor, laço social, barbárie

## PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO

Professor da Faculdade de Economia da UFF, Professor do PPGE-UFF, membro do Niep-Marx-UFF e Coordenador do Gepoc-UFF.

Email: [phfaraujo@id.uff.br](mailto:phfaraujo@id.uff.br)

Orcid: <https://orcid.org/000-0003-1454-4888>

## **Abstract**

The article argues that the fundamental contradiction of the society of capital, constitutive of the commodity form, produces the tendency towards the disappearance of the social medium (value), which is the objectified social bond, between human singularities and the human race, and which is specific to this society. It suggests that from the end of the 20th century until the present moment, this trend presents itself with all its destructive force, pointing to the end of the civilizational pattern that the logic of capital allowed from the end of the 19th century – establishing in the present the reproduction of capital with expanded production of barbarism indicating **a picture of societal collapse**.

**Keywords:** Marx, capital, value, social ties, barbarism

## I. Introdução

Qualquer observador, mesmo desatento, é capaz de perceber o avanço em espiral expansionista de formas sociais regressivas nas sociedades do capital a partir dos anos 80 do século passado. Nos vários quadrantes do planeta verifica-se o florescer vigoroso da violência urbana e rural, das guerras tribais e guerras étnicas, da explosão de emigração e a formação de campos de contenção/concentração de emigrantes, de formas de racismo, de xenofobia, de misoginia, o fortalecimento de movimentos neonazistas e fascistas etc. Ao mesmo tempo, não pode escapar o fato de que o desemprego cresce ano após ano, constituindo-se em um indicador da incapacidade da sociedade do capital em continuar sua acumulação autoexpansiva com ampliação absoluta de compra de força de trabalho. Um terceiro elemento presente nas sociedades do capital no referido período é a relativa estabilidade das taxas de lucro dos grandes grupos empresariais lastreado no que Marx diz ser o capital fictício. Por fim, o componente ideológico hegemônico neste período é o chamado neoliberalismo, que preconiza um ataque direto aos direitos e conquistas obtidas pela classe trabalhadora na, por muitos analistas chamada, época de ouro do capitalismo (1945-1975). O fim último deste ataque concentrado é o da recomposição das taxas sociais médias de lucro e a retomada da atividade econômica da sociedade do capital. Desnecessário dizer que tais fins não foram obtidos e os meios mobilizados em muito contribuíram para a piora do padrão civilizatório da sociedade moderna.

A hipótese que move a presente reflexão é que a teoria do valor de Marx aporta uma explicação robusta para as formas de aparecimento, acima elencadas, a partir da contradição fundante<sup>1</sup> da sociedade do capital e é capaz de sugerir consistentes explicações para a combinação entre o colapso sem fim do capital e a continuidade da reprodução dos laços sociais mediados

---

<sup>1</sup> Sobre o tema ver Araujo (2022b).



pelo valor em ilhas de prosperidade cercadas pela mais pura barbárie<sup>2</sup>. Além do próprio Marx, mobilizamos as sugestões teóricas de interpretação do pensamento marxiano sustentadas por Moishe Postone, Robert Kurz, Anselm Jappé, Ernest Lohoff e Gyorg Lukács.

## 2. Valor enquanto laço social

Marx, em sua obra magna, sustenta que nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista a riqueza material aparece como uma monstruosa coleção de mercadorias. Em seguida, explica que a mercadoria é constituída por valor e valor de uso e indica o valor como a riqueza abstrata específica da sociedade do capital. Enfatiza que o trabalho produtor de mercadoria é o que atribui essa duplicidade às mercadorias. Pois este trabalho é, simultaneamente, produtor de valor de uso e valor. O trabalho determinado por mercadoria<sup>3</sup> produz o valor de uso específico da mercadoria – a princípio registrado em seu próprio corpo físico<sup>4</sup>. A mesma práxis produtora de mercadoria constitui o valor, cuja substância é o trabalho abstrato, e valor tem no valor de uso o seu suporte. Em outras palavras, o valor só pode existir associado ao valor de uso. Marx elucidada que o par categorial<sup>5</sup> valor de uso e valor é um par antitético, que

---

<sup>2</sup> Tratamos barbárie como o ataque ao padrão civilizatório existente ou pré-existente até a irrupção de um quadro social de suspensão dos avanços sociais, jurídicos etc., obtidos pela comunidade. Na barbárie, conquistas do gênero humano no seu processo de humanização são obliteradas e há o reforço da pura animalização do humano, situação na qual vigoram a força, os desejos, as paixões e o instinto de sobrevivência, que se traduzem em violência aberta contra o Outro, que, em potência, pode ameaçar a sua existência. Sobre o tema ver também Menegat (2006, 2012 e 2019), Agamben (2004) e Mbembe (2018).

<sup>3</sup> Postone (2014) qualifica o trabalho específico da sociedade do capital como trabalho determinado por mercadorias. Algo mais do que trabalho produtor de mercadorias, pois, na sociedade moderna (e somente nela), há um *a priori*, ou um constrangimento lógico (capital), que determina o tipo específico de práxis humana vital que produz o laço social objetivado que é uma forma reificada geradora da forma mais complexa de estranhamento social que a humanidade já produziu. A esse respeito ver Lukács (2012 e 2013)

<sup>4</sup> No caso de serviços, o valor de uso é a própria atividade realizada pelo produtor e este fato em nada modifica a dicotomia entre valor de uso e valor. Não por acaso Marx diz no segundo parágrafo do capítulo I do Livro I de *O Capital* que mercadorias atendem as necessidades do estômago e da imaginação (MARX, 2017a, p. 113).

<sup>5</sup> Lembrando que para o autor as categorias são “formas do ser, determinações da existência” (MARX, 2011, p. 59), evidencia-se que se trata de categorias ontológicas.

se encontra em contradição real<sup>6</sup>. Nestes casos, a contradição produz um movimento de exteriorização de um dos pares contrários sem que se verifique a suprassunção ou superação dialética. O resultado, segundo o autor, é a manifestação do valor ou o surgimento da forma do valor ou valor de troca. Neste momento, torna-se patente que há uma relação social direta entre as mercadorias e indireta entre os produtores das mercadorias. Eis a reificação das mercadorias, ou fetiche da mercadoria, em que a processualidade constitutiva da mercadoria se apaga frente à sua pura objetividade material. De tal modo que produzir mercadorias é produzir o fetiche ou a dominação abstrata do valor sobre o produtor (a humanidade). Como a riqueza especificamente capitalista é a riqueza abstrata (o valor) que só pode ser mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário, a formação social do capital tem na dominação abstrata do tempo a forma específica de dominação; em outras palavras, já não se trata de uma simples dominação pessoal como a que se verificava nas formações sociais que antecederam o modo de produção capitalista<sup>7</sup>.

A dominação abstrata gera o paroxismo do estranhamento (*Entfremdung*), que, segundo Lukács (2013), consiste na separação entre o desenvolvimento das capacidades do gênero humano e o desenvolvimento de cada singularidade constitutiva desse mesmo gênero. Nas formações sociais que antecederam à sociedade do capital o estranhamento estava presente, todavia, é na sociedade do capital, com a dominação abstrata e com o laço social objetivado na forma mercadoria, que se verifica uma cisão total entre os dois polos constitutivos do ser social. Além disso, o trabalho determinado por mercadoria, que é um tipo sobredeterminado de trabalho universal/geral, devém central na sociedade humana. Curiosamente, tal centralidade só se verifica na sociedade do capital<sup>8</sup>. Nesta formação social, o trabalho é o eixo em torno do qual toda vida social

---

<sup>6</sup> A respeito ver Marx, 2017a, p. 178.

<sup>7</sup> Sobre o tema ver Postone (2014), Duayer e Araujo (2015, 2020 e 2022), Araujo (2016, 2018, 2020a, 2020b, 2020c, 2021, 2022a, e 2022b), Kurz (1993, 2014 e 2018) e Jappe (2013).

<sup>8</sup> Sobre o tema ver Postone (2014).

gira, é o centro da vida social, é ao que se resume cada singularidade humana – definida pelo tipo de trabalho que desempenha, de tal maneira a unilateralizar o ser humano e apagar a omnilateralidade específica de sua condição humana. Quando consideramos o processo de constituição do ser social, constatamos, com Lukács (2013), que o trabalho universal/geral é a práxis fundante desse novo ser; e o ser social tem nos seres inorgânico e orgânico sua base necessária e ineliminável e, ao mesmo tempo, se apresenta como um novo ser totalmente distinto e inteiramente produzido e reproduzido por categorias puramente sociais. As categorias puramente sociais são acionadas pela protoforma do agir humano (trabalho universal/geral) – que apresenta como especificidade categorial o par objetivação (*Vergegenständlichung/ Objektivationen*) e exteriorização ou alienação (*Enttäusserung*). A protoforma do agir traz consigo a transformação simultânea do meio externo e do produtor, acionando o que Marx (2017a e 2017b) e Lukács (2013) dizem ser o afastamento da barreira natural ou o aumento da produtividade do trabalho. Neste caso, temos o que, para os autores, é a grande lei transistórica do ser social, que, portanto, se apresenta em qualquer formação social: a economia do tempo de trabalho com ganho de tempo livre da obrigatoriedade do trabalho pelo produtor. Tal tendência permite constatar que o trabalho universal/geral não apenas não é o centro da vida social em formações pré-capitalistas – posto que nestas o laço social é manifesto e organizado em torno de laços sanguíneos, parentais, tradições e costumes, formas religiosas etc. – como o complexo da reprodução da vida material (economia) tende a perder importância para outros complexos constitutivos do ser social e que se desenvolvem paulatinamente ao longo das várias formações socioeconômicas: a linguagem, o direito, as artes, a filosofia, a política etc. Com o advento da sociedade estruturada pelo valor e pelo estrangimento lógico do sujeito automático, esta tendência é bloqueada e o trabalho determinado por mercadoria torna-se o centro da vida humana. Por isso, Postone (2014) enfatiza que a

crítica marxiana é crítica ao trabalho determinado por mercadoria e não crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho<sup>9</sup>.

A dinâmica da sociedade do capital é marcada pelo fato de que o valor de mercado não se apresenta *a priori* para a personificação singular do capital. O valor de mercado só se revela à personificação do capital no ato da venda das mercadorias já produzidas. Esta determinabilidade constrange a personificação a lutar permanentemente pela redução do tempo de trabalho gasto na fabricação de sua mercadoria, na expectativa de produzir com um valor individual menor ou igual ao valor de mercado. De tal maneira que, se ele produz com valor individual menor, consegue apropriar-se de um mais-valor extra e se produz com valor individual igual ao valor de mercado obterá o mais-valor médio do ramo em que atua. Marx (2017a, p. 118), logo no primeiro item do capítulo 1 do Livro 1 de *O Capital*, esclarece que pelo menos cinco fatores explicam o aumento da força produtiva do trabalho: a habilidade, o treinamento e qualificação média do trabalhador, a ciência e tecnologia aplicada à produção de mercadorias, o modo de organização social do trabalho, o volume e a eficiência dos meios de produção (máquinas, equipamentos e matérias-primas) e as condições naturais no interior das quais se produz. As personificações do capital recorrem, de modo permanente, à ciência e tecnologia em suas aplicações à produção de mercadorias, o que se associa com o aumento de eficiência dos meios de produção e modifica o tipo de habilidade requerida do trabalhador assalariado. O resultado da busca pelo aumento permanente da produtividade é a cada vez maior mecanização do processo produtivo, o que se manifesta pelo aumento da composição do capital. Ou seja, a relação entre capital constante (máquinas, equipamentos e matérias-primas) e o capital variável

---

<sup>9</sup> Há aqui uma tentativa de esclarecer que não há em Lukács ou em Marx uma ontologia do trabalho e sim uma ontologia materialista do ser social. Por esse motivo, a crítica adequada não é a crítica a uma suposta ontologia do trabalho, mas, como sustenta Postone (2014), a crítica do trabalho determinado por mercadoria que é específico da sociedade do capital.

(força de trabalho) – que são formas que o capital dinheiro assume no interior do ciclo do capital (D-M-D’) para viabilizar a expansão do valor – evolui de tal modo a ocorrer um aumento da quantidade física de capital constante em relação ao capital variável (o que nos aproxima do conceito de composição técnica do capital) e, ao mesmo tempo, um aumento da relação entre capital constante e variável em termos de valor (composição orgânica do capital).

Marx associa a tendência ao aumento da composição orgânica do capital ao próprio processo de acumulação capitalista (acumulação de capital, para o autor, é o reinvestimento de parte ou da totalidade do mais-valor extraído no período de produção anterior no novo ciclo de produção). A acumulação de capital, nestes termos, exige a cada nova rodada produtiva, o aumento da quantidade de capital dinheiro necessária para que a produção de capital ocorra. Essa exigência, naturalmente, torna-se obstáculo para as pequenas e médias personificações do capital permanecerem atuando no mercado. Associado a esta exigência, que é a concentração de capital, e em decorrência dela, Marx assinala a atuação de outro conceito, a centralização do capital. Na centralização do capital, diretamente associado à concentração de capital, os grandes capitais, no processo concorrencial, engolem os pequenos, permitindo o surgimento de poucas e grandes empresas dominando os ramos de produção e os mercados. O aumento da composição do capital, que aciona a economia de capital variável, engendra uma população supranumerária, supérflua para a necessidade imediata de valorização do valor ou, ainda, cria o exército industrial de reserva. Estamos diante da produção sistemática de desemprego produzida pela lógica endógena do sujeito automático que inevitavelmente aciona o aumento da composição orgânica do capital e substitui o trabalho vivo (força de trabalho) pelo trabalho morto, passado (capital constante). Ainda assim, sustenta Marx

que a população supranumerária é parte constitutiva do proletariado<sup>10</sup> e, em seguida, passa a analisar a composição dessa população excedente. De imediato, abstraindo os impactos que a flutuação cíclica conjuntural (ciclos industriais ou médios)<sup>11</sup> produz sobre a superpopulação relativa, Marx defende que esta superpopulação se apresenta, continuamente, sob três formas bem definidas: “flutuante, latente e estagnada” (2017a, p. 716). A superpopulação flutuante surge nos centros da indústria moderna<sup>12</sup> e decorre da acumulação de capital que atua associada ao aumento da composição do capital. Marx adverte que neste caso “o número de trabalhadores ocupados aumenta, ainda que sempre em proporção decrescente em relação à escala da produção” (2017a, p. 716). Ou seja, o aumento da composição do capital, manifesto como mecanização do processo, elimina postos de trabalho; contudo, como os centros da indústria moderna continuam a expandir a acumulação utilizando-se da matriz tecnológica específica da revolução industrial inglesa (dada pela máquina a vapor), é possível que a ampliação

---

<sup>10</sup> Marx apresenta poucas definições ao longo de *O Capital*; não obstante, ele define o que é o proletário, pelo menos na seguinte passagem: “Por ‘proletariado’ deve-se entender, do ponto de vista econômico, apenas o assalariado que produz valor e valoriza ‘capital’ e é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização do ‘Monsieur Capital’” (2017a, p. 690, nota 70). Em suma, proletário é trabalhador produtivo, aquele que valoriza valor para o capitalista. Acrescente-se que Marx não faz um elogio à condição proletária. Pelo contrário, ele oferece denúncia contra essa condição mutiladora do humano. Vejamos o seguinte trecho: “(...) ao analisarmos a produção do mais-valor relativo, vimos que, no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagná do capital. Mas todos os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos” (2017a, p. 720).

<sup>11</sup> Sobre o tema ver Araujo (2001 e 2014).

<sup>12</sup> Aqui é importante atentar para a diferença entre setor industrial e grande indústria. Para Marx, grande indústria é a forma específica da organização da produção capitalista de mercadorias e tem por característica distintiva o uso da maquinaria desenvolvida. Neste sentido, a produção com base na grande indústria ocorre em todos os setores econômicos: indústria, agricultura e serviços.

total das plantas produtivas que empregam menos capital variável compense a redução da quantidade de capital variável comprado por cada planta produtiva. Enfatizo que a mesma lógica é facilmente verificada na segunda revolução tecnológica, caracterizada pelos motores de combustão interna; não obstante, com a terceira e a quarta revolução tecnológica, essa tendência se modifica radicalmente e passamos a verificar a redução absoluta do capital variável<sup>13</sup>.

Marx assinala que a superpopulação relativa na forma flutuante, no período da revolução industrial inglesa – seja devido à utilização da maquinaria desenvolvida ou ao menos pela divisão social do trabalho específica da sociedade do capital – tem por característica a contratação de uma massa de trabalhadores masculinos em idade juvenil. Segundo Marx (2017a, p. 716), quando os ramos modernizados atingem certo nível de produção, ocorre a dispensa, de modo majoritário, de trabalhadores masculinos juvenis, que passam a compor a superpopulação flutuante, indicando que esta forma cresce com o aumento da produção industrial. Estes dispensados acompanham a emigração do capital, acarretando, no caso inglês no período analisado por Marx, o aumento mais veloz da população feminina em comparação com a masculina. Com isso, prossegue Marx, evidencia-se um paradoxo produzido pelo movimento de valorização do valor: as necessidades da acumulação do capital já não são totalmente satisfeitas pelo crescimento natural da massa de trabalhadores e, ao mesmo tempo, esse crescimento ultrapassa as necessidades da acumulação. No caso em tela, ocorre que a acumulação demanda massas cada vez maiores de trabalhadores juvenis e massas menores de trabalhadores masculinos adultos. Associada a esta contradição há outra, na qual as personificações do capital queixam-se da escassez de força de trabalho enquanto há no mercado milhares de trabalhadores que, devido à divisão social do trabalho da sociedade do capital, são extremamente especializados e ligados a certos ramos da indústria (que provavelmente foram mecanizados). Por fim, e como forma de compensar

---

<sup>13</sup> Sobre o tema ver Kurz (1993, 2014 e 2018), Lohoff (2014) e Jappe (2013).

esta escassez relativa, há um consumo acelerado da mercadoria força de trabalho pelo capital que ocasiona a redução da vida útil do trabalhador para a execução da tarefa de trabalho. Para estes resta o desemprego ou a busca por emprego em setores nos quais ainda vigoram formas mais bárbaras de extração de mais-valor: artesanato, manufatura, trabalho doméstico etc. Com o desgaste acelerado dessa parcela dos trabalhadores produtivos, e para garantir a continuidade do seu incremento absoluto e a recomposição das novas gerações de trabalhadores, há a proliferação de casamentos precoces, que em boa medida se explicam pelas condições adstringidas em que vivem os trabalhadores neste período inicial da grande indústria<sup>14</sup>.

A superpopulação latente é produto do avanço da produção especificamente capitalista na agricultura. Com esse avanço há uma redução absoluta na necessidade de força de trabalho no campo – absoluta, pois aqui o aumento da acumulação de capital não ocasiona ampliação total da contratação de força de trabalho que permita atenuar a redução de postos de trabalho por unidade de produção, como era o caso nos setores não agrícolas que passam a produzir mercadorias com base na lógica da grande indústria. Decorre que a população trabalhadora rural é empurrada para as cidades e se encontra no aguardo de condições propícias para se transformar em proletariado urbano. Eis a fração latente da superpopulação relativa e eis a circunstância que empurra o trabalhador agrícola para o pauperismo.

A terceira forma que assume a superpopulação relativa é a estagnada. Ela possui ocupação irregular, sendo, por isso, parte constitutiva do exército ativo de trabalhadores e fonte sem fim de força de trabalho mobilizável pelas personificações do capital. Esta fração tem remuneração salarial inferior à média do proletariado e, por esta razão, devém fundamento dilatado para a exploração em ramos específicos do capital nos quais vigora o maior tempo de trabalho possível associado ao menor salário praticável (por exemplo: no trabalho doméstico e nos ramos decadentes do setor

---

<sup>14</sup> Como dito acima, na produção da grande indústria, com o padrão tecnológico estabelecido, verifica-se redução relativa. Em termos de sociedade do capital como um todo, esta é a tendência principal do período que vai até, pelo menos, a década de 80 do século XX.



industrial impactados pela mecanização do processo produtivo). Segundo Marx (2017a, p. 718), com a expansão da acumulação de capital e a produção ampliada de supranumerários, aumenta a fração estagnada da superpopulação relativa; essa fração se produz e reproduz e passa a ocupar uma fração cada vez maior em comparação com os demais componentes constitutivos da classe trabalhadora ou proletária. Para Marx, no período em análise, o tamanho absoluto das famílias e os nascimentos e óbitos apresentam relação inversa com o nível salarial, decorrendo que a massa dos meios de subsistência para essa fração do proletariado é sempre exígua.

Uma vez apresentadas as três formas, que são bem definidas, constitutivas do exército industrial de reserva, Marx (2017a, p. 719) enuncia uma quarta forma, que não é tão bem definida, mas que é de fundamental importância para a adequada sustentação da figuração de mundo do presente artigo: o sedimento mais baixo da superpopulação relativa, aquele que se encontra no pauperismo. Marx abstrai da quota do pauperismo o lumpemproletariado<sup>15</sup> e sustenta que esta camada pauperizada é composta por três segmentos: (a) os que são capazes de trabalhar e que, segundo as estatísticas do período, têm seu quantitativo reduzido quando a economia entra na fase ascendente do ciclo econômico<sup>16</sup> e voltam a aumentar quando eclodem as crises cíclicas e a economia passa para a fase descendente do ciclo; (b) os órfãos e filhos de indigentes que aspiram compor o exército industrial de reserva, portanto, o proletariado, e que são recrutados para o exército ativo de trabalhadores nas fases ascendentes do ciclo industrial; (c) os corrompidos, degenerados, degradados, andrajosos e incapacitados para o trabalho. Os indivíduos que caem nesta condição foram vítimas do capital e de sua forma específica de produção de mercadorias. São antigos trabalhadores que, devido à paroxística divisão social do trabalho da sociedade do capital associada ao aumento da composição do capital, já não conseguem vender sua força de trabalho. A eles acrescentam-se os trabalhadores que

---

<sup>15</sup> Segundo o autor (MARX, 2017a, p. 719), composto por vagabundos, delinquentes e prostitutas.

<sup>16</sup> Sobre o tema ver Araujo, 2001 e 2014.

estão acima da idade normal limite de um trabalhador proletário e, por fim, aqueles trabalhadores vitimizados diretamente em seus corpos físicos ou em seus laços familiares pelo valor em expansão: viúvas, doentes crônicos, deficientes físicos etc. Marx conclui que o pauperismo é produzido em conjunto com a superpopulação relativa e a necessidade do pauperismo é a necessidade da superpopulação relativa para a acumulação de capital. Além disso, ambas são condição para a existência da produção capitalista e para a acumulação de capital e, no período analisado, em que inexistiam sistemas previdenciários como os que aparecerão ao longo do século XX, o ônus de minorar o pauperismo recai sobre a classe trabalhadora e as classes médias.

A ampliação da acumulação capitalista, em sua condição normal, ocorre com aumento da composição do capital (técnica e orgânica), expansão da centralização e da concentração de capitais e com ampliação da população supranumerária. Neste quadro, amplia-se a produção de riqueza material (mercadorias) e de riqueza especificamente capitalista (valor) e, ao mesmo tempo, verifica-se o permanente aumento da força produtiva do trabalho (produtividade) com a possibilidade do acionamento de uma quantidade cada vez maior de meios de produção, mobilizando cada vez menos trabalho imediato. Em resumo, a acumulação capitalista necessariamente produz a ampliação do exército industrial de reserva, a ampliação da riqueza social capitalista está em determinação reflexiva com a ampliação da massa de desempregados. No período inicial de consolidação do modo de produção capitalista, e de estruturação do domínio abstrato do sujeito automático por todo o planeta, que é o período analisado por Marx, a ampliação do exército industrial de reserva ocorria em um ritmo proporcional inferior ao da expansão da acumulação. Esse fato era condicionado pelo tipo de tecnologia disponível na época e, ainda assim, Marx compreendeu que a tendência geral do sujeito automático era a da produção ampliada do pauperismo em associação com a ampliação da população supranumerária. Agora, com a acumulação de capital, que se efetua com aumento de composição de capital, o crescimento da população trabalhadora ocorre num ritmo mais elevado do que o crescimento das necessidades da acumulação

do capital. Decorre que o sujeito automático passa então a regular a quantidade de trabalhadores constitutivos do proletariado (exército ativo de trabalhadores + exército industrial de reserva + pauperismo), afastando de si a barreira natural posta pelo crescimento vegetativo da população. Quanto mais o proletariado produz a riqueza específica do capitalismo, maior é o sofrimento destes que têm o seu trabalho determinado por mercadorias, posto que se trata de um trabalho cujo sentido se perdeu para o trabalhador e no qual são os meios de produção, capital constante (trabalho morto), que empregam o trabalhador (trabalho vivo), este (trabalhador) devém apêndice da maquinaria desenvolvida.

Simultaneamente, esta produção ampliada da riqueza específica exige dos trabalhadores, que continuam empregados, o aumento da intensidade do trabalho e ampliação da jornada do trabalho ao seu limite máximo. Sucendo que quanto maior é o seu sofrimento e calvário, maior é a produção da massa de desempregados e de pauperizados. Marx (2017a, p. 719-720) arremata dizendo que aqui temos a lei geral da acumulação capitalista: a produção ampliada do pauperismo. Ele adverte que esta lei geral, como todas as leis de tendência, é modificada em sua manifestação por outras tantas circunstâncias e contratendências. Ou seja, o autor antecipa as situações que serão experimentadas pela sociedade do capital durante o funcionamento do chamado “Estado de bem-estar social” na Europa e nos EUA entre 1945 e 1974, em particular, em que a acumulação de capital ocorreu associada com a melhoria das condições de vida do trabalhador produtivo dos países capitalistas desenvolvidos. O que evidencia que esse período, em que a lei geral da acumulação foi modificada, não anula a validade da própria lei; o que pode ser constatado pelas chamadas políticas econômicas neoliberais que dominaram o cenário mundial a partir dos anos 80 do século passado e que provocaram um ataque destrutivo às instituições e às formas ideológicas do “Estado de bem-estar social”. Uma hipótese que nos parece plausível para explicar essa situação é que até o final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, em que predomina a segunda revolução tecnológica e o padrão fordista de acumulação, era possível que a ampliação do

número total de plantas produtivas, que empregavam menos trabalhadores em comparação com as plantas mais antigas, propiciassem uma redução relativa, e não absoluta, do proletariado empregado<sup>17</sup>.

Marx (2017a, p. 720-721) enfatiza que os procedimentos de produção de mais-valor e os métodos de acumulação também estão em determinação reflexiva. Acarretando que os expedientes de produção de mais-valor são, simultaneamente, mecanismos da acumulação e toda expansão da acumulação devem meio para o desenvolvimento destes mecanismos. Infere-se que esta é a razão pela qual o processo de acumulação de capital tende a piorar a situação do proletário (trabalhador produtivo), independentemente de seu salário ser alto ou baixo. A lei geral da acumulação de capital produz a constante proporcionalidade entre o exército industrial de reserva e a robustez da acumulação e, em função deste aspecto, prende o proletário ao capital peremptoriamente, engendrando ampliação da miséria com a concomitante acumulação de capital. Marx arremata: “(...) a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (2017a, p. 721).

Sustentamos que essa argumentação se desdobra na demonstração histórica oferecida pelo autor no último item (“Tendência histórica da acumulação capitalista”) do capítulo 24 do Livro I de *O Capital*, em que ele testa a validade de sua elaboração e adianta traços gerais de um esboço do processo emancipatório do valor. O capítulo 24 tem por título “A assim chamada acumulação primitiva”<sup>18</sup> e trata do processo social que tornou possível que a sociabilidade manifesta que organizava o mundo feudal da Europa

---

<sup>17</sup> Algo semelhante ao verificado no caso da primeira revolução tecnológica associada à revolução industrial inglesa estudada por Marx. De todo modo, aqui é preciso considerar as lutas imperialistas pela partilha do mercado mundial e o decorrente processo de ampliação da acumulação de capital a elas associado enquanto fatores “contrarrestantes” da tendência geral da acumulação do capital indicada por Marx.

<sup>18</sup> Acreditamos que a tradução mais adequada de *ursprüngliche* seria “original” ou mesmo “originária” e não “primitiva”.

ocidental – e as sociabilidades arrimadas em outras formas de laços sociais manifestos presentes em outros povos e regiões do planeta quando do ascenso da sociabilidade do capital – fosse obliterada e em seu lugar se instaurasse o laço social indireto mediado pelo valor; a ligação entre cada singularidade humana com sua comunidade e com o gênero humano tem que ocorrer agora através da mediação do valor, sendo que valor só pode existir na forma de mercadoria ou dinheiro (que, conforme Marx, é um tipo especial de mercadoria<sup>19</sup>). Ao final deste capítulo o autor apresenta um pequeno balanço da gênese histórica do capital e conclui que se tratou de um processo no qual se verificou a conversão direta de escravos e servos em vendedores da mercadoria força de trabalho e a expropriação dos produtores diretos, com o desaparecimento de sua propriedade privada alicerçada no trabalho próprio e familiar.

Se recorrermos às observações oferecidas pelo autor nos *Grundrisse*, na seção intitulada “As formas que precederam a propriedade capitalista”, podemos aduzir que a propriedade, seja comunal ou privada, tem um papel chave na explicação do laço social das formações que precederam o capitalismo. O autor parece sugerir que há uma relação de determinação reflexiva, em algumas dessas formações, entre ser membro da comunidade e ser proprietário, ou ter direito de uso, da terra. Certamente, este é o caso verificado na Europa Ocidental no seu período medieval. O surgimento de uma nova sociabilidade, indireta, fundada no valor objetivado na forma mercadoria e, portanto, necessariamente reificada, exigiu todo um conjunto de mudanças radicais nas formas de produção e reprodução da vida social, no aparato jurídico-ideológico-político etc. Kurz (1997 e 2002) sugere que as armas de fogo tiveram papel decisivo neste processo secular de dissolução dos laços sociais manifestos. Por um lado, a inovação das armas de fogo não exigia força física especial ou treinamento demorado para serem manuseadas. Por outro lado, mostraram toda eficácia contra a cavalaria e a infantaria tradicionais do período, além de exigirem novos investimentos

---

<sup>19</sup> Sobre o tema ver Marx, 2017a, cap. 2 e 3.

em fortalezas mais robustas e resistentes aos disparos dos canhões. Esses aspectos, sustenta Kurz, indicam os caminhos pelos quais a sociabilidade do valor se espalha por toda Europa ao longo do final da Idade Média. O financiamento das novas fortalezas ocorrerá pelos tributos cobrados em dinheiro, os soldados mobilizados nas campanhas militares passam a ser mercenários pagos com dinheiro etc. Decorrendo que o dinheiro, forma autonomizada do valor de troca, ganha centralidade na vida social, os mercenários, por exemplo, já não trabalham na terra, como faziam os antigos servos que eram convocados nos períodos em que seus senhores feudais guerreavam entre si. O acesso aos valores de uso necessários para a sobrevivência desses mercenários será através do dinheiro recebido na forma de soldo, exigindo a presença de vendedores de mercadorias na outra ponta e o espalhamento da sociabilidade indireta por todos os cantos. Sobre as várias transações as autoridades passam a cobrar tributos em dinheiro, com o que pagavam soldos e equipamentos militares. Quando a arrecadação era insuficiente, sempre recorriam aos empréstimos bancários e à formação de dívida pública – mais um aspecto da sociabilidade do valor que é desenvolvido.

Nos momentos finais desse longo processo de nascimento do modo de produção capitalista verifica-se, segundo Marx (2017a, p. 832), a conclusão da expropriação das propriedades familiares e, com a acumulação de capital operando em toda sua pujança, prossegue, e se acelera, a expropriação dos pequenos capitais pelos grandes através da centralização do capital. As forças produtivas, prossegue o autor, se desenvolvem em uma velocidade inaudita na história humana, acionando a ampliação da escala da cooperação do trabalho, possibilitando o surgimento de meios de produção que só podem ser utilizados coletivamente e acionando a economia de meios de produção pelo seu uso pelo trabalho combinado e social. Por fim, a sociedade do capital entrelaça todos os humanos, ainda em suas particularidades locais, no mercado mundial, trazendo à luz a noção de igualdade entre todas as singularidades humanas, pelo menos no âmbito de produtores de valor (trabalho abstrato), que têm que se relacionar na circulação de mercadorias

enquanto seres humanos livres e iguais em sua condição de proprietários de mercadorias.

Marx acrescenta que no bojo dessa processualidade, como já visto, simultaneamente ocorre a concentração e centralização de capital com a elevação do pauperismo, o que produz um contexto favorável para “a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista” (2017a, p. 832, grifos meus). Marx sugere que a contradição entre as relações de produção constituídas pelo capital e os meios de produção por ele engendrados<sup>20</sup> entram em contradição e alcança-se “a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados” (2017a, p. 832). A ênfase é posta na negação da propriedade privada capitalista que surge como negação da propriedade privada individual. Eis que a acumulação do valor produz, de modo necessário, sua negação, ou seja, a negação da negação. A negação da propriedade privada capitalista não é, para Marx, simplesmente o restabelecimento da propriedade privada individual sustentada pelo trabalho pessoal e familiar. Trata-se da constituição da propriedade individual amparada pelos paroxismos atingidos pela humanidade, na época do capital, em termos de domínio sobre as legalidades dos seres inorgânico, orgânico e social e que permitem o maior afastamento das barreiras naturais já conquistado pelo gênero humano em sua luta inconsciente pela economia de tempo de trabalho e pela conquista de tempo livre da obrigatoriedade do trabalho universal/geral. O autor conclui dizendo que a transformação da propriedade capitalista, arrimada na organização social da produção, em propriedade social será conquistada pela expropriação dos expropriadores (personificações do capital) pela massa do povo (*Völksmasse*). Curiosamente, em uma nota de rodapé, remete o termo massa do povo ao modo como utiliza a categoria proletariado no *Manifesto do Partido Comunista*. Vejamos este ponto mais de perto.

---

<sup>20</sup> Sobre a contradição fundamental da sociedade do capital, entendemos que ela é a que se verifica entre valor de uso e valor e o tempo abstrato. Essas categorias condicionam tanto as relações de produção quanto as forças produtivas da sociedade do capital. O argumento é mais bem desenvolvido em Araujo (2022b).

No *Manifesto*, Marx ainda não havia desenvolvido sua teoria do valor, sendo evidente que a crítica aí oferecida é a crítica do capital do ponto de vista do trabalho. Deste modo, o proletário comparece como o deserdado, o pobre, o miserável e, ao mesmo tempo, ele é o operário fabril que se organiza na luta de classes do cotidiano. Defendemos que Marx, a partir dos *Grundrisse* e de *O Capital*, explicita que, em seu nível mais crucial, as classes sociais são determinadas pelo valor em expansão<sup>21</sup>. Considerando a exposição oferecida em *O Capital*, podemos acrescentar que a lei geral da acumulação do capital aponta para a pauperização, para a formação não de uma classe proletária que se organiza no local de trabalho e que é cada vez mais instruída e organizada. A tendência aponta exatamente para a formação da massa do povo, uma massa de miseráveis, deserdados, estiolados etc. que constituem o “peso morto do exército industrial de reserva” (2017a, p. 719). Trata-se do sedimento mais baixo do exército industrial de reserva – no período em que o capital efetiva toda sua potencialidade (*dynamis*) e articula a totalidade da vida humana por todo o planeta – que ganha peso quantitativo e densidade, ultrapassando a importância das três formas bem definidas da superpopulação relativa identificadas por Marx. A categoria massa do povo oferece a representação exata da efetivação da lei geral da acumulação do capital e indica a necessidade da adequada apreensão das categorias proletário e trabalhadores em geral para a elaboração de linhas gerais para a constituição de práxis emancipatórias do valor – que é condição necessária e suficiente para a eliminação, de fato e não só jurídica, da propriedade privada articulada pelo capital.

### **3. Ruptura radical entre singularidade e comunidade: o laço social evanescente**

Toda a exposição e argumentação oferecida até aqui demonstra que valor é o laço social entre os seres humanos na sociedade do capital e, como o valor não pode prescindir do valor de uso, o laço social é a própria mercadoria.

---

<sup>21</sup> Sobre o tema ver Postone (2014) e Araujo (2016, 2018, 2020a, 2020b, 2021 e 2022a).



Ou seja, a mercadoria é a objetivação do laço social<sup>22</sup>, que, por evidente, só pode existir de modo reificado, fetichizado. O que nos traz a questão chave do presente artigo: o que devém se o sujeito automático<sup>23</sup>, em sua contradição em processo, prescinde do capital variável em tal proporção que o aumento do investimento agregado já não é capaz de proporcionar uma redução relativa deste capital variável em relação ao capital constante e assim terminamos por verificar uma redução absoluta? Neste caso, a única mercadoria produtora de valor e valorizadora de valor perde peso no processo produtivo de mercadorias, o trabalho imediato perde importância para a lógica do capital. Mas quais são as consequências para a própria dinâmica da sociedade moderna?

Como visto, na sociedade do capital as singularidades carregam em seus bolsos o laço social na forma de dinheiro ou moeda (MARX, 2014, p. 105)<sup>24</sup>. A contradição fundamental da sociedade do capital engendra a separação entre forma e conteúdo, ou entre a produção de valores de uso e valor, ao elevar a composição orgânica do capital e reduzir o capital variável utilizado no processo de produção de mercadorias. Como valor somente é produzido pelo trabalho vivo, a redução da compra de força de trabalho revela uma dinâmica de acumulação contraditória que elimina o próprio produtor da riqueza específica da sociedade do capital – o valor. Torna-se patente que a terceira e a quarta revoluções tecnológicas, que levaram ao desaparecimento do padrão fordista de acumulação, efetivaram a tendência, apontada por Marx em *O Capital*, de ganho de peso, importância e densidade do sedimento mais baixo da superpopulação supérflua: os pauperizados ou a massa do povo. Neste ponto, é lícito dizer que a ética do trabalho determinado por mercadorias começa a desaparecer enquanto forma ideológica organizadora da vida da classe trabalhadora pelo simples fato de que parte

---

<sup>22</sup> Sobre o tema ver Postone (2014, p. 187), Duayer; Araujo (2015, 2020 e 2022).

<sup>23</sup> Ver Marx (2017a, p. 230).

<sup>24</sup> A moeda é um signo ou representação do dinheiro. Ou ainda, é um símbolo do dinheiro que surge com a função de meio de circulação do dinheiro. Marx trata em detalhes esta questão no capítulo 3 do Livro I de *O Capital*.

substantiva da massa humana já não interessa mais às personificações para fins de exploração (extração de mais-valor).

Sem perder de vista que um outro papel do valor é ser o laço social da sociedade moderna, constatamos que a redução da produção de valor, e da valorização do valor, acarreta a evanescência do laço social abstrato – o que Kurz (1993, p. 195) vai qualificar como a formação de sujeitos monetários desmonetizados. As singularidades humanas que já não conseguem vender sua mercadoria força de trabalho, e que são parte constitutiva do proletariado (trabalhador produtivo), passam a compor a massa do povo, ao mesmo tempo que perdem sua inserção social através do valor; situação em que terá de lutar desesperadamente por sua sobrevivência, disparando toda uma série de novos comportamentos e fenômenos facilmente verificáveis em várias formações sociais do mundo do capital neste início do século XXI.

A sociedade do capital, em seu período inicial de estruturação e espraio pelo planeta, defrontou-se com formas sociais, religiosas e ideológicas que, objetivamente, impediam a afirmação da singularidade humana, interditavam a igualdade entre cada singularidade constitutiva do gênero humano e sustentavam figurações de mundo em que algum demiurgo, dado seu pôr teleológico, constituía a totalidade existente, incluso a sociedade humana. Em suma, essas formações socioeconômicas obstaculizavam o adequado conhecimento humano sobre os seres inorgânico, orgânico e natural e, com isso, bloqueavam a tendência transistórica da economia de tempo de trabalho ou do recuo da barreira natural enquanto limite para o desenvolvimento do ser social. A lógica do valor em expansão exige o conhecimento o mais adequado possível das legalidades dos seres inorgânico e orgânico e, no que diz respeito ao ser social, o conhecimento adequado à reprodução do valor e à produção de formas ideológicas que permitam a continuidade do funcionamento do sujeito automático. Além disso, como valor é trabalho abstrato, sendo uma abstração real qualitativamente homogênea – e que se diferencia quantitativamente pela quantidade de tempo de

trabalho socialmente necessário – ele traz em si a base material objetiva da igualdade entre as singularidades humanas. Todos os humanos que produzem mercadorias produzem valor abstrato e, portanto, são iguais por este ângulo. Igualdade esta que se manifesta na esfera da circulação quando da igualação, no ato da troca, de mercadorias que são valores de uso distinto. Há nesta troca um evidente reconhecimento da presença de um terceiro elemento que torna mercadorias distintas homogêneas, portanto, iguais: o valor (trabalho abstrato).

A este aspecto próprio à lógica do capital, acrescenta-se que o século XIX e o século XX foram marcados por heroicas lutas da classe trabalhadora contra as formas bárbaras de extração de mais-valor e que redundaram em significativas conquistas e avanços civilizacionais: regulamentação do nível dos salários, férias remuneradas, regulamentação da duração e da intensidade da jornada de trabalho, previdência social, sistema educacional público do ensino básico ao superior, sistema de saúde pública, transportes públicos, direito ao voto independentemente da renda e do gênero etc. Todas estas conquistas da classe trabalhadora (aqui inclusos produtivos e improdutivos) em sua luta de classes do cotidiano em nada abalaram o sujeito automático, trazendo, quando muito, dificuldades para aquelas personificações do capital que se mostraram incapazes de se colocar à altura dos novos desafios da concorrência e, por este motivo, acabaram sucumbindo perante o processo de centralização de capitais. Por evidente, como foram lutas travadas na imanência da lógica do valor, terminaram por reforçar e aperfeiçoar os mecanismos de extração de mais-valor e por acelerar o aumento da composição do capital.

O conjunto delineado nos dois parágrafos anteriores sugere que é possível sustentar que durante o período em questão a sociedade do capital portava um caráter civilizatório. Em outras palavras, é possível sustentar que houve um avanço social, quando comparamos a sociedade do capital com as velhas sociedades feudais da Europa Ocidental, em termos de direitos individuais e coletivos, garantias legais à vida, regulação jurídica do

funcionamento social com uma demão de participação popular através da escolha de seus representantes nos parlamentos etc.; ainda que não esqueçamos de que se tratava de um processo contraditório no qual se verificaram, simultaneamente, retrocessos e barbáries as mais variadas: massacre da Comuna de Paris em 1871, genocídio imperialista no continente africano no século XIX<sup>25</sup>, as duas Grandes Guerras Mundiais etc.

Com o evanescer do laço social do valor, o que havia de civilizatório na sociedade do capital se perde definitivamente. Diante da impossibilidade de ligar-se à comunidade pela produção do valor e, por meio dele, ter acesso à sua representação autonomizada na forma dinheiro/moeda, a singularidade humana, que agora compõe a massa do povo, é obrigada a buscar alternativas e expedientes de sobrevivência em sua luta cotidiana. Há o recrudescimento de trabalhos informais e temporários com salários reduzidos e máxima intensidade e duração da jornada, a hipertrofia das máfias e milícias, o adensamento do narcotráfico, tráfico de armas, prostituição, formas religiosas que disfarçam a operação de empresas capitalistas que estimulam o empreendedorismo de autoajuda e a explosão de formas ideológicas que apontam para a salvação individual de cada singularidade, reforçando que o sucesso é benção de algum demiurgo e o fracasso é culpa da falta de fé e empenho do indivíduo que empreende – a salvação material e espiritual é sempre individual em evidente reforço da atomização da sociedade moderna. Neste quadro, cada singularidade se vê concorrendo diretamente com as outras não mais pelo posto de trabalho, mas pela sobrevivência física no cotidiano. O outro surge, com toda sua força, como o inimigo, o adversário, aquele que impede o meu sucesso e que, no limite, deve ser eliminado. A competição individual, a meritocracia, a violência aberta e o individualismo alcançam seus paroxismos e provocam o maior efeito dissolutivo possível sobre o que restou do *éthos* da sociedade do trabalho e das formas de organização e ideológicas do antigo proletariado – há, no

---

<sup>25</sup> Ver a respeito o caso do Congo Belga (atual República Democrática do Congo) a partir de 1876 e o genocídio capitaneado por Leopoldo II, rei da Bélgica.

interior da massa do povo, e no que restou do proletariado, a intensificação de formas de racismo, xenofobia, misoginia e o fortalecimento de movimentos neonazistas e neofascistas.

Por outro lado, o Estado moderno, que, como sabemos, é a contraparte necessária do sujeito automático, continua a agir para garantir a reprodutibilidade do valor. A solução encontrada é a eliminação dos supranumerários da massa do povo. As formas de eliminação passam pelo encarceramento em massa, pela formação de campos de concentração ou pela eliminação física pura e simplesmente. Além disso, a aceleração da dissolução dos laços do valor acaba por tragar partes expressivas da burocracia estatal – nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), em todos os níveis e, em particular, no aparato judicial-repressivo-prisional – para o campo da ilegalidade e da atuação de um tipo de lumpemburguesia<sup>26</sup>: milícias armadas, narcotráfico, tráfico de armas, tráfico de escravas sexuais e de trabalhadores em condições semelhantes ao do trabalho escravo. O produto final desta dinâmica é o surgimento do que Agamben (2004) tipifica como estado de exceção que devém modelo de governo – um estado de emergência permanente em que a legalidade formal é suspensa. Essa tendência age a tal ponto que, o que deveria ser atuação pontual de suspensão do ordenamento jurídico, torna-se política permanente e, desse modo, a exceção devém regra da governabilidade. Neste quadro os direitos básicos dos cidadãos são suspensos e todos são culpados até que se prove o contrário, numa evidente inversão de um princípio jurídico elementar e com a produção em massa de vidas humanas sem proteção jurídica (como pode ser verificado, dentre outras situações, nos casos dos judeus nos campos de concentração nazistas, dos aprisionados em Guantánamo ou dos jovens negros das periferias dos centros urbanos brasileiros assassinados aos milhares anualmente pelas polícias/milícias/narcotráfico). Recorrendo ao teórico do direito Carl Schmitt, Agamben (2004, p. 56-57) nos diz que Schmitt em sua *Politische Theologie*

---

<sup>26</sup> Ver a respeito o caso do Congo Belga (atual República Democrática do Congo) a partir de 1876 e o genocídio capitaneado por Leopoldo II, rei da Bélgica.

apresenta o estado de exceção como doutrina da soberania na qual o “soberano, que pode decidir sobre o estado de exceção, garante sua ancoragem na ordem jurídica”. Neste caso, a decisão do soberano é pela suspensão da norma jurídica e o estado de exceção expressa a “inclusão e captura de um espaço que não está fora nem dentro [da norma jurídica – PH]” e é a própria “norma anulada e suspensa”. O arremate de Agamben merece ser reproduzido, ainda que de modo sintético: a “estrutura topológica do estado de exceção” é o estar, simultaneamente, dentro e fora da ordem jurídica. O soberano, que decide sobre a suspensão da ordem e a adoção do estado de exceção, é definido em seu ser pela exceção, significando dizer que ele “pode também ser definido pelo oxímoro *êxtase-pertencimento*” (AGAMBEN, 2004, p. 57, grifos do autor).

Com os conceitos de necropolítica e necropoder, Mbembe (2018) esclarece que no estado de sítio não há somente a mobilização da biopolítica, neste caso ela se desdobra em uma política da morte. Uma política que, no nosso entendimento, no período em que a sociedade do capital atinge o limite interno da acumulação de capital (ou, no dizer de Mészáros (2002), no período em que eclode a crise estrutural do capital), regula, por intermédio do soberano, a que faz referência Agamben, não somente os corpos humanos, mas seleciona os corpos descartáveis, matáveis: negros, judeus, palestinos, mulheres, gays, trans etc. Neste período é acionado todo um aparato material e ideológico – desde ideologias racistas e xenófobas até campos de concentração e eliminação sistemática dos descartáveis – caracterizando que a reprodutibilidade da sociedade do capital se efetua em um contexto de puro retrocesso civilizacional ou de pura barbárie no interior do qual o Estado moderno passa a ter a função de gestão da barbárie.

Ao se defrontar com estas questões, Canettieri (2020, p. 108-109) lança a pergunta chave: quem é, afinal, esse soberano a que faz referência Agamben? E, como resposta, com a qual temos total acordo, sugere que é o sujeito automático, o constrangimento lógico abstrato, quem coage a totalidade da humanidade a operar permanentemente no estado de exceção neste período

de dissolução dos laços sociais mediados pelo valor. Aqui desvela-se a necessária ligação, que buscamos sustentar neste artigo, entre a contradição fundamental da sociedade do capital, a produção ampliada de pauperismo, a redução da produção da riqueza abstrata (valor), o estado de exceção e a barbárie.

Kurz (1993, 2014 e 2018) e Jappe (2013) advogam que a lógica do capital, a partir da terceira revolução tecnológica, atinge seus limites internos: o aumento da composição orgânica do capital tomou gigantesca proporção, com evidente manifestação sobre a taxa média de lucro, reduzindo a lucratividade das empresas capitalistas e propiciando o surgimento de mecanismos que são lenitivos destas dificuldades, dentre os quais o destaque fica para o capital fictício. Os autores sugerem, todavia, ao contrário do senso comum, que estamos em uma sociedade em colapso; não se trata de colapso instantâneo, como ocorre no caso de morte súbita de um ser vivente. Em verdade, o colapso do capital é o produtor do pauperismo e da barbárie e, permanentemente, reconstitui as condições para a manutenção de sua existência, sem provocar o colapso e desaparecimento, de fato, da sociedade do capital em um lapso temporal que tenha qualquer semelhança com o tempo de vida de um ser orgânico, para permanecermos na analogia inicial. O colapso da sociedade do capital é o processo que desencadeia a brutalização da vida, suspende o estado de direito, reduz à condição animalizada as singularidades humanas excluídas dos laços sociais mediados pelo valor e franqueia o desenvolvimento das formas político-ideológicas mais reacionárias. Em outras palavras, o colapso social é o contexto em que viceja a barbárie<sup>27</sup> e cujos produtos, inelimináveis e incontornáveis, são o estado de sítio e o necropoder.

Neste quadro de colapso, barbárie e necropolítica, permanecem ilhas de prosperidade no interior das quais o valor ainda se valoriza. Elas subsistem e se desenvolvem, de modo combinado e desigual, com um mar de miséria material, violência e brutalização. Este cenário é uma das chaves

---

<sup>27</sup>Ver Menegat (2006, 2012 e 2019).

explicativas para o relevo adquirido pelo capital fictício<sup>28</sup> nas últimas décadas. O capital fictício é constituído por títulos (públicos ou privados) de dívida (por exemplo, títulos de dívida pública, títulos comerciais, letras de câmbio, papéis que representam direitos de compra e venda de *commodities* em mercados futuros etc.) que prometem rentabilidade futura e liquidez imediata no mercado secundário (com desconto a valor presente da rentabilidade futura esperada) e remuneram o portador/proprietário considerando a produção de um valor que ainda não ocorreu e que, provavelmente, não ocorrerá. Há um claro descasamento entre o preço do título e o valor (trabalho abstrato) que ele representa, donde podemos falar de um capital fictício que é a expressão da “dessubstancialização” verificada na sociedade do capital. As bolhas financeiras verificadas na economia capitalista mundial a partir da década de 90 do século XX são marcadas pela hipertrofia do capital fictício e pelos movimentos especulativos a ele associados. Os estouros das bolhas devêm momentos de correção da separação entre o preço dos papéis e o funcionamento do mundo real do capital em sua processualidade produtora de valor. Esses lapsos temporais de correção, que são o estouro das bolhas especulativas, engendram a aceleração do pauperismo e o aprofundamento da barbárie devido a novos aumentos de falências, com maior impacto nos ramos produtores de *commodities* negociadas em mercados futuros, com aumento do desemprego, redução das rendas das famílias, que ainda vendem força de trabalho, e com todo o impacto negativo sobre o efeito multiplicador da demanda agregada que estes fatores proporcionam. Na sequência há o restabelecimento das condições mínimas para a retomada econômica, o que é auxiliado pela adoção de políticas macroeconômicas expansionistas, que, por sua vez, engendram um novo ciclo de crescimento dos capitais fictícios e, com eles, o surgimento de novas bolhas especulativas. O que sugere que estamos diante de um ciclo permanente de aprofundamento da dessocialização radical e do aprofundamento da barbárie da sociedade do capital.

---

<sup>28</sup>Ver a respeito Marx (2017b), Lohoff (2014), Kurz (2014), Jappe (2013) e Araujo (2020c).



#### 4. Considerações finais

A contradição fundamental da sociedade do capital produz, de modo inexorável e inconsciente, a dissolução dos laços sociais mediados pelo valor à medida que elimina o trabalho imediato do processo de produção de mercadorias e, com ele, a única fonte produtora da riqueza especificamente capitalista (valor). Disso decorre o surgimento de sujeitos monetários sem moeda que ingressam na condição de pauperismo e, em pouco tempo, já não têm condições de retornar às fileiras dos trabalhadores produtivos (proletários). Eles constituirão a massa do povo, o resultado histórico do processo de acumulação capitalista e sem os quais qualquer projeto emancipatório do constrangimento lógico do valor está fadado ao fracasso. Simultaneamente, a dissolução do laço social fundado no trabalho abstrato aciona outras formas de inserção do indivíduo em sua comunidade. Essas formas de inserção estão articuladas por variadas formas de violência, sendo a violência manifesta a característica distintiva da barbárie que passa a dominar a sociedade do capital. O aparato judicial-policial-militar-prisional é acionado para conter o processo de desagregação social que se acelera e, com o recrudescimento do colapso do capital, este aparato termina por constituir-se em estrutura paralela ao Estado moderno, assumindo as formas de grupos paramilitares, milicianos, mercenários, grupos mafiosos etc., constituindo-se em fator de reconfiguração do espaço territorial (urbano e rural) dos antigos Estados e produzindo uma tendência de fragmentação com o surgimento de uma miríade de senhores da guerra com grande semelhança ao verificado em boa parte da história medieval da Europa Ocidental.

Uma questão que se coloca é como nas comunidades periféricas, no caso brasileiro, em que esse processo é sentido em primeiro lugar e com toda intensidade, os antigos trabalhadores assalariados mantêm e reconstituem seus laços sociais. Podemos adiantar algumas hipóteses que precisam ser mais bem trabalhadas e comprovadas empiricamente: (a) é possível que ainda exista uma pequena minoria de trabalhadores proletários que mantiveram seus postos de trabalho mesmo diante da aceleração da mecanização

do processo produtivo. Portanto, são vendedores de mercadoria (força de trabalho), produtores de valor e de mais-valor suportados pelas mercadorias por eles produzidas. (b) É por demais evidente que o comércio de mercadorias, ainda que seja atividade fundamental para a acumulação de capital, não produz valor e, em decorrência, não valoriza valor. Há muitos indicadores de que atividades de comércio têm grande peso e importância nas periferias, por exemplo, na forma de comércio de alimentos, de mercadorias em geral, de drogas ilícitas etc. Nestes casos, a singularidade humana pode vender sua força de trabalho para o empregador e receber um salário que é a contrapartida do valor da sua mercadoria força de trabalho. O que indica que a singularidade humana mantém o laço social do valor em suas ligações com o gênero humano; não obstante, ela mesma nem produza nem valorize valor. (c) Há os que vivem de renda, seja de aluguéis nas próprias comunidades, seja de renda oriunda de auxílios governamentais, pensões e aposentadorias etc. Neste caso, têm acesso à forma autonomizada do valor (dinheiro) e conseguem manter o laço social operando sem produzir e valorizar valor. (d) Acrescentem-se as camadas que têm acesso ao signo do valor através de violência aberta, sem produzir ou valorizar valor: milícias que cobram por segurança e venda de serviços de comércio, narcotráfico, os que vivem de roubos, assaltos e outros expedientes etc. Este quadro indica uma tendência de esvanecimento acelerado do valor e a violência de todos contra todos como o mecanismo garantidor de acesso ao signo de um valor que eles já não produzem, ainda que seja produzido em outras partes da sociedade. A violência, típica da barbárie, instaura-se como um novo tipo de laço social em que o outro deve ser subjugado ou eliminado fisicamente e o Estado, com seu necropoder, passa a fazer a gestão da barbárie.

Roberto Schwarz (2014), ao tratar dos livros *Cidade de Deus* de Paulo Lins e *Estorvo* de Chico Buarque, sugere que o Brasil, desde os anos 80 do século XX, entra na fase da dissolução dos laços sociais mediados pelo valor. No caso da obra de Paulo Lins, nos diz Schwarz, há a descrição do impacto que a crise do milagre brasileiro provocou sobre as favelas (no caso a favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro). Com a escassez dos empregos formais,

a ética do trabalho que dominava nas favelas cariocas com seus corolários de organização sindical, de formação profissional via educação, submissão a horários e padrões e deslocamentos diários até os distantes locais de trabalho, desaparece e é substituída por outro *étos*: o da marginalidade – que oferece aos seus participantes o acesso imediato ao mundo das mercadorias e o respeito da comunidade, malgrado o ônus de uma vida curta, rapidamente tragada pelos confrontos com as forças policiais ou com outras quadrilhas ou milícias. Nesse processo, as diferenças entre autoridades e bandidos evanesce, tudo se misturando ao longo do texto que captura e descreve a própria barbárie em seu processo constitutivo no interior da sociedade carioca.

Considerando os comentários de Schwarz (2014), podemos dizer que a descrição do quadro de constituição da barbárie na sociedade brasileira feita pelo livro de Paulo Lins<sup>29</sup> tem, no livro *Estorvo* de Chico Buarque, um bom complemento. Neste, já não se divisam fronteiras nítidas entre milionários e malandros, empregados e bandidos, policiais e marginais, e todos orbitam o mundo das representações e imagens, o mundo das mercadorias tangíveis e intangíveis. O livro de Chico Buarque, lançado em 1991, captura os efeitos do evanescer da mediação social mediada pelo valor e seus impactos sobre as classes sociais, o exército industrial de reserva, a massa do povo e o lumpemproletariado. Seu personagem principal, numa espécie monstruosa de metamorfose física (de sua aparência) e moral, em meio a profundas alucinações que o impedem de divisar com clareza seu entorno, termina por ser agredido violentamente na rua por um desconhecido e com graves ferimentos, que provavelmente ameaçam sua sobrevivência, toma um ônibus desejoso por retornar a um local seguro – a casa de sua mãe, irmã, ex-mulher etc. – e conservar-se igual em circunstâncias novas em que isto já não é possível. O que, segundo Schwarz (2014, p. 223), é “a forte metáfora que Chico Buarque inventou para o Brasil contemporâneo”.

---

<sup>29</sup> Lembrando que Menegat (2019, p. 81 a 94 e 181) sustenta que a cidade do Rio de Janeiro e seu cinturão metropolitano constituem um “laboratório avançado da barbárie” para o caso brasileiro.

Encerro acrescentando que se nos períodos que antecederam o colapso da sociedade do capital era possível que o famoso “jeitinho” brasileiro nos ajudasse a superar as dificuldades de uma formação social na periferia do sistema mundial produtor de mercadorias, como bem retrata, entre outros, Machado de Assis<sup>30</sup>, não há evidências de que algo parecido possa nos salvar do atual colapso, da barbárie que é seu corolário e do necropoder que o acompanha. Restando, como única saída, a busca pela constituição de laços sociais manifestos, não mais mediados pela mercadoria ou pela violência garantidora da apropriação direta de mercadoria – tal saída só poderá se efetivar se for capaz de mobilizar e organizar a massa do povo por novos caminhos a serem construídos.

---

<sup>30</sup>Ver a respeito Schwarz (2007) e Arantes (2004).

## Referências

- AGAMBEN, G. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004
- ARANTES, P.E. A fratura brasileira do mundo. In. *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, (Coleção Baderna), p. 25-77, 2004
- ARAUJO, P. H. F. Trabalho, objetivação e alienação na ontologia do ser social de Lukács: notas introdutórias. *Germinal: marxismo e educação em debate*. v. 14, p. 439-461, 2022a
- ARAUJO, P. H. F. A contradição fundamental da sociedade capitalista no livro primeiro de *O capital*: determinações gerais e consequências. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 64, p. 138-175, 2022b
- ARAUJO, P. H. F. Trabalho fundante e substância do ser social segundo o último Lukács: observações preliminares. *Revista Dialectus*, v. 23, p. 365-394, 2021
- ARAUJO, P. H. F. Dominação abstrata: capital: sujeito histórico. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 12, p. 348-362, 2020a
- ARAUJO, P. H. F. As categorias classes sociais e Estado no livro primeiro de *O capital*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 56, p. 21-47, 2020b
- ARAUJO, P. H. F. David Harvey: mercadoria, capital, capital de empréstimo e capital fictício: notas críticas. *Marx e o Marxismo*, v. 8, p. 269-294, 2020c
- ARAUJO, P. H. F. Notas críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando *O Estado e a revolução*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 50, p. 114-141, 2018
- ARAUJO, P. H. F. Marx: Capital, Estado e Política - Notas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, p. 37-62, 2016
- ARAUJO, P. H. F. Mandel e as crises econômicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 39, p. 56-68, 2014
- ARAUJO, P. H. F. Comentários sobre algumas teorias de ondas longas. *Revista Universidade Rural. Série Ciências Humanas*, v. 23, p. 169-182, 2001
- BUARQUE, F. Estorvo. São Paulo: Companhia das Letras, 1991
- CANETTIERI, T. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Trabalho abstrato, objetivação, alienação, fetiche: Marx lido por Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 62, p. 10-41, 2022
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Valor como forma de mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 57, p. 45-82, 2020
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone. *Revista em Pauta*, v. 13, p. 15-36, 2015
- JAPPE, A. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Tradução de José Miranda Justo. Lisboa: Antígona, 2013
- KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
- KURZ, R. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Tradução de Lumir Nahodil. Lisboa: Antígona, 2014
- KURZ, R. *A crise do valor de troca*. Tradução de André Villar Gomes e Marcos Barreira. Rio de Janeiro: Consequência, 2018
- KURZ, R. *Canhões e capitalismo: a revolução militar como origem da modernidade*. 1997. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/1997/03/30.htm>. Acesso em: 15 set. 2022

- KURZ, R. *O estouro da modernidade: com tostões e canhões: inovação com armas de fogo, expansão pela guerra: uma olhada à pré-história do trabalho abstrato*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2002/01/09.htm>. Acesso em: 15 set. 2022
- LINS, P. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- LOHOFF, E. Acumulação de capital sem acumulação de valor: o caráter fetichista das mercadorias no mercado de capitais e o seu segredo. *Revista Krisis*, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.krisis.org/2015/o-carter-fetichista-das-mercadorias-do-mercado-de-capitais-e-o-seu-segredo/>. Acesso em: 15 set. 2022
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017a
- MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política: livro 2: o processo de circulação do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014
- MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política: livro 3: o processo global da produção capitalista*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b
- MARX, K. H. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018
- MENEGAT, M. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019
- MENEGAT, M. *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2012
- MENEGAT, M. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 351 p.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução de Paulo César Castanheira, Amilton Reis e Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2014
- SCHWARZ, R. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014
- SCHWARZ, R. *Desapareceu a perspectiva de um progresso que torne o país decente*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11 ago. 2007, Caderno Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1108200707.htm>. Acesso em: 05 set. 2022

ELEUTÉRIO F.S. PRADO

## CAPITALISMO E PULSÃO DE MORTE

Recebido em 15/03/2024

Aprovado em 18/03/2024

# CAPITALISMO E PULSÃO DE MORTE

## Resumo

Este escrito, que tem um caráter experimental, busca compreender como os avatares da sociabilidade do capital – da relação de capital – se instalam na subjetividade dos indivíduos sociais, fazendo com que eles se tornem, grosso modo, *homo oeconomicus*, mas também “negação determinada” possível dessa condição existencial.

**Palavras-chave:** capitalismo; sociabilidade do capital; pulsão de morte

## ELEUTÉRIO F. S. PRADO

Professor aposentado do  
Departamento de Economia da  
FEA/USP.

Site: <https://eleuterioprado.blog>

Email: [eleuter@usp.br](mailto:eleuter@usp.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2403-5462>



## **Abstract**

This paper, which has an experimental character, seeks to understand how the avatars of the sociability of capital – of the capital relationship – are installed in the subjectivity of social individuals, causing them to become, roughly speaking, *homo oeconomicus*, but also a “determined negation” possible of this existential condition.

**Keywords:** capitalism; capital’s sociability; death pulse

## **Introdução**

Como se sabe, “Capitalismo e impulso de morte” é o título de um artigo de Byung-Chul Han, mas também do livro que o contém (HAN, 2021). O livro, ademais, contém outros artigos que tratam ou circulam em torno dessa temática. O texto principal de Han consiste em uma crítica de um livro de Gilles Dostaler e Bernard Maris (2009) que tem o mesmo nome. Se ele é, simplesmente, aqui copiado vem a ser porque se deseja entender a argumentação desse filósofo coreano de um modo sistemático – ou seja, não apenas de um modo expressivo, quase poético.

O seu artigo, assim como este, trata do capitalismo e do indivíduo social que nele prevalece para entender como podem entrar em conjunção, ainda que não sem tensões prováveis. Observa que o mundo social e o mundo da psique sob o modo de produção capitalista subsistem por meio da produção de excedentes, de mais-valor no primeiro e de mais-vida – ou mesmo de transcendência imaginária e ilusória – no segundo.

E esses dois excedentes buscados pela classe dominante não se realizam, entretanto, sem violência sobre a classe dominada. Fereza esta que consiste basicamente na imposição do trabalho alienado por meio de instituições, principalmente por meio da propriedade privada dos meios de produção. Marx, como se sabe, tendo por referência o capitalismo, denominou a classe dominante de burguesia e a classe dominada de proletariado.

## **Capitalismo e os seus “sujeitos”**

Para realizar esse objetivo, é preciso partir do conceito de capitalismo tal como foi apresentado por Karl Marx. Como bem se sabe, esse termo designa um modo de produção histórico, que veio existir na época dita moderna e que se caracteriza por se constituir como um sistema de interação entre indivíduos contratantes que funciona sob certa automaticidade – não sem passar por crises endógenas periódicas. Chama-se capitalismo precisamente porque se trata de um sistema voltado para a acumulação de capital. Eis

que se trata de um sistema complexo que está nucleado na relação de capital, isto é, na relação social entre o capital e o trabalho assalariado.

Ora, como mostrou Marx, a acumulação de capital consiste num processo social que tem uma lógica objetiva de desenvolvimento: o crescimento infinito. “O valor de uso” – segundo ele – “nunca deve ser tratado, portanto, como uma meta imediata do capitalismo; tampouco o lucro isolado, mas o incessante movimento de ganho”. Em resumo, esse modo de produção se caracteriza por conter um sujeito automático que domina a vida social como um todo; e essa dominação é compulsiva, já que “o movimento do capital é insaciável” (MARX, 1983, p. 129).

Por isso mesmo, no sistema da relação de capital, as pessoas se põem – estão postas – como “sujeitos”. Enquanto atributos do capital, tais “sujeitos” se põem – estão postos – como indivíduos movidos pela pulsão de acumulação e, como tais, estão empregados como suportes dessa relação social. A lógica da acumulação requer, assim, indivíduos compulsivos cuja meta subjetiva coincide com a meta sistêmica objetiva; esses indivíduos não são simplesmente pessoas, pois estão movidos por um “impulso absoluto de enriquecimento”, por uma “caça apaixonada do valor” (MARX, 1983, p. 130).

Se isso vale especialmente para os capitalistas, que revés – não opcional – está disponível para os trabalhadores? Eis que estes últimos, quando se faz abstração de eventuais conquistas materiais que possam ter obtido, são proletários. Contudo, é preciso deixar aqui uma pergunta: como se dispõe historicamente a subjetividade dos trabalhadores subsumidos ao capital?

### **A herança freudiana**

Em *O mal-estar da civilização* (2011a), Freud procura mostrar sinteticamente, após décadas de pesquisas no campo da psicanálise, quais foram os principais resultados colhidos. Eis que concluíra que “os fenômenos da vida se esclareceriam pela atuação conjunta ou antagônica de duas [pulsões]”: a pulsão de vida (ou erótica) e a pulsão de morte (ou de agressão).

A primeira é responsável por “conservar a substância vivente e juntá-la em unidades cada vez maiores”; a segunda atua para “dissolver essas unidades e conduzi-las ao estado primordial inorgânico” (2011a, p. 64) – ainda que essa não seja a sua meta, mas apenas uma sua consequência.

Note-se que Freud interpretou esse “primordial” morador da psique como estado de nirvana. Eis que ele impõe uma “tendência regressiva ou conservadora em toda vida instintiva”, ou seja, um “esforço para reduzir, manter constante ou eliminar a tensão interna”. Daí a existência de uma tendência inerente à existência orgânica “para voltar ao estado anterior (...) que a coisa viva abandonara, sob pressão de forças externas” (1996, p. 43).

Contudo, essa tendência tem de ser contraditada para que a vida possa prosperar. No curso da existência, o princípio do prazer estabelece um compromisso com a manutenção da vida: a busca da felicidade, segundo Freud, consiste em “ausência de dor e desprazer e, além disso, a vivência de fortes prazeres” (2011a, p. 19). Assim, para evitar o sofrimento, o ser humano tem já de lutar contra a morte. Ora, essa evitação se instala em sua psique como fonte perene de angústia.

Se há uma ontologia biológica nas formulações originais de Freud, ela está aí superada, pois a psique também resulta da civilização. Eis que aquilo que move o psiquismo vem a ser, ao mesmo tempo, biológico e forjado socialmente. E o seu devir é contraditório: se a vida é um caminho implacável para a morte, ela também implica uma recusa constante desse destino, por meio de lutas para subsistir individualmente e para construir e/ou destruir os laços sociais.

As pulsões, portanto, contrariam constantemente a tendência regressiva originária, atuam sob o império do princípio do prazer, recriando, assim, a vida ativa: por um lado, Eros se põe como aquela força que preserva a vida comunitária; por outro, Tanatos atua em sentido contrário para destruí-la enquanto vida boa. E ele se volta para a dominação da própria psique, da natureza circundante e dos outros humanos, sejam eles semelhantes ou que pareçam diferentes em certos aspectos.

Se o estado de nirvana é um estado em que há “extinção do sofrimento”, o processo existencial consiste, então, numa luta constante pela supressão do sofrimento fatal, ou seja, pela interrupção da contradição vida/morte em que consiste a própria vida, mesmo se, para que tal desejo inconsciente prospere, ele precise ser sustentado praticamente. Na perspectiva do que foi avançado na introdução, o impulso para acumular mais-vida em detrimento da vida de outros pode ser explicado, portando, como consequência da pulsão de agressão (dita também de morte) num mundo caracterizado pela carência (MARCUSE, 2024).

Há, pois, duas pulsões básicas: uma delas agrega amorosamente e a outra desagrega agressivamente. De qualquer modo, segundo Freud, ambas se encontram constrangidas pelo princípio de realidade. Provindas do corpo e da mente, elas se expressam como desejos inconscientes, afloram no consciente, tendo por meta a própria satisfação. No entanto, enfrentam barreiras, as quais se encontram no mundo exterior, no próprio corpo do ser humano e nas instituições sociais.

Em face dos obstáculos, na sociedade repressiva moderna, o princípio de realidade assume o caráter de princípio de desempenho, tal como considerou Marcuse em seu *Eros e Civilização* (1966). Ora, esse princípio se insere no senso comum ou no bom senso e consiste, como diz o próprio Freud, “em moderar as pretensões de felicidade” (2011a, p. 20)<sup>1</sup>. Nesse sentido, o princípio de desempenho se apresenta também como princípio do progresso. Sob esse imperativo, a energia instintiva – a pulsão de morte – é conduzida para o trabalho desagradável, “para o trabalho que aprendeu a renunciar, a recusar os desejos pulsionais, e que só assim pode ser e permanecer socialmente produtivo” (MARCUSE, 2024).

---

<sup>1</sup> Eis o que diz Samo Tomšič sobre isso: “Com a pulsão de morte, Freud de fato leva à culminância sua concepção de prazer, que é inteiramente estranha à identificação aristotélica do prazer com o bom. Do ponto de vista da pulsão de morte, o prazer aparece disfarçado de prazer compulsivo em prol do prazer ou do gozo excedente. Aqui a conclusão só pode ser que o prazer é algo mau” (2019, p. 204). Ser? Ou se trata de uma distorção laciana?

A busca da satisfação, sob o princípio de desempenho, encontra vários caminhos alternativos para enfrentar as aludidas barreiras: quietude, mania, neurose, sublimação, fantasia, mas um deles se destaca, qual seja ele, o esforço para superar a carência por meio do trabalho e da dominação técnica e tecnológica do mundo. E essa dominação recai sobre a natureza, mas também sobre os próprios seres humanos. De qualquer modo, para Freud, o princípio de realidade impõe ao ser humano que ele subsista por meio de uma economia: os meios são escassos e os fins são alternativos e ele tem de arranjá-los de algum modo dentro de suas possibilidades.

O modo de organização da sociedade, para Freud, consiste em estruturas normativas que buscam implantar uma ordem (expressão do princípio de repetição) para um conjunto de viventes, procurando, assim, efetivar de algum modo o princípio de realidade. Pensando a partir do indivíduo social, conclui, então, que a insatisfação vem a ser uma condição humana insuperável: “o princípio do prazer é irrealizável”, contudo, estamos impedidos de “abandonar os esforços para de alguma maneira tornar menos distante a sua realização” (2011a, p. 28). Freud em *Além do princípio do prazer* pensa de modo hobbesiano: “não é fácil, para os homens, renunciar à gratificação de seu pendor à agressividade (...) será sempre possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade” (2010, p. 60).

### **Fundamento existencial do capitalismo**

Diante desse quadro, no artigo já mencionado, Han se propõe a investigar melhor o fundamento existencial do capitalismo, baseando-se nas descobertas da psicanálise. Qual vem a ser a base psíquica do entesourador na sociedade pré-capitalista e do capitalista na sociedade dita moderna? O próprio Marx sustenta, sem aprofundar, que essa forma de “servidão voluntária” se sustenta e se mantém por meio do “instinto natural” dos seres humanos.

Ora, o ser humano quer viver e, como todo animal, procura escapar da morte, pois ela se apresenta sempre como possível. Diferente deles em geral, porque é um ser pensante dotado da capacidade de linguagem e, por isso, de memória e de prognóstico, ele teme a morte durante todo tempo de vida e de modo intenso. Porque é capaz de prefigurá-la como possibilidade e até mesmo como inevitabilidade, ele quer constantemente suprimi-la tanto na vida prática quanto na imaginação.

Nesse quadro trivial, Aristóteles, em *A política*, havia explicado o desejo de acumulação de dinheiro, algo possível para alguns cidadãos da *pólis*, como uma expressão do desejo de viver: “A causa desse estado de espírito é o fato de a intenção dessas pessoas ser apenas viver, e não viver bem; como o desejo de viver é ilimitado, elas querem que os meios de o satisfazer também sejam ilimitados” (ARISTÓTELES, 2021, p. 39). Nessa perspectiva, viver consiste na negação da morte, na resistência à morte, como dirá Freud.

Han, a princípio, não postula nada diferente disso: “o capitalismo” – diz – “está baseado na negação da morte. O capital é acumulado contra a morte enquanto um prejuízo absoluto. A morte [como possibilidade e inevitabilidade] cria a coação de produção e crescimento” (2021, p. 14). No entanto, ele parece ir um pouco além do filósofo grego antigo – e de Marx – porque assegura que esse movimento se baseia num desejo de mais-vida – uma tentativa de negar a morte, seja de modo relativo, seja de modo absoluto – que, por isso mesmo, tende a se transformar em ação, em realização na vida concreta. Eis que esse desejo de mais-vida excedente, que mora no inconsciente, chama – diz – a violência. O querer viver além de uma vida comum, por parte de alguns em detrimento de outros, aciona psíquica e pragmaticamente a pulsão de morte<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Veja-se a interpretação de pulsão de morte feita por Samo Tomšič: “Assim, na perspectiva especulativa, bio-ontológica, de Freud, a diferença entre vida e morte é internalizada de tal modo que a própria morte muda de sentido. Não representa mais o fim da vida no sentido cotidiano do termo, mas sim a luta da vida por mais vida, pela produção de mais-vida no pano de fundo da falta de vida – uma produção que inevitavelmente se manifesta de forma destrutiva” (2019, p. 202).

## Vida/morte como contradição

Segundo Han, Freud não raciocina a partir da ideia de que todo ser vivo – e, em especial, o ser humano – está em luta constante contra a morte, ainda que isso se afigure como uma constatação trivial. O fundador da psicanálise raciocina – segundo Han – a partir da observação de que o ser humano como ser psíquico se encontra assoberbado por uma angústia perene em face da morte. Assim tomado, ele quer fazer a morte desaparecer de seu horizonte, ele quer negar a morte de modo absoluto. Em face desse desejo inconsciente de infinitude, Han conclui: “não é absurda a tese, então, de que a ideia de pulsão de morte de Freud representa, em última análise, uma estratégia inconsciente de recalque da morte” (2021, p. 15). O ser humano quer se excluir da morte, quer contrariar o princípio do nirvana: eis que a morte vem acompanhada de sofrimento.

Freud não era um pensador que se pautava pela dialética conceitual de Hegel. Eis que pensava por meio de dualidades e não por meio de duplicidades. Um pensador dialético diria que a morte é um pressuposto não eliminável da vida; que viver consiste justamente em viver essa contradição; que viver é também morrer, ou seja, que a morte não é apenas um ponto final. Ora, o ser humano na sociedade de ontem e de hoje está perdido na cotidianidade e, nessa condição, também não pensa de modo dialético; eis que raciocina por oposições rígidas, tendendo a exorcizar as contradições. Assim, também ele pode não acolher a oposição interna ao par vida/morte que lhe permitiria apenas uma vida tranquila; ao fazê-lo, ao buscar uma negação da morte, uma interversão é produzida: a busca por mais-vida acaba por acionar a pulsão de morte.

Ora, uma exposição bem plausível desse caminho se encontra no seguinte trecho do artigo do filósofo coreano que aqui se estuda criticamente. A negação absoluta da morte, o desejo de eternidade, requer a adesão a uma lógica de acumulação que, por sua vez, redunde em violência. Ao seu modo, Han diz: “a agressão especificamente humana, a violência, está intimamente relacionada com a apreensão da morte que acontece somente ao



ser humano” (2021, p. 15). A negação absoluta da morte no curso da existência só pode ocorrer por meio de uma economia de violência. Pois a carência imaginária infinita que se sobrepõe à carência real requer uma lógica de acumulação.

Eis o que diz esse autor num registro precisamente existencial: aqueles que querem exorcizar a morte têm “a sensação de estar mais poderosos, quando mais violência exercem. A violência que mata produz uma sensação de crescimento, força, poder, invulnerabilidade e imortalidade. É justamente nesse crescimento do poder que acontece o gozo narcísico da violência sádica. Matar protege da morte. Apodera-se da morte ao matar” (2021, p. 15). A acumulação de riqueza é, pois, uma forma de conjurar a morte, uma forma que, obviamente, está disponível apenas para alguns – não para todos.

Para estes poucos, a acumulação de riqueza é, segundo esse autor, tomada como um modo imaginário de sobreviver à morte. Ora, a acumulação de riqueza não acontece sem que agressões sejam produzidas objetiva e corriqueiramente. Nas sociedades arcaicas, a violência de uns para obter riqueza excedente implicava necessariamente a despossessão de outros, seja de seus pertences, seja de si mesmo por meio da escravidão – e ela ocorria quase sempre sob a justificativa ideológica da vingança. E o resultado da agressão assim embalada é pelo menos a subtração da liberdade de uns por outros – senão a subtração da própria vida desses outros.

Nas sociedades em que passou a correr dinheiro, este vem constituir a forma por excelência da acumulação de riqueza. Ora, o dinheiro não é apenas um meio de troca que facilita a circulação dos bens e serviços nas sociedades que o adotam. Eis que o “dinheiro acumulado confere ao seu proprietário um status superior. Ele se sente imunizado contra a morte. No plano psicológico mais profundo, persiste a crença arcaica de que a riqueza acumulada para matar [ou seja, para esconjurar a morte], a riqueza crescente como capital, previne a morte” (2021, p. 17). O dinheiro fornece ao seu possuidor um controle da vida social ao seu redor, permitindo que sonhe, dormindo ou acordado, com a vida eterna.

## O processo da acumulação

Como isso ocorre no pré-capitalismo e no capitalismo propriamente dito? É preciso voltar a Marx. No capítulo quarto de *O capital*, está dito o seguinte: “enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação” (1983, p. 130).

Como se sabe, tendo por referência agora somente o capitalismo, a acumulação consiste na transformação do trabalho vivo em trabalho morto por meio da produção de mercadorias. É o que Marx mostrou em *O capital*. Eis que dinheiro é o meio que permite substituir a violência direta (arcaica) por meio de uma violência indireta (civilizada). E essa violência que quer agora se manter implícita é posta já na época moderna por meio do sistema da relação de capital.

A contrapartida do capitalista, dono do capital investido em meios de produção, é o proletário que não possui riqueza econômica para investir em fontes de ganho e que, por isso, tem de vender a sua força de trabalho. O trabalhador, por isso, não pode exorcizar a morte tal como o capitalista, pois tem de lutar contra ela cotidianamente, trabalhando para algum empregador, suporte satisfeito da relação de capital. O proletário, por isso, configura-se no marxismo clássico como um ser insatisfeito. Doador de trabalho, ele morre um pouco todo dia para evitar morrer de imediato.

A eternidade imaginária de uns, no capitalismo da grande indústria (grande parte dos séculos XIX e XX), era conquistada às custas da mortificação real de muitos trabalhadores. A lógica da subsunção do trabalho ao capital no capitalismo clássico era fundamentalmente disciplinar (Marx em *O capital* tratou dessa lógica disciplinar sob o nome de subsunção real e formal do trabalho ao capital). Como diz Han, “os trabalhadores eram explorados brutalmente pelos donos das fábricas. (...) A exploração violenta dos trabalhadores

levava, então, a protestos e resistência. Era possível mesmo uma revolução que derrubasse a relação dominante de produção” (2021, p. 32-33).

Ora, essa situação não perdurou na história do capitalismo<sup>3</sup>. Pois, a partir de meados do século XX, a enorme produtividade do trabalho tornou possível uma mudança na condição de pobreza de uma parte importante dos trabalhadores: eis que eles puderam acumular riqueza material. Nessa situação, a mistificação cultural foi capaz de se insinuar, pelo menos até certo ponto, na psique dos trabalhadores, moldando-os, seja como beneficiários do sistema, seja como integrados na sociedade do bem-estar, seja como autoempresários.

A social-democracia primeiro e, depois, o neoliberalismo se mostraram como estratégias eficazes que garantiram e ainda garantem a hegemonia burguesa. No entanto, já é possível prever no andar do segundo quartel do século XXI que a queda secular da taxa de lucro, agravada que será pela revolução da automação, poderá recriar o trabalhador que vê ou pode ver o sistema da relação de capital como o seu inimigo principal (PRADO, 2023).

De qualquer modo, o proletário, sob o capitalismo, mesmo se não o sabe, suporta subsumido a contradição da vida em oposição à morte; põe-se como resistência, ou seja, como vida que não pode recalcar o seu outro, como se fosse algo estranho – pelo menos no mundo terreno. A religião, no entanto, lhe promete vida eterna se for bom trabalhador e bom cidadão. A democracia liberal lhe promete uma vida melhor num futuro indefinido se trabalhar duro, mas o culpa severamente se esse futuro melhor não chega – e ele tende a não chegar.

Se deixa de estar enganado por tais promessas, comporta-se como assujeitado consciente, como alguém que sabe que sua vida que está subsumida ao capital personificado num patrão; e, assim assumido, por meio da revolta e da revolução, pode, em princípio, vir a ser sujeito, instituindo junto com os

---

<sup>3</sup> Há esforços importantes para apreender o evoluir da subjetividade dos trabalhadores, seja no capitalismo da grande indústria, seja no capitalismo da pós-grande indústria; pode-se citar, por exemplo, aqueles feitos por Franco “Bifo” Beraldi (2017 e 2024).

seus companheiros toda uma forma de vida comunitária e democrática em que os seres humanos em geral se tornam verdadeiros sujeitos.

Foi assim que Marx, a partir dessa possibilidade, pensou a superação do capitalismo. Se este último suprime a carência real das sociedades pré-capitalistas, uma nova sociedade suprimirá a carência reposta e a carência imaginária que dominam ainda o indivíduo social no capitalismo da grande indústria e da pós-grande indústria (PRADO, 2005). Deu-lhe o nome de comunismo, utilizando e ressignificando um termo antigo – um termo que, infelizmente, foi deslustrado na história do século XX (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 63-100). No comunismo pressuposto, a superação da carência – e o acolhimento tranquilo do fim individual como condição da vida social – reconcilia a vida com a morte, instaura a dialética do bom viver. É preciso, diz Han,

uma outra forma de vida que revogue a separação entre vida e morte, fazendo a vida compartilhar novamente da morte. Toda revolução política deve anteceder [proceder?] uma revolução de consciência que restitua a morte à vida. É preciso que se esteja consciente que a vida é viva apenas em troca da morte, que a rejeição da morte destrói o presente vivo: a batalha contra a morte leva a um predomínio do passado e do futuro, enquanto se perde o presente – e até mesmo a vida (2021, p. 25).

Dito de outro modo, é apenas encarando a polaridade vida/morte como duplicidade dialética por meio de uma práxis socialista – nos modos de produção até agora existentes ela é sempre tomada como dualidade irreconciliável – é que se pode pensar a superação da predominância das pulsões tanatórias sobre as pulsões eróticas.

## **Voltando a Freud**

Foi na sociedade dita burguesa que vieram à luz as investigações de Sigmund Freud que se caracterizaram por terem como objeto a subjetividade de indivíduos sociais, os quais se apresentavam como “sofrentes clientes”

em seu consultório – não, entretanto, como indivíduos posicionados em classes sociais. Freud era um homem culto que se valeu também tanto do conhecimento da vida comum quanto da cultura milenar da civilização humana. A partir do estudo persistente da psique de indivíduos sociais mais ou menos abastados, ele pensou a sociedade – mesmo se pensou a sociedade como situada historicamente, ele não foi capaz de pensá-la em devir<sup>4</sup>.

Nessa perspectiva, ele pensou um indivíduo social como se fosse transistórico para fundar a psicanálise e, a partir dela, poder tratar os clientes, mas também para poder explicar a sociedade que os rodeava, fornecendo substrato para o desenvolvimento da psique. Criou, assim, uma antropologia fundada, em última análise, na biologia, ainda que afetada e enriquecida pela sociologia, pela ciência política e pela filosofia. E, assim, em contradição com as próprias premissas, incorporou a história.

Dotado das pulsões primárias, eróticas e agressivas, esse indivíduo sofre uma repressão necessária das instituições para que a sociedade se torne possível e sobrevenha a vida civilizada. Em *O mal-estar na civilização* (FREUD, 2011a), procurou mostrar que essa repressão, ao gerar um conflito insolúvel entre o indivíduo e a sociedade, causa sofrimento psíquico que se manifesta na forma de angústia persistente, neurose, culpa etc. A frustração implacável dos desejos, contudo, pode ser minorada por formas de sublimação, tais como a arte, a ciência, mas sobretudo a religião. Mesmo assim, a humanidade, segundo ele, está condenada a viver sob um descontentamento crônico.

A vida, ainda segundo ele, manifesta-se primeiro por meio da busca do prazer (redução da tensão psíquica). Ela nasce do inorgânico e para ele tem de voltar: “o objetivo da vida é a morte”. Em *Além do princípio do prazer a vida* é apresentada como esforço de evitação: “a substância ainda vivente (...) faz rodeios cada vez mais complicados até alcançar a morte” (FREUD, 2010,

---

<sup>4</sup> Birman, nesse sentido, interpretou o livro clássico de Freud como se ele se referisse estritamente à época moderna. Ao invés de *O mal-estar na civilização*, Freud teria escrito, na verdade, implicitamente, um livro que deveria receber o título de “O mal-estar na modernidade” (BIRMAN, 2021, p. 17).

p. 204-205). Assim sendo, para contornar o desenlace, passa à atividade, à prática utilitária (aumento da tensão psíquica) e, assim, à busca de prazer, de satisfação – algo que nunca encontra suficientemente.

Assim, a vida ativa se apresenta na visão de Freud como uma luta de titânides e titãs: as pulsões eróticas, por um lado, põem a vida amorosa, constroem laços sociais solidários; por outro, as pulsões agressivas põem a mortificação e mesmo a morte de si e dos outros, constituindo-se como forças dominativas ou destrutivas dos laços sociais. Nessa luta, segundo ele, a “compulsão à repetição [que manifesta a presença subliminar da pulsão de morte] sobrepuja o princípio do prazer” (2010, p. 183). E o que marca presença, então, além do prazer modesto, é a agressividade, a pulsão de morte. A observação empírica da época em que escreveu o livro comprovava a sua antropologia hobbesiana de modo abundante.

Como se vê nesta amostra, Freud foi incapaz de pensar dialeticamente a dualidade vida e morte e, assim, a coexistência pacífica possível da primeira com a segunda. Por isso, de modo conclusivo, pode descartar a realização do socialismo como meta possível da sociedade. Para ele, a evitação imaginária da morte, seja por meio da acumulação, seja, grosso modo, por meio da religião, apresenta-se como a única possibilidade aberta ao ser humano em geral – ainda que uns poucos possam almejar a arte e a ciência como formas superiores de sublimação. Assim, mesmo se não intenta justificar a sociedade repressiva e o capitalismo, conforma-se com ela, como se pode provar.

Em *O futuro de uma ilusão*, Freud escreveu o seguinte: “todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização. (...) É tão impossível passar sem o controle da massa por uma minoria quanto dispensar a coerção no trabalho da civilização, já que as massas são preguiçosas e pouco inteligentes; não têm amor à renúncia instintual e não podem ser convencidas pelo argumento de sua inevitabilidade; os indivíduos que as compõem apoiam-se uns aos outros em dar rédea livre a sua indisciplina” (2011b).

Pode-se argumentar que o anti-humanismo de Sigmund Freud era um reflexo do anti-humanismo realmente existente no mundo em que vivia e em que ainda vivemos. Daí a força de sua teorização. A saída dessa armadilha, porém, não pode consistir na reiteração perversa do anti-humanismo, tal como adveio na psicanálise de Jacques Lacan (PRADO, 2024). Também não consiste na posição do humanismo tal como ocorreu em certas formulações da psicanálise de Eric Fromm (2015); pois, como mostrou Marcuse, esse humanismo se interverte em anti-humanismo (MARCUSE, 1966, epílogo).

Consiste, enfim, na luta para pôr o humanismo na sociedade e na história: segundo o autor de *Eros e civilização*, “hoje, a luta pela vida, a luta por Eros, é a luta política” por excelência. Ora, essa luta tem sido abafada pela prioridade quase absoluta que tem sido dada ao desenvolvimento das forças produtivas, seja nos capitalismo realmente existentes, seja nos socialismos realmente inexistentes que foram engendrados na história até o presente momento. Pois a sociedade em que impera o trabalho alienado é a posição e o domínio quase incontestado da pulsão de morte.

## Referências

- ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução direta do grego antigo feita por Mário Gama Kury. São Paulo: Editora Madamu, 2021
- BERALDI, Franco “Bifo”. *And: Phenomenology of the end*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2015
- BERALDI, Franco “Bifo”. *O terceiro inconsciente: a psicoesfera na era viral*. São Paulo: GLAC Edições, 2024
- BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021
- HAN, Byung-Chul. *Capitalismo e impulso de morte*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian – *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017
- DOSTALER, Gilles e MARIS, Bernard. *Capitalisme et pulsion de mort*. Paris: Albin Michel, 2009
- FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer. Freud (1917-1920) – Obras Completas*. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 2011a
- FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão. Freud (1921-1923) – Obras Completas*. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2011b
- FROMM, Erich. *A arte de amar*. Tradução de Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 2015
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Tradução de Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966
- MARCUSE, Herbert. *A ideia de progresso à luz da psicanálise*. 2024: <https://wordpress.com/post/eleuterioprado.blog/5901>
- MARX, Karl. *O capital – crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983
- PRADO, Eleutério F. S. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005
- PRADO, Eleutério F. S. *Capitalismo no século XXI: o ocaso por meio eventos catastróficos*. São Paulo: Cefa Editorial, 2023
- PRADO, Eleutério F. S. *Marx contra Lacan: psique, alienação e práxis*. Marília: Lutas Anticapital, 2024
- TOMSIC, Samo. *The labour of enjoyment: towards a critique of libidinal economy*. Berlin: August Verlag, 2019



## RESENHA

# PARA UMA ANATOMIA DA CRISE: ENSAIO SOBRE A CRISE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO E A REVERSÃO ESTRUTURAL BRASILEIRA

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. Marília: Lutas Anticapital, 2023, 226 p.

Recebido em 11/03/2024  
Aprovado em 18/03/2024

O novo livro do professor João Paulo de Toledo Camargo Hadler, *Para uma anatomia da crise*, é uma bela contribuição para entender a crise do desenvolvimento capitalista e a crise brasileira. Trata-se de uma revisão crítica do pensamento sobre o desenvolvimento, com ênfase no pensamento brasileiro, que se configura na forma de um ensaio que apresenta conhecimento e sua interpretação sobre a questão, sempre buscando instigar a ação frente aos dilemas do presente. O texto é de fácil leitura, destinado a amplo público, e despido das formalidades acadêmicas, sem, contudo, renunciar ao rigor teórico e à apresentação abrangente dos problemas de que trata.

A obra apresenta como tese do autor a ideia de que a crise brasileira é um fenômeno estrutural de longo prazo, expressão dos condicionantes da crise estrutural do capital combinada com o processo de reversão neocolonial – ou reversão estrutural, tratados como sinônimos neste livro – pelo qual passam certas sociedades na atualidade. Não estão em cena (e nem é o objetivo da investigação) apreciações detidas sobre conjunturas políticas e crises econômicas dos últimos anos. A ótica de longo prazo repousa no uso da *problemática da formação* (SAMPAIO JÚNIOR, 1999a; HADLER, 2019) como lente para entender os problemas brasileiros, resgatando uma certa tradição crítica do pensamento brasileiro (IANNI, 1992): a de uma sociedade não completamente condensada que vive sob a égide dos influxos externos e de sua incompletude como coletividade

## ARTUR MONTE-CARDOSO

Economista, mestre e doutor em Ciências Econômicas, Professor do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Email: [montecardoso@iesc.ufrj.br](mailto:montecardoso@iesc.ufrj.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9658-5899>

nacional (PRADO JR., 1972). Hadler busca, assim, captar o essencial que condiciona os dilemas no presente – e pode-se dizer que o faz com êxito.

Desde o início do livro se estabelecem os temas que lhe dão urgência: a crise do desenvolvimento significa descontrole, destruição, falta de governo das sociedades humanas sobre o seu destino. A crescente consciência mundial sobre as consequências da catástrofe climática e o espectro de novas pandemias dão um tom ainda mais grave sobre a realidade. Sem perder tempo, o autor mostra como tratar um termo tão polissêmico como “desenvolvimento” no capítulo 1, dedicado a historicizá-lo. Aqui, desenvolvimento tem pelo menos dois sentidos conectados: um processo histórico e uma teoria. O problema reside no fato de que a teoria do desenvolvimento se tornou um instrumento de discussão e orientação de políticas para elevar países não desenvolvidos à condição de desenvolvidos. Esse expediente, nos explica Hadler, abstraiu a especificidade do processo histórico do desenvolvimento e esvaziou miseravelmente o debate internacional das relações de imperialismo, dependência, exploração, que caracterizaram a globalização do capitalismo. Teorias transplantadas ou reducionistas emergiram em vertentes tão díspares quanto a ciência econômica neoclássica – desenvolvimento como “crescimento econômico”; abordagens heterodoxas – desenvolvimento como “sistema de forças produtivas”; e mesmo programas dos partidos comunistas na periferia – desenvolvimento como “revolução democrática e nacional”.

O capítulo 2 apresenta o *desenvolvimento* como feito de sociedades que conciliaram capitalismo, uma relativa autonomia nacional e democracia, expressa por certa conciliação de classes que incorpora a legitimidade do conflito social e a socialização do progresso material. Ao reconstituir premissas históricas e teóricas dos mecanismos econômicos e políticos que o viabilizaram em um período e conjunto de países limitados, o autor o apresenta como a exceção que confirma a regra. A crise do desenvolvimento capitalista ocorre quando ele se converte no seu contrário: passadas as primeiras décadas do pós-guerra, a emergência da transnacionalização nega a ascendência do poder político sobre o poder econômico. Liberto dos

limites nacionais, sob a dominância financeira, sem o contraponto político soviético – decadente e por fim desmantelado nos anos 1990 –, o capital se torna força irrefreável, mudando a balança de forças com o trabalho e entre as nações, nucleadas pela hegemonia dos EUA.

Os dois últimos capítulos – 3 e 4 – discutem como os influxos e refluxos do modo de produção capitalista condicionaram as sociedades subdesenvolvidas latino-americanas (3) e o Brasil (4). A síntese do terceiro capítulo se apoia em especial na reflexão de Celso Furtado, no qual o autor é um especialista (HADLER, 2012), ainda que isso signifique um peso muito maior sobre a problemática brasileira frente aos demais países do continente. A articulação entre formação latino-americana, subdesenvolvimento, dependência e modernização é um dos pontos altos do livro e a crítica industrialização dependente, que foi a base material de movimentos políticos, teóricos e ideológicos (aqui com destaque para a Cepal), é fundamental para jogar por terra ilusões desenvolvimentistas desprovidas de conteúdo real. Sobre a industrialização brasileira, o esforço é o de afastar tanto as críticas liberais quanto as idealizações de suas potencialidades: a nova dependência restringe o raio de ação histórico da periferia, submetida às estratégias de valorização do capital internacional e às burguesias dependentes (SAMPAIO JÚNIOR, 2007).

As duas últimas seções do capítulo 4 buscam a difícil tarefa de dar *sentido* à história recente do Brasil – as últimas quatro décadas – dentro do quadro proposto. O texto parece sofrer pressões das visões presentes do país, o que se observa pela dedicação de certo espaço ao contorno de elementos que em sua temporalidade seriam apenas episódicos, como o ciclo de crescimento econômico dos governos de Lula e Dilma. Hadler resolve o problema se apoiando na ideia de *progresso da regressão* (desenvolvida por outras vias por SANTOS & FELDMANN, 2021), afirmando que as flexibilizações permitidas pelo crescimento econômico facultaram apenas dissimulações da reversão neocolonial (p. 191) e que, “(...) partindo tão somente da observação das tendências estruturais da economia brasileira, não existe uma descontinuidade entre os governos de FHC até Bolsonaro” (p. 198).

A coerência teórica e crítica do texto não impede certas dificuldades da obra. No campo acadêmico, anatomias são objeto de tratados e não de ensaios: leitores mais exigentes vão sentir falta da operação de dissecar as partes para lhes dar sentido em conjunto. O presente livro, esclareça-se, é a conclusão de um longo arco de estudos de um período histórico e de seus mais importantes intérpretes e o autor já apresentou “anatomias” primorosas na sua dissertação (HADLER, 2012), sobre Celso Furtado, e na sua tese (HADLER, 2022), sobre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso.

Algumas tarefas propostas pelo autor se realizam com algumas limitações. Embora a perspectiva seja abertamente antieconomicista, o autor expressa a influência de sua formação e do uso de autores da Economia. O fato é que, no longo prazo, o campo de conhecimento do desenvolvimento se assemelha à compreensão das circunstâncias da escolha dos homens no fazer da história e nas consequências de seus atos sobre as circunstâncias futuras. A abordagem da Economia nem deveria ser um problema em si para um objeto tão complexo: afinal, nem mesmo Celso Furtado foi além de um mero *Prefácio* de sua almejada *Nova Economia Política*. Outra questão mais penosa é a transição entre níveis de abstração diferentes. As dificuldades se colocam nas últimas seções, quando a falta de distanciamento histórico e um repertório mais amplo de reflexões poderiam evitar “mergulhos” nos episódios que criam sensação de heterogeneidade em um texto tão constante. Talvez esses problemas fossem inevitáveis.

Duas questões mais substantivas remetem a considerações teóricas fundamentais do texto. A reversão neocolonial ainda é um conceito de difícil definição, mesmo em suas melhores versões (SAMPAIO JÚNIOR, 1999b, 2012) e nos trabalhos por ele guiados que desdobraram diversos objetos (ESPÓSITO *et al.*, 2019, entre outros).

Já a teoria do desenvolvimento, embora negue o etapismo para entender o subdesenvolvimento, não deixa de tomar como modelo a experiência histórica do Centro. Suas premissas projetam visões distintas separadas por uma linha tênue: a superação do desenvolvimento capitalista como experiência

e a projeção de um reformismo que almeja o “melhor” do legado destas experiências. Se se admite essa constatação, questiona-se como escapar do fetiche do desenvolvimento – a socialização do excedente, como um Celso Furtado olhando a Suécia, ou a concretização de uma ordem social competitiva, como um Florestan Fernandes vendo a França – e passar a uma orientação alternativa na época histórica em que a crise estrutural do capital é a realidade cotidiana. Ou: da barbárie para qual socialismo?

*Para uma anatomia da crise* é leitura obrigatória para quem se incomoda com e pensa sobre o Brasil, para todos que rejeitam saídas fáceis e reflexões superficiais e para quem não desistiu de se mover pela revolução brasileira.

## Referências

- HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. *Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado*. São Paulo: Alameda, 2012
- HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. *Dependência e superexploração: os limites do debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini*. Marília: Lutas Anticapital, 2022
- IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992
- LUBLINER, T.M.; ESPÓSITO, M.; PEREIRA, L.R. (Orgs.). *A marcha do Curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma*. Marília: Lutas Anticapital, 2019
- PRADO JR., Caio. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1972
- SAMPAIO JÚNIOR, P.A. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, J.L. (Org.) *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999a
- SAMPAIO JÚNIOR, P.A. *Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999b
- SAMPAIO JÚNIOR, P.A. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, G. (org.) *Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2007
- SAMPAIO JÚNIOR, P.A. (2012). *Capitalismo dependente e reversão neocolonial*. Apresentação do conjunto da produção intelectual para o Concurso de Livre-docência. Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, vol. 2, Memorial Acadêmico, 2012
- SANTOS, Fabio L. B. dos; FELDMANN, Daniel (2021). *O médico e o monstro: uma leitura do progressismo latino-americano e seus opositos*. São Paulo: Elefante, 2021

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

### CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

Os(As) autores(as) se obrigam a verificar a conformidade da submissão a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações. Fica a cargo do comitê editorial a decisão acerca de eventuais exceções a estas regras.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores\(as\)](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas [verificar item 6 das [Diretrizes para Autores\(as\)](#)].

## DIRETRIZES PARA AUTORES(AS)

1. A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP)* publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)) que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir a avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos(as) autores(as); (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (exemplo: “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s, a, as) autor(es, as) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista, incluindo-se o email e o número Orcid dos(as) autores(as) [e tradutores(as), quando couber]. Esta versão não será acessada pelos(as) avaliadores(as).
4. A remessa de originais à revista implica autorização de publicação. Não serão pagos direitos autorais.

5. Para a submissão, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

**6. Assegurando a avaliação cega por pares:** Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito a fim de evitar que a identidade de autores(as) e revisores(as) seja conhecida. Autores(as), editores(as) e revisores(as) (que carregam documentos como parte de sua revisão) devem verificar se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

- Os(as) autores(as) do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos(as) autores(as) também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior;
- fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento;
- para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4; para resenhas, o limite é de 4 laudas, sendo publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos. Fica a cargo do comitê editorial a decisão



acerca de eventuais exceções a estas regras;

– numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto.

### **Normas para citação no interior do artigo**

1) Utilizar sempre a notação americana, ou seja, logo após observação acerca do(a) autor(a) ou a citação direta ou indireta de uma de suas obras, colocar entre parênteses sobrenome do(a) autor(a), ano de publicação da obra e página onde se encontra a citação. A depender da redação, o nome do(a) autor(a) pode ficar fora dos parênteses. Em caso de autor(a) estrangeiro(a) e tradução própria, escrever “tradução nossa” fechando o parêntese.

#### Exemplos

a) Ideias mobilizadoras, capazes de conciliar esse conflito, poderiam desempenhar a função ideológica. (LUKÁCS, 2013, p. 474-479)

b) Segundo Ceceña (2009, p. 43), com *Dialética da Dependência*, Marini dá um salto epistemológico.

c) Como disse o mesmo autor anos depois, “diante do capital, todos os seres humanos são iguais: uma modista e um ferreiro”. (MARX, 2013, p. 327)

2) Não utilizar notas de pé de página para informações relacionadas a referências bibliográficas, salvo se tratar de sugestões de leitura e/ou de autores/obras não citados no corpo principal do texto, como nos exemplos abaixo:

#### Exemplos de notas de pé de página com referências:

Sobre o tema ver também Wallerstein (2003) e Chesnais (2003).

Em outras obras, o autor também trata do tema. Conferir Furtado (1961 e 1967).

## **Normas para referências ao final dos artigos**

Norma geral: nos destaques de livros, revistas etc., utilizar sempre itálico, nunca negrito. Nunca usar ponto final.

### **Livros**

Autor. Título em itálico. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014

### **Livros com subtítulo**

Autor. Título em itálico e subtítulo sem itálico precedido de dois pontos. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004

**Livros traduzidos** (com nome do(a) tradutor(a), inclusive quando se trata de tradução para outra língua, como do alemão para inglês, francês, espanhol etc.)

Autor. Título em itálico. Tradutor. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1. ed. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018

### **Capítulo de livro**

Autor do capítulo. Título do capítulo. In: organizador do livro. Título do livro, em itálico. Tradutor (quando for o caso). Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

PLIHON, D. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François (org). *A finança mundializada*. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005

### **Artigo em periódico**

Autor do artigo. Título do artigo. Nome do periódico (em itálico), volume (quando houver), número, páginas do artigo, mês e ano de publicação

Exemplo:

CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, n. 1, p. 247-272, maio/ago 2008

### **Artigos em anais**

Autor do artigo. Título do artigo. In: Nome do evento que gerou os anais. Cidade onde ocorreu o evento. Editora (se houver), páginas do artigo, ano de publicação

Exemplo:

DUFOURT, D. Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation éstatique. In: Colloque État et Régulations, Lyon, 1980. Anais do Colloque État et Régulations. Lyon: PUF, p. 49-72, 1980

### **Teses, dissertações e monografias**

Autor. Título em itálico. Tipo de trabalho (tese, dissertação ou monografia e área de conhecimento). Instituição onde foi defendida, cidade, ano.

Exemplo:

TEIXEIRA, Rodrigo A. *Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial*. Tese de doutorado em economia. IPE-USP, São Paulo, 2007

### **Outros documentos**

Instituição ou órgão veiculador. Título em itálico. Cidade da publicação: instituição ou órgão veiculador, ano.

Exemplo:

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995

### **Materiais de blogs ou sites**

1) Com autoria:

Autor. Título (em itálico). Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:* ). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

PRADO, Eleutério. *Crise e corrupção na economia vulgar*. 2023. Disponível em: <<https://eleuterioprado.blog/>>. [Acesso em: 25/11/2023]

2) Com entidade:

Instituição ou órgão veiculador. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:* ). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

IPHAN. *Cais do Valongo (RJ)*. 2022. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/818/>>. [Acesso em: 25/10/2022]

3) Com dados:

Instituição responsável. Caminho de Acesso. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:* ). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

BACEN. Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM6. 2019. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas\\_especiais/BalPagAbpm6.xls](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagAbpm6.xls)>. [Acesso em: 21/09/2020]

### **Referências sobre mesmo autor**

Repetir o nome do autor em todas as referências.

Exemplo:

POSTONE, Moishe. Labour and the Logic of Abstraction: An Interview. *South Atlantic Quarterly*, Spring 2009

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução: Amilton Reis, Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014

### **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados serão usados exclusivamente por esta publicação, não sendo disponibilizados a terceiros ou a outras finalidades.

## ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, entre outros, desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro desta orientação editorial e respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de julgar com isenção os trabalhos submetidos.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225  
[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço [revista@sep.org.br](mailto:revista@sep.org.br).

